



ENTIDADE FILIADA
ISP
CUT

XIV Concondsef V Confenadsef

14 a 17 de dezembro - Brasília

**FORTALECER A ORGANIZAÇÃO
SINDICAL PARA RECONQUISTAR
DIREITOS E RECONSTRUIR
OS SERVIÇOS PÚBLICOS**

CADERNO DE TESES

2023

SUMÁRIO

PROGRAMAÇÃO.....	3
■ TESE 1	
FORTALECER a organização sindical para RECONQUISTAR direitos e RECONSTRUIR os serviços públicos.....	4
■ TESE 2	
Por uma CONDSEF/FENADSEF de combate e independente para lutar por salário e direitos E INDEPENDENTE.....	52
ANEXO	
■ Ofício CONDSEF/FENADSEF nº 268/2023	
Reforma do Estado, Concursos Públicos e Diretrizes para os Planos de Carreira - Ofício ao MGI.....	65
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE	
■ CONTRIBUIÇÃO 1	
Por uma luta decolonial, transcendente, de todos, com todos e para todos rumo a superação do capitalismo para construção da emancipação humana.....	73
■ CONTRIBUIÇÃO 2	
Em defesa do sindicalismo classista e combativo, na luta pelo socialismo.....	84
■ CONTRIBUIÇÃO 3	
SINDISERF/RJ no congresso da Condsef/Fenadsef....	93
Regimento Interno do XIV CONCONDSEF/V CONFENADSEF.....	96

PROGRAMAÇÃO

DIA 14/12/2023 (QUINTA-FEIRA)

- **12h:** Início das Hospedagens dos Delegados (as);
- **14h:** Início do Credenciamento dos Delegados (as) Titulares;
- **15h:** Reunião da Direção Nacional da Condsef/ Fenadsef;
- **17h:** Ato Político de Abertura dos Congressos da Condsef e Fenadsef;
- **17h30:** Leitura e Aprovação do Regimento Interno dos Congressos da Condsef e Fenadsef;
- **18h30:** Eleição da Comissão Eleitoral;
- **19h:** Apresentação e Deliberação de Recursos;
- **19h30:** Jantar.

DIA 15/12/2023 (SEXTA FEIRA)

- **09h:** Continuação do Credenciamento de Delegados (as) Titulares;
- **09h às 12h:** Painel de Debate sobre Conjuntura e os Desafios para a Classe Trabalhadora (Convidados: CUT, DIEESE, FPMSP e ISP);
- **12h:** Encerramento do Credenciamento dos Delegados (as) Titulares e Início do Credenciamento dos Delegados (as) Suplentes;
- **12h às 13h30:** Almoço;
- **13h30 às 14h30:** Apresentação das Teses (15 minutos), das Contribuições (5 minutos);
- **14h:** Fim do Credenciamento dos Delegados Suplentes;
- **14h30 às 18h:** Plenária de Debate sobre

Conjuntura Nacional e Internacional, Plano de Lutas e Pauta de Reivindicações;

- **19h às 21h:** Reunião da Comissão de Sistematização e Relatoria;
- **19h:** Jantar.

DIA 16/12/2023 (SÁBADO)

- **09h às 12h:** Trabalho de Grupos;
- **12h às 13h30:** Almoço;
- **14h às 17h:** Encontros dos Departamentos Setoriais;
- **15h às 18h:** Reunião da Comissão de Sistematização e Relatoria;
- **19h às 23h:** Jantar de confraternização.

DIA 17/12/2023 (DOMINGO)

- **09 às 11h:** Plenária de encaminhamentos e aprovação das resoluções sobre Conjuntura Nacional e Internacional, Plano de Lutas e Pauta de Reivindicações;
- **09 às 11h:** Prazo para inscrição de chapas;
- **11 às 11h30:** Apresentação e defesa de chapas;
- **11h:30 às 13h:30:** Instalação da Assembleia Geral Ordinária Eleitoral para Eleição da Direção e Conselho Fiscal da CONDSEF e FENADSEF;
- **12h às 13h30:** Almoço;
- **13h:30 às 14h:** Proclamação do Resultado e Encerramento dos Congressos da CONDSEF e da FENADSEF.

■ TESE 1

1

2 FORTALECER A 3 ORGANIZAÇÃO SINDICAL PARA 4 RECONQUISTAR DIREITOS E 5 RECONSTRUIR OS SERVIÇOS PÚBLICOS

6

7 No centro de nosso Congresso está o resgate dos sindicatos gerais, a forma de orga-
8 nização mais adaptada para construir a unidade de todos os servidores e empregados
9 públicos federais, uma unidade mais necessária do que nunca para enfrentar o desafio
10 da complexa situação em que nos encontramos.

11

12 1. CONTEXTO SÓCIO ECONÔMICO 13 E POLÍTICO INTERNACIONAL

14

15 1.1 - Crise profunda do capitalismo, super 16 exploração, fascismo e guerras como respostas

17 Importantes analistas, avaliam que o capitalismo, nos últimos quinze anos, atraves-
18 sou duas grandes recessões, uma em 2008/2009, com a chamada crise dos *subprimes*,
19 originada nos Estados Unidos, e outra, mais recente, com a pandemia da Covid 19, em
20 2020 e 2021.

21 Eles entendem que a crise é contínua e só não se transformou em uma nova grande
22 depressão, principalmente no primeiro caso, porque ficou patente que o neoliberalis-
23 mo não é sempre sinônimo de “menos Estado”, mas de recursos de Estado direciona-
24 dos aos mais ricos.

25 Naquele momento, quando foi preciso expandir gastos e créditos para socorrer
26 os bancos e os grandes investidores, as restrições impostas ao ativismo estatal foram
27 facilmente rompidas; ao contrário de quando o objeto são as áreas sociais, quando
28 imediatamente os cantos do neoliberalismo são lembrados e entoados por políticos,
29 acadêmicos e mídias.

30 A globalização, sob o manto da ideologia neoliberal, reconcentrou renda, riqueza

1 nas mãos daqueles que já a possuíam e, para tal, impôs mais arrocho aos trabalhado-
2 res. Adotando a tese da crise contínua, os temores de uma nova recessão global conti-
3 nuam em alta. Isto fica claro na medida em que a área do euro teve dois semestres de
4 queda e uma contração em seu PIB de +1,8% em 2022 para +1% em 2023.

5 A economia estadunidense também apresenta perda de dinamismo. Aliado a esses
6 fatores e ao protecionismo das nações europeias, a guerra na Ucrânia tem reforçado
7 a deterioração da renda e os níveis de endividamento geral – público e privado – con-
8 duzindo a uma clara desaceleração da economia e estresse financeiro.

9 A agência Focus Economicus indica que “a economia global desfalecerá este ano
10 devido ao aperto da política monetária. No entanto, suprimentos globais, mercados
11 de trabalho robustos e crescimento mais forte na China limitará essa desaceleração”.
12 Isso nos permite assegurar que o mundo ingressou numa delicada fase de transição na
13 correlação de forças da economia política, promovida pelo desenvolvimento desigual
14 das nações, e a polarização do cenário político que se verifica não só na América Lati-
15 na, mas em outras regiões do planeta.

16 A crise econômica mundial é uma crise de desagregação do mercado mundial que
17 a principal potência, os EUA, é obrigada a tentar contornar, o que tem como resultado
18 trazer todas as contradições desse mercado em crise para o interior de uma econo-
19 mia estadunidense em decadência. A vertiginosa ascensão do chamado “socialismo de
20 mercado” chinês, estimulado por seu extraordinário crescimento, acompanhado pela
21 emergência de outras economias de peso, como as que compõem o BRIC (Brasil, China,
22 Rússia e Índia) e o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), não são suficientes para, por
23 si, superar a crise do capitalismo, ao mesmo tempo que demonstram a incapacidade
24 econômica das potências ocidentais.

25 O BRIC respondeu por 50% do crescimento global dos últimos anos. O BRIC e o
26 IBAS abriram uma agenda carregada de temas como um novo sistema monetário,
27 substituindo o padrão dólar no comércio exterior; o direito das nações em desen-
28 volvimento do acesso à tecnologia nuclear; a reforma da ONU, do FMI e do Banco
29 Mundial, entre outros.

30 A tudo isso se juntam novos conflitos e tensões no globo mundial, nos quais as
31 nações mais ricas já não conseguem facilmente manobrar o sistema multilateral para
32 satisfazer seus interesses econômicos.

33 Na África como no Afeganistão, Irã, Iraque e Paquistão, os EUA e imperialistas eu-
34 ropeus continuam suas ocupações e operações militares, ameaçando inclusive antigas
35 Repúblicas da Rússia, colocando em risco a estabilidade e a paz mundial.

36 Na América, fracassou a proposta norte americana da ALCA. Mesmo assim, eles
37 promoveram o Golpe de Honduras, em 2009; contra Chaves, em 2002; a desestabiliza-

1 ção de Lugo no Paraguai e a tentativa de golpe contra Lula, em 2005. A espionagem
2 e o golpe no governo Dilma demonstram, infelizmente, a hegemonia capitalista e das
3 forças neoliberais.

4 Privatizações, ataques à seguridade social, reduções de salários e pensões, reformas
5 que trazem prejuízos aos trabalhadores e perda de direitos são estratégias comuns
6 desses governos neoliberais, apoiados pela grande mídia e pelos oligopólios de comu-
7 nicação que promovem as chamadas “Fake News”, sendo verdadeiros porta-vozes das
8 elites conservadoras e golpistas.

9 Ainda no âmbito internacional, não podemos esquecer jamais a quarta revolução
10 industrial, a automação, a Inteligência Artificial, que dia após dia retira e até extingue
11 milhares de postos de trabalho.

12 Mas, os trabalhadores não deixam de resistir, buscando apoiar-se em suas entida-
13 des de classe. Ao lado delas também emergem movimentos de cultura livre, rádios,
14 jornais, podcasts, redes sociais e canais comunitários, que conduzem as “vozes das
15 ruas”, das comunidades e movimentos, divulgando informações e construindo debates
16 democráticos para fazer frente ao monopólio midiático.

17 A classe trabalhadora reage com iniciativas e lutas, com perspectivas de unidade
18 de classes. Greves na Grécia, Turquia e Portugal, protestos na França, destacando-se a
19 participação de jovens e mulheres, as manifestações no Paquistão contra o trabalho
20 infantil, pescadores e mineradores de carvão no Chile, dos metalúrgicos do Peru, dos
21 franceses contra a reforma da previdência, o racismo e a violência policial, dos traba-
22 lhadores imigrantes dos EUA, dos trabalhadores do Transporte Aéreo e das indústrias
23 de automóveis, da indústria petrolífera e da administração pública.

24 Há um quadro de instabilidade internacional, com as forças econômicas tomando
25 iniciativa em todos os campos: financeiro, social e político, sem legar nenhum reco-
26 nhecimento a classe trabalhadora, aos humildes, aos desamparados; ao contrário, jo-
27 gam sobre seus ombros todo o ônus dos desastres econômicos engendrados por suas
28 ganâncias.

29 Ainda sob os efeitos da grande crise internacional de 2008, iniciada em território
30 estadunidense, com consequências nefastas aos países semicoloniais, economicamen-
31 te subordinados, o mundo vem sofrendo com o neoliberalismo exacerbado e com os
32 programas de salvação do imperialismo.

33 Nessa mesma esteira, o mundo se vê frente a bloqueios, escassez de alimentos, de
34 matérias-primas e insumos, provocando uma disparada no aumento de preços, assim
35 como um ambiente propício à conflagração de uma terceira guerra mundial.

36 Paralelamente, os Estados Unidos da América, principal fornecedor de material
37 bélico para o mundo e de sustentação da OTAN, enfrentam em próprio território um

1 período de dificuldades, com alta da inflação e desgaste de sua moeda, principal meio
2 de troca no comércio internacional. Acrescido, ainda, pela diminuição de popularida-
3 de e aumento da rejeição do presidente Joe Biden do partido Democrata dos EUA.

4 Em contrapartida, esse tem sido o período em que o BRICS mais se expande, bus-
5 cando estabelecer um mercado próprio, fora das imposições e bloqueios dos Estados
6 Unidos, aproveitando oportunidades para o comércio internacional, atraindo aderen-
7 tes através de seu banco do fomento, o New Development Bank, substituindo o dólar
8 por moeda local; ou ainda, abrindo caminho ao comércio internacional com o Yuan.

9

10 **1.2 - Não à Guerra: Nem Putin, nem Biden,** 11 **nem Zelenski! Dissolução da Otan!**

12 Esse contexto, como já afirmamos, é marcado pela crise do capitalismo e pelas con-
13 sequências da guerra na Ucrânia que vive uma perigosa escalada. A guerra eclodiu no
14 coração da Europa com a injustificável invasão do território da Ucrânia pela Rússia de
15 Putin (violando a autodeterminação do povo ucraniano) em resposta às provocações
16 da OTAN, promovidas pelos EUA e seus aliados.

17 Trata-se de uma guerra entre potências nucleares capitalistas, interessadas em mer-
18 cados e fontes de matérias primas que pode deslizar para uma guerra mundial que
19 envolva as principais potências do planeta. É preciso parar essa guerra insana, com
20 um cessar fogo imediato e incondicional.

21 É muito importante e deve ser apoiada a posição do presidente Lula, desde o iní-
22 cio do conflito, negando-se a tomar partido e insistindo no fim da guerra, resistindo
23 a múltiplas pressões para que se alinhe aos EUA e à OTAN e negando-se, também, a
24 alinhar-se a Putin.

25

26 **1.3 - Solidariedade ao povo Palestino**

27 A opressão do povo Palestino continua sendo concebida pelo imperialismo esta-
28 dunidense, ladeado pelos imperialismos europeus, como essencial para manter sua
29 dominação sobre o conjunto da região.

30 Recentemente, gigantescas manifestações populares dentro de Israel se levanta-
31 ram contra a reforma do judiciário do primeiro-ministro Netanyahu (que pretende
32 aumentar o controle de seitas religiosas sobre o conjunto da sociedade) revelando
33 uma fratura no estado sionista, que se baseia em ocupações de terras palestinas, como
34 a da Cisjordânia, política cada vez mais rejeitada pelos próprios cidadãos de Israel.

35 A chamada “solução de dois estados” (um arremedo de estado Palestino esmagado
36 pelo estado sionista de Israel) tem se mostrado uma via para um massacre após o
37 outro e uma situação de beligerância permanente. A defesa da paz, da democracia,
38 da autodeterminação dos povos, passa pelo estabelecimento de um só estado, laico e

1 democrático, com direitos plenos reconhecidos às duas componentes, árabe e judia,
2 com o direito ao retorno dos palestinos expulsos de suas terras.

3

4 **1.4 - Níger: não à intervenção imperialista!**

5 Com o país vivendo há décadas sob domínio de empresas multinacionais impe-
6 rialistas, a situação do Níger (na África Ocidental, vizinho da Argélia e da Nigéria) se
7 deteriorou e grandes mobilizações exigem a retirada das tropas francesas do país. O
8 presidente francês, Emmanuel Macron, se pronunciou no sentido de uma intervenção
9 militar estrangeira que provocaria uma explosão de toda a região. Diversos países e or-
10 ganizações sindicais estão se posicionando contra toda ingerência militar estrangeira
11 e em solidariedade à luta do povo nigerense por suas reivindicações e sua soberania.

12

13 **1.5 - A luta dos povos da América Latina**

14 Da mesma forma que a África e Ásia nossa região sofre as consequências nefastas
15 da inflação mundial, da desorganização das trocas comerciais e carência de grãos e
16 insumos provocados pela guerra, no quadro da crise do mercado capitalista.

17 No último período, a resistência do povo trabalhador contra a dominação do capi-
18 tal financeiro e das elites locais levou à eleição de governos considerados progressistas
19 em vários países: México, Honduras, Chile, Bolívia, Colômbia e Brasil e agora Guate-
mala.

20 O destino desses governos dependerá da mobilização das forças populares que os
21 levaram ao poder e de sua relação com o imperialismo estadunidense. Assim, se na
22 Colômbia o presidente Petro busca apoiar-se na mobilização de massas para superar
23 obstáculos levantados por políticos conservadores e reacionários, no Chile o presiden-
24 te Boric frustra as expectativas populares ao mesmo tempo que se alinha com os EUA
25 e a OTAN no apoio ao governo fantoche de Zelensky na Ucrânia. Entre essas duas
26 posições há posições intermediárias, é claro, mas elas indicam em grandes linhas os
27 desafios colocados para esses governos.

28

29 **1.6 - Peru: solidariedade ao povo peruano que resiste** 30 **contra o governo ilegítimo e luta pela Assembleia** 31 **Constituinte Soberana**

32 Em 07.12.2022, Pedro Castillo, presidente eleito do Peru, foi destituído por um gol-
33 pe parlamentar e preso. A vice, Dina Boluarte, assumiu e autorizou a entrada de tro-
34 pas dos EUA em seu território, uma agressão à soberania do Peru e de toda a América
35 Latina, em particular ao Brasil, que faz fronteira com o país.

36 Em 19 de julho, a resistência do povo peruano - que nunca cessou - se expressou
37 numa grande marcha à capital Lima, com as exigências de “Fora Boluarte e o congres-

1 so, Assembleia Constituinte Soberana, Liberdade para todos os presos políticos”.

2 Nossa solidariedade à luta do povo peruano e das organizações que constroem a
3 resistência.

4

5 **1.7 - Defender o Haiti é defender a nós mesmos**

6 O Haiti é a primeira república negra da história, constituída em 1804 quando os
7 escravos negros da Ilha Espanhola derrotaram as tropas de Napoleão Bonaparte.

8 Depois de 14 anos de ocupação do Haiti pelas tropas da Minustah (2004 - 2017),
9 infelizmente comandadas pelo Brasil, o povo irmão dessa nação é vítima de uma situ-
10 ação em que praticamente não há estado e as principais cidades são controladas por
11 gangues armadas a serviço de políticos e empresários locais, com a conivência do pró-
12 prio governo “de facto” e não eleito de Ariel Henry, apoiado pelos EUA e pelos países
13 do chamado “Core Group”, entre eles o Brasil que nada tem a fazer nesse organismo e
14 deve dele se retirar em solidariedade ao povo haitiano.

15

16 **1.8 - Solidariedade ao povo Nicaraguense**

17 É grave a situação na Nicarágua. Veteranos lutadores da Frente Sandinista de Li-
18 bertação Nacional, que liderou a Revolução de 1979, como todos os que se declaram
19 oposição, são vítimas da violenta repressão da ditadura de Daniel Ortega e sua esposa
20 Rosário Murillo que é vice-presidenta. Num aberto atentado aos mais elementares
21 direitos humanos, quem se exila fugindo da repressão é desterrado (tem sua cidadania
22 nicaraguense retirada) e tem seus bens em território nicaraguense confiscados.

23 O atual governo da Nicarágua nada tem a ver com um governo de esquerda ou
24 antiimperialista e devem ser condenadas as medidas repressivas da ditadura Ortega
25 não só contra antigos dirigentes da Frente Sandinista mas contra o próprio povo ni-
caraguense.

26

27 **1.9 - Eleições na Argentina**

28 No momento em que escrevemos esta tese, um voto de protesto antissistema e an-
29 tipolítica nas prévias eleitorais da Argentina, deu mais de 30% a Javier Milei, um extre-
30 mista ainda mais fanfarrão e perigoso que Bolsonaro, expressando a crise de desagre-
31 gação do sistema político. Ele tenta se credenciar para ser a alternativa dos nazistas,
32 fascistas, e ultraliberais para a disputa presidencial em outubro de 2023 abrindo vários
33 sinais de alerta para a América Latina e para a geopolítica internacional, lembrando
34 que a Argentina é o principal parceiro comercial do Brasil na América do Sul e Cen-
35 tral e um grande aliado na disputa pela hegemonia geopolítica da região.

1 2. CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO 2 E POLÍTICONACIONAL:

3

4 2.1 - A defesa da democracia e a luta pelas reivindicações 5 dos servidores e empregados públicos: Uma pauta indissociável

6 O golpe que derrubou Dilma integra a interferência imperialista no nosso país, o
7 que começou a se configurar desde o episódio de espionagem americana no governo
8 da ex-presidenta. Isto já era um reflexo da nova ordem mundial, na qual claramente se
9 percebia o receio das atuais potências mundiais (EUA e potências europeias), diante
10 de sua crise, em perder seu domínio econômico mundial.

11 Sérgio Moro (espião dos EUA) promoveu, de forma escabrosa – com o apoio da
12 mídia local, do agronegócio e de outras forças da elite brasileira – a prisão de Lula,
13 impedindo-o de concorrer às eleições que se aproximavam e propiciando a projeção
14 do nefasto fascista Bolsonaro. Este, a princípio, nem era o preferido dos neoliberais,
15 mas a burguesia recorre ao que tem em mãos para bloquear o avanço das lutas dos
16 trabalhadores e ele foi o escolhido para representá-los, e o fez de forma extremamente
17 danosa para toda a sociedade brasileira, por meio de ações ou omissões.

18 Nesse contexto, o capital pavimentou o golpe contra a Presidenta Dilma e a ex-
19 clusão do Companheiro Lula das eleições de 2018, sob o amparo de sua manipulada
20 condenação. Assim como arrastou o país para os braços de um genocida, preconcei-
21 tuoso, racista e envolvido em escândalos de corrupção, responsável por expor o país
22 às situações constrangedoras em fóruns internacionais; loteando interesses nacionais
23 num mercado que só busca a locupletação, submetendo o país aos ávidos interesses
24 do imperialismo.

25 Esse cenário:

- 26 • Aprofundou os problemas do país com a tragédia dos povos
27 indígenas (vide yanomanis);
- 28 • A falta de vacinas, desaguando nas mais de 600 mil mortes de
29 brasileiros e brasileiras;
- 30 • A precarização do trabalho (uberização);
- 31 • O aumento da fome e da população de rua;
- 32 • A queda da renda e o aumento da desigualdade social;
- 33 • O desinvestimento na ciência;
- 34 • A redução das bolsas de estudos e pesquisas;
- 35 • A desestruturação das instituições federais do sistema
36 educacional;
- 37 • A Reforma da Previdência (no governo Temer);
- 38 • A Reforma Trabalhista;
- 39 • O fechamento de programas como “Minha Casa, Minha Vida”,
40 “Mais Médicos” e outros;

- 1 • O descontrole das armas e estímulo à violência, em todos os
- 2 níveis;
- 3 • A criminalização dos movimentos sociais;
- 4 • O uso desenfreado da máquina pública, inclusive durante a
- 5 campanha eleitoral;
- 6 • A tentativa de golpe de estado, após a perda das eleições.

7 Não bastasse tudo isso, o enfraquecimento do Brasil no cenário político interna-
8 cional enfraqueceu internamente o Estado como indutor do crescimento, com exce-
9 ção do agronegócio, que surfou em águas de crescimento e prosperidade. Também é
10 importante destacar que foi durante o “desgoverno” Bolsonaro que se consolidou a
11 criminoso privatização da Eletrobrás e que o Senado aprovou a lei da (falsa!) autono-
12 mia do Banco Central tornado um aparelho ainda mais dócil aos interesses do capital
13 financeiro e dos grandes grupos empresariais privados.

14

15 **2.2 - A vitória política e eleitoral de Lula:**

16 **Desafios, limites, possibilidades**

17 Nas eleições de 2022 Lula foi portador da esperança de milhões de brasileiros iden-
18 tificados com a democracia, estado de direito, soberania nacional, direitos constitu-
19 cionais; destacamos a participação de progressistas, intelectuais, juventude, imprensa
20 alternativa e militantes de partidos de esquerda e movimentos sociais organizados,
21 nos quais os servidores tiveram presença destacada. Venceu a força do povo contra a
22 empulhação do capitão da direita autoritária e entreguista.

23 Nada foi mais gratificante do que participar e ver a força do povo, o caminho por
24 dias melhores, a realização do sonho de milhões de brasileiros e brasileiras mantendo
25 e ampliando as condições por transformação social.

26 O povo reagiu, foi à luta e elegeu Lula presidente do Brasil, impondo uma grande
27 derrota ao governo fascista e negacionista de Jair Bolsonaro, passando por cima do
28 grande apoio de empresários, do agronegócio, dos militares, do famigerado “Centrão”,
29 de grande parte da mídia e do uso criminoso da máquina pública – 140 bilhões em
30 benefícios com data limite de 2022.

31 Diante dessa realidade, o trabalho de reconstrução será enorme e vai ocorrer em
32 um cenário mundial igualmente desafiador. Nesse horizonte, descortinamos a guerra
33 na Ucrânia, a covid ainda assombrando o território chinês, afetando profundamente
34 o comércio internacional, as cadeias produtivas globais e os preços de insumos e bens.
35 Sinais de estagnação (estagnação+inflação) na economia mundial, um mecanismo há
36 muito utilizado retorna à moda, a elevação da taxa de juros, para combater a inflação.

37 Apesar da privatização da Eletrobrás em 2022, altamente contestada juridicamen-
38 te, o estado brasileiro ainda possui bancos e empresas que são poderosos instrumen-

1 tos para o investimento público e para a indução do investimento privado. Portanto,
2 a proteção ao trabalho e o aumento da renda podem garantir um mercado interno
3 forte, para que se possa recolocar o país no caminho do desenvolvimento.

4 Neste sentido, o governo Lula tem dado alguns passos para reativar a economia,
5 como foi o recente aumento do salário mínimo, 1,41% acima da inflação; a nova políti-
6 ca sobre os preços do combustível; o reajuste dos servidores públicos federais, inclusi-
7 ve do vale-alimentação, além das mudanças importantes nas negociações dos acordos
8 coletivos, tanto no setor privado como no público (EBSERH, CONAB, HEMOBRÁS),
9 que têm trazido ganhos reais. Compõe este cenário os juros da taxa Selic, que estava
10 em 13,75% e, apesar de todas as circunstâncias apontarem para a sua redução, só de-
11 pois de muita pressão o Copom a reduziu em 0,5 pontos... ainda longe do necessário
12 para alavancar nossa economia.

13 Neste contexto, de um governo eleito pela classe trabalhadora, faz-se necessário
14 que sejamos atores e protagonistas de um grande processo de transformação social,
15 criando mecanismos que possibilitem: o combate a fome e ao desemprego; a revoga-
16 ção das reformas “antipovo” (trabalhista e previdenciária); a eliminação do trabalho
17 escravo; a revogação da Reforma do Ensino Médio; uma reforma agrária “de verda-
18 de”; a recomposição dos orçamentos da saúde e educação; barrar as privatizações e
19 revogar as que forem possíveis, principalmente da Eletrobrás; democracia nas univer-
20 sidades; pagamento efetivo do piso salarial da enfermagem; mais concursos públicos;
21 o reajuste de forma correta dos salários dos servidores; coibir de forma mais dura os
22 impactos ambientais promovidos por garimpeiros, grileiros e pelo agronegócio; fortá-
23 lecer o salário mínimo. E, por fim, implementar políticas públicas que fortaleçam os
24 pequenos negócios, a saúde, a educação, a assistência social e que favoreçam aqueles
25 em situação de maior vulnerabilidade social.

26 Os elementos do processo interruptivo, do ciclo nefasto que vinha se estabelecen-
27 do no país, precisam ganhar expressão, musculatura e continuidade; não só porque as
28 forças reacionárias ainda rondam nossos espaços; mas, fundamentalmente pela neces-
29 sidade de ressignificar a democracia, a gestão pública, as relações sociais de trabalho;
30 até porque é preciso reconhecer e recolocar a classe trabalhadora no seu protagonis-
31 mo histórico, como agente de transformações indispensáveis para o futuro, para a
32 justiça social e para a emancipação dos oprimidos.

33 Para nós servidores públicos, acostumados às situações adversas, precisamos reco-
34 nhecer que nossas conquistas são obtidas através de lutas que travamos, em defesa
35 de nossos direitos e interesses comuns, sem abrir mão de nossos compromissos com
36 a classe trabalhadora, com o ideário classista e com a luta por transformação social.

37 Em que pese os servidores terem conquistado, neste início de governo LULA uma

1 parte das perdas acumuladas, durante os desgovernos de Temer e Bolsonaro, ainda
2 convivemos em companhia de chefes e dirigentes bolsonaristas que se colocam de
3 forma arrogante e autoritária, como estivessem à serviço dos interesses do governo
4 recém empossado. Longe de cumprir qualquer movimento de caráter persecutório:
5 cargo comissionado é cargo de confiança.

6 O Governo Lula vem adotando um discurso, que há tempo manifestamos, e que
7 agora tem sido potencializado pelo Presidente, a redução da taxa de juros. Instrumen-
8 to de uso recorrente dos exploradores do sistema financeiro, e que abusivamente tem
9 sido usado com o falso discurso do aumento de emprego: uma infâmia, o juro baixo
10 estimula o investimento produtivo, o aumento a produção, a geração de emprego, a
11 demanda agregada, redução de custos dos serviços da dívida pública; com a redução
12 dos juros, o país terá mais recursos para a saúde, educação, meio ambiente e mais or-
13 çamento para os serviços públicos e servidores.

14 O meio ambiente também adquire um componente estratégico que precisa ser
15 mais bem explorado, não só por sua transversalidade; mas, porque contribui com o
16 combate a tendência da expansão sem limites do agronegócio, que tanto mal tem
17 feito aos mananciais, áreas protegidas, a saúde de nossos recursos hídricos, a biodi-
18 versidade, as populações tradicionais, em especial a população e território indígena,
19 forçando queimadas, desmatamento, grilagens e apropriação de terras devolutas.

20 Outro elemento que precisa ganhar dimensão estratégia na luta dos servidores é
21 relacionado à receita orçamentária, visto que se trata de um campo dominado pelo
22 poder econômico, onde praticamente só os trabalhadores pagam impostos (diretos
23 e indiretos) deixando de lado as grandes fortunas e os portadores de dividendos. É
24 preciso fazer desta questão uma bandeira de luta para ser erguida pelos servidores e
25 estendida ao conjunto da sociedade. Não existe democracia onde os ricos e endinhei-
26 rados fiquem de fora da contribuição tributária. Para se fazer justiça é preciso que a
27 tributação se estenda indistintamente para todos.

28

29 **2.3 - A devastação de Temer e Bolsonaro**

30 Foi grande o estrago promovido pelos governos Temer e Bolsonaro. A estimativa
31 de desemprego mensal (PNAD/IBGE) chegou a rondar a taxa de 15%. Os empregos
32 criados, por sua vez, são em grande parte precários e com baixa remuneração. O nú-
33 mero de informais ultrapassou o número de trabalhadores com carteira assinada.

34 Em todos os órgãos e empresas públicas avançou como nunca o processo de suca-
35 teamento e destruição, em particular nos setores vinculados ao meio-ambiente, fisca-
36 lização do trabalho, saúde, educação, proteção de áreas indígenas, mas não apenas.

37 As denúncias de trabalho análogo à escravidão que surgiram no último período

1 seriam em número ainda maior se a rede de fiscalização, já pequena, não tivesse sido
2 desmontada pelos efeitos da EC 95/2016 (Teto de Gastos).

3 As contrarreformas, impostas após o golpe de 2016, geraram uma tragédia social. A
4 contrarreforma trabalhista legalizou os “bicos” e dificultou o acesso à Justiça do Traba-
5 lho, resultando num aumento da exploração. O trabalho intermitente disparou e uma
6 massa de trabalhadores recebe menos de um salário mínimo. O teto de gastos sufocou
7 os serviços públicos em benefício do pagamento dos juros da dívida e dos rentistas.

8 De acordo com o IBGE, mais de 35 milhões de brasileiros não tem proteção social
9 nem perspectiva de aposentadoria na velhice por causa da reforma da previdência.
10 Cerca de 31 milhões de pessoas que passam fome, 9 milhões de desempregados e 4
11 milhões de desalentados.

12

13 **2.4 - Congresso reacionário**

14 A força do povo derrotou Bolsonaro, mas não pode resolver a crise das instituições.
15 As emendas do orçamento secreto de Bolsonaro, as regras distorcidas do sistema po-
16 lítico, com mandatos que passam “de pai para filho” ou de “filho para mãe”, explicam
17 porque esse é o pior Congresso da história.

18 O assédio eleitoral denunciado em mais de duas mil empresas, a ofensiva do agro-
19 negócio, dos pastores e padres que usaram descaradamente as igrejas para fazer pro-
20 selitismo político, as medidas eleitoreiras, tudo isso trouxe para o Congresso o que de
21 pior poderia haver na política.

22 Enquanto milhares morriam sem assistência durante a pandemia, o Presidente da
23 Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP) engavetou os pedidos de impeachment de
24 Bolsonaro. É o mesmo Lira que exerce permanente chantagem sobre o atual governo
25 e anuncia que não deixará passar nenhuma alteração nas contrarreformas trabalhis-
26 ta, da previdência e na da dita “autonomia do Banco Central” (a Lei Complementar
27 179/2021 que coloca o Banco Central ainda mais abertamente a serviço do mercado
28 financeiro).

29

30 **2.5 - As ameaças à democracia em 2018 e 2022**

31 Ao tomar posse, em janeiro de 2019, Bolsonaro não poderia constituir um governo
32 fascista pois não dispunha de bandos armados, fora do aparelho de estado, capazes de
33 ameaçar as organizações dos trabalhadores. Era um governo de tipo bonapartista - o
34 que não significa que não poderia ser tão perigoso quanto um governo fascista.

35 Em 2022 a situação era outra. Como se evidenciou pelas violências, perseguições
36 e ataques ao longo de todo o ano e como ficou escancarado depois do 30 de outubro,
37 a pregação golpista durante quatro anos, a politização das forças armadas e corpos

1 policiais produziu seus efeitos.

2 O fechamento de estradas, os acampamentos golpistas na porta dos quartéis, o ata-
3 que à PF dia 12 de dezembro, o ataque terrorista (felizmente frustrado) de 24 de de-
4 zembro e a tentativa de golpe com depredação do patrimônio público em 8 de janeiro
5 deixaram claro que, mesmo derrotado eleitoralmente, o bolsonarismo constituiu uma
6 base de massa organizada em bandos de tipo fascista.

7 Diante dessa real ameaça à democracia, há setores que, em nome de barrar a ame-
8 aça fascista, defendem uma atitude seguidista e bajuladora do governo, como se qual-
9 quer crítica ou mobilização popular pudesse enfraquecê-lo.

10 Outros, talvez temerosos de serem confundidos com “governistas”, adotam uma
11 linha de denúncia histriônica, geralmente descolada da realidade.

12 Nenhuma dessas duas posições ajuda os servidores e empregados públicos, em par-
13 ticular, e a população trabalhadora, em geral, a construir sua unidade e desenvolver
14 sua luta em defesa de seus interesses e reivindicações, sem nenhum tipo de concessão,
15 e sempre associada à defesa da democracia, exigindo a punição dos golpistas.

16 Para a Condsef/Fenadsef a independência sindical se afirma não por declarações
17 grandiloquentes e bandeiras genéricas, mas pela defesa prática das reivindicações e
18 interesses dos servidores e empregados públicos de todo o país, sempre buscando a
19 unidade da categoria e com os demais setores da classe.

20 Até porque, diante desse Congresso reacionário a mobilização social, alavancada
21 por medidas do governo que atendam as reivindicações dos trabalhadores e do povo,
22 é a única via para desobstruir os obstáculos para o cumprimento do mandato popular
23 recebido das urnas.

24 Assim, apoiamos as medidas positivas do governo Lula - valorização do salário mí-
25 nimo, correção tabela IRPF, igualdade salarial para a trabalhadora, piso da enferma-
26 gem, retirada de estatais da lista de privatização, mas isso não basta, pois o governo é
27 de ampla coalizão, tem representantes dos patrões no seu interior que lutam por seus
28 interesses, e a Condsef/Fenadsef deve, com toda a independência, agir para defender
29 os interesses de nossa categoria.

30 Com total independência frente ao governo de coalizão, que abriga interesses con-
31 traditórios e que está emparedado pelo Congresso de maioria reacionária, o movi-
32 mento sindical dos servidores intervém na situação nacional defendendo suas reivin-
33 dicações particulares ligadas aos interesses gerais dos trabalhadores e da nação:

- 34
- 35 • Reposição das perdas salariais;
 - 36 • Reestruturação dos planos de carreira com a correção das distorções;
 - 37 • Diretrizes para os planos de carreira garantindo mobilidade
 - 38 e acesso aos cargos públicos à ampla maioria da população;

- 1 • Revogação das reformas trabalhista, previdenciária e do Novo
2 Ensino Médio;
- 3 • Apoio à reforma agrária, contra a criminalização da luta do
4 MST e demais movimentos populares;
- 5 • Demarcação das terras indígenas, contra o PL 490 do esdrúxulo
6 “marco temporal”; contra o PL 491 que abre a porta para a
7 invasão desenfreada das terras indígenas;
- 8 • Política de valorização do salário mínimo, sem “âncora fiscal”;
- 9 • Luta por aumento geral de salários;
- 10 • Fim da (falsa) autonomia do Banco Central (taxa de juros);
- 11 • Reestatização das empresas privatizadas (Eletrobrás, Metrô
12 BH), defesa do patrimônio público contra as privatizações
13 nos estados e municípios;
- 14 • Defesa do meio-ambiente, da política indigenista, da
15 agricultura familiar, contra o esvaziamento-desmembramento
16 dos órgãos públicos promovido pelo bolsonarismo;
- 17 • Sem anistia: punição aos executores, financiadores e
18 organizadores do golpe, a começar pelos generais golpistas;
- 19 • Recomposição da força de trabalho de todos os órgãos
20 públicos, a começar pelos responsáveis por fiscalizar as
21 condições de trabalho, reforma agrária, defesa do meio
22 ambiente e proteção dos povos indígenas;
- 23 • Pelo fim total da terceirização nos órgãos públicos;
- 24 • Volta do monopólio estatal do petróleo;
- 25 • Reforma militar (artigo 142 sem GLO, desmilitarização das
26 PMs);
- 27 • Fim ao genocídio da juventude negra:
- 28 • Criação do Ministério da Segurança Pública;
- 29 • Retirar as polícias do controle do Exército, hoje exercido por
30 meio da Inspeção Geral das Polícias Militares e dos Corpos
31 de Bombeiros Exército;
- 32 • Fim da taxa do Plano de Seguridade Social para
33 aposentados e pensionistas.

34

35 **3-REFORMAS ESTRUTURAIS**

36

37 **3.1 - Uma Reforma Tributária para colocar o** 38 **pobre no orçamento e o rico no imposto de renda!**

39 Sim, uma reforma tributária é necessária porque, no Brasil, a classe trabalhadora
40 paga, proporcionalmente à renda e à riqueza, muito mais impostos do que os grandes
41 proprietários e as grandes fortunas.

42 Quem recebe até 2 salários mínimos, compromete mais de 50% de sua renda com
43 impostos (no caso, indiretos, ao comprar os bens da cesta básica). Já o seletivo grupo de

1 20 mil pessoas que recebe mais que 320 salários mínimos pagou apenas 5,25% de im-
2 posto de renda em 2021 (segundo o Sindifisco Nacional). Isso porque a renda dos mais
3 ricos é recebida na forma de lucros e dividendos, isentos de tributação desde 1995.

4 O sistema tributário regressivo é um dos responsáveis pela enorme desigualdade
5 social do país: o 1% dos brasileiros mais ricos são donos de metade da riqueza nacio-
6 nal, enquanto a metade dos brasileiros mais pobres detém menos de 1% da riqueza
7 (dados do Laboratório da Escola de Economia de Paris).

8 Alguns exemplos:

- 9 • Rebaixamento das alíquotas sobre as faixas superiores do
10 imposto sobre a renda e aumento do valor real pago pelas
11 faixas inferiores (em virtude da não correção da tabela
12 conforme a inflação): hoje, um trabalhador que ganha R\$
13 4,7 mil incorre na mesma alíquota (27,5%) que um magnata
14 bilionário.
- 15 • Redução da alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica
16 (IRPJ) de 43% para 25% (Lei 9.249/95);
- 17 • Isenção de Imposto de Renda para as remessas de lucros e
18 dividendos de multinacionais estrangeiras ao exterior;
- 19 • Abandono do controle do fluxo de capitais permitindo que
20 bilionários, grandes empresários e especuladores em geral
21 utilizem as contas “offshore” para fugir do fisco;
- 22 • Autorização para as empresas deduzirem como “despesa
23 financeira” (fictícia) para o cálculo do lucro tributável pelo
24 IRPJ e pela Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL), a
25 distribuição de lucros por elas feita para seus acionistas na
26 forma de “Juros sobre o Capital Próprio” (JCP);
- 27 • Isenção de IR para os lucros e dividendos de acionistas de
28 empresas brasileiras ou estrangeiras;
- 29 • Proteção ao grande latifúndio que paga um Imposto sobre a
30 Propriedade Territorial Rural (ITR) muito pequeno embora
31 tenha lucros gigantescos e benefícios como crédito subsidiado
32 (parte do Plano Safra);

33 As mudanças tributárias que interessam ao povo estão, em boa parte, na campa-
34 nha “Tributar os Super-Ricos”, promovida por parlamentares do PT, PCdoB, PSOL,
35 PDT, PSB e Rede:

- 36 **a.** Correção das distorções do IRPF: revogação da isenção
37 dos lucros e dividendos distribuídos, fim da dedução dos
38 juros sobre o capital próprio, elevação do limite de isenção
39 para baixas rendas e criação de nova tabela de alíquotas
40 progressivas;
- 41 **b.** Instituição do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) para
42 riqueza de pessoas físicas que ultrapassarem R\$ 10 milhões;
- 43 **c.** Elevação da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro
44 Líquido (CSLL) do setor financeiro e do setor extrativo
45 mineral;

- 1 d. Criação da Contribuição Social sobre Altas Rendas das
- 2 Pessoas Físicas (CSAR), incidindo sobre rendas anuais que
- 3 ultrapassarem R\$ 720 mil;
- 4 e. Retirar da composição dos tributos sobre as microempresas e
- 5 empresas de pequeno porte, o IRPJ e a CSLL relativamente às
- 6 faixas de receitas inferiores a R\$ 360 mil anuais;
- 7 f. Instituição de Contribuição de Intervenção no Domínio
- 8 Econômico (CIDE-Agrotóxico) incidente sobre a produção e
- 9 importação de agrotóxicos e afins.

10 Mas, a questão que se coloca é: como aprovar tais projetos, que atendem aos an-
11 seios da grande maioria da população, na atual composição do Congresso Nacional, a
12 mais reacionária das últimas décadas?

13 A “reforma tributária”(PEC 45/2019) votada em julho de 2023 pela Câmara e que
14 seguiu para o Senado limita-se a “simplificar” os impostos sobre consumo (criando
15 um único Imposto de Valor Agregado federal/estadual/municipal). O imposto sobre
16 herança, que nos principais países do mundo tem alíquota acima de 40%, ficou limi-
17 tado a meros 8%.

18 Por pressão do Centrão, o ministro Haddad aceitou deixar a questão da progres-
19 sividade (imposto sobre rendas e fortunas) para uma segunda etapa da reforma que
20 merece toda vigilância.

21 Também nesse ponto, extremamente importante é a mobilização unificada do
22 povo; a única força capaz de destravar o bloqueio imposto pelas instituições e retirar
23 a carga tributária das costas da maioria da população e cobrar de quem realmente
24 detém a riqueza.

25

26 3.2 - Com esse Congresso não dá!

27 A Constituição de 1988 estabelece um conjunto de direitos e garantias fundamen-
28 tais ao povo brasileiro como vida, igualdade, liberdade, desenvolvimento da persona-
29 lidade, trabalho, salário mínimo, moradia, saúde, educação, meio ambiente ecologi-
30 camente equilibrado, proteção aos povos indígenas, às famílias, crianças, idosos, etc.
31 enfeixando muitos desses direito na fórmula “direito de cidadão e dever do Estado”.

32 Segundo a Constituição, o Estado deve produzir políticas públicas e intervir no in-
33 teresse coletivo e não ser um mero regulador do mercado. No entanto, muitos desses
34 direitos e garantias permaneceram em aberto na dependência de aprovação de leis
35 pelo Poder Legislativo.

36 Dessa forma, a efetividade dos direitos garantidos pela Constituição passou a de-
37 pender da formação de maiorias congressuais favoráveis a esses mesmos direitos.
38 Ocorre, no entanto, o inverso, com o Congresso sendo formado, eleição após eleição,
39 por maiorias contrárias aos avanços sociais do texto constitucional que já sofreu 129

1 emendas, a esmagadora maioria retirando direitos, como as várias reformas privati-
2 zantes, reformas da previdência, reforma trabalhista, reformas fiscais, reforma do es-
3 tado, etc., aplicando concepções de gestão de mercado precarizando o serviço público
4 e os direitos dos servidores.

5 O fato é que o sistema político estruturado pela Constituição (eleições, partidos e
6 relação entre os poderes), que dá ao parlamento o poder de regulamentar os direitos
7 sociais, está gerando maiorias contrárias à própria Constituição.

8 Tal contradição - que sempre existiu - ficou ainda mais evidente nas eleições de
9 2022.

10 Embora um governo progressista tenha vencido, ele encontra um parlamento (Câ-
11 mara e Senado) dominado por forças conservadoras quando precisa aprovar seus pro-
12 jetos e políticas.

13 Como estamos vendo na prática, a Constituição de 1988 conferiu ao Congresso
14 vários mecanismos jurídicos que podem inviabilizar um governo: não aprovação de
15 medida provisória; não aprovação de Emenda Constitucional; não aprovação de trata-
16 dos; sustar decretos do Poder Executivo.

17 O atual presidente da Câmara, Arthur Lira, age com desenvoltura utilizando as
18 prerrogativas do Congresso para chantagear o governo e exigir cargos e liberação de
19 verbas para as “emendas parlamentares”, alimentando o “balcão de negócios” e levan-
20 do o governo a formar uma coalizão extremamente heterogênea e contraditória.

21 Nos fatos, sem que o eleitor seja informado, o que está ocorrendo é a sobreposição
22 do Congresso sobre a Presidência, distorcendo a soberania do voto popular. E, pior,
23 esse sistema político quer nos tragar para dentro dele porque quando ele falir nós
24 estaremos dentro e a população vai nos ver como parte do sistema.

25 Diante do choque da vontade popular com o obstáculo representado pelo atual
26 sistema político não há como não colocar como uma perspectiva necessária a sua
27 reforma ampla que só poderia ser alcançada por uma Constituinte soberana e que,
28 em perspectiva, deveria abarcar alguns temas, por exemplo: voto em lista pré-ordena-
29 da (cada partido decide em que ordem coloca trabalhadores, negros, mulheres, LGB-
30 TQIA+ etc.); cota de cadeiras indígenas; proporcionalidade direta (uma pessoa, um
31 voto) e financiamento público exclusivo de campanhas políticas.

1 **3.3 - Pontos de princípio sobre a Administração**
2 **Pública e Diretrizes para os Planos de Carreira**

3

4 **3.3.1- Papel do Estado e dos servidores**

5 a. não existe “classe política”: fala-se contra uma suposta “classe
6 política” que teria incidência nociva e eleitoreira sobre o
7 funcionamento da máquina pública e que, em consequência,
8 teria que ser afastada da administração pública, como se a
9 política fosse um mal a ser tolerado. Na verdade, é o contrário:
10 é pela política que se resolvem os conflitos e não existe “classe
11 política”, mas sim representantes, no parlamento ou fora
12 dele, de interesses de classes sociais distintas e antagônicas.
13 A questão, sempre, é saber de qual lado está tal ou qual
14 “político”, se do lado dos trabalhadores ou não.

15 b. tecnocracia: na administração da máquina estatal, a
16 tecnocracia sufoca a democracia; em geral, os representantes
17 dos interesses patronais dizem que são meramente “técnicas”
18 as decisões POLÍTICAS que levam a ataques aos servidores
19 e serviços públicos; um exemplo gritante dos dias atuais são
20 as decisões do Banco Central falsamente autônomo sobre a
21 taxa de juros em que atas do Copom entram diretamente em
22 discussões político-partidárias para justificar a manutenção
23 da taxa de juros mais alta do mundo. Outro exemplo são
24 as medidas eleitoreiras com dinheiro público adotadas por
25 Bolsonaro, em 2023, com os votos do Congresso: qualquer
26 “técnico” em leis saberia dizer de memória as ilegalidades
27 então cometidas, mas que não foram barradas naquele
28 momento certo; alguém acredita que, se o povo não tivesse
29 derrotado Bolsonaro em 30 de outubro, ele estaria agora
30 inelegível?

31 c. “ciclo eleitoral”: há quem pretenda “blindar a administração
32 contra o ciclo eleitoral”. Não é possível nem viável tal separação.
33 Não há nem nunca haverá neutralidade da máquina estatal
34 cujos integrantes sempre se colocarão a serviço de uma ou
35 outra classe social. Dito de outra forma, as políticas sociais
36 e o funcionamento da máquina pública, expressam, de uma
37 forma ou de outra, os interesses dessas classes sociais em luta.

38 Ademais, essa suposta blindagem suprimiria a soberania popular emanada do su-
39 frágio eleitoral, cláusula pétrea da Constituição.

40

41 **3.3.2- Carreiras**

42 As posições de fundo em relação às carreiras impactam as definições sobre as for-
43 mas de contratação e os critérios para a realização de concursos públicos e as medidas
44 a adotar para combater as distorções atualmente existentes.

1 Visão do MGI

2 Levantando um princípio de “transversalidade”, o novo MGI, ao que tudo indica,
3 parece defender a possibilidade de agrupar as atividades da administração pública
4 em “carreiras estratégicas finalísticas”, “carreiras transversais estruturantes” e “apoio
5 administrativo permanente”.

6 As “estratégicas finalísticas” seriam destinadas ao desenvolvimento sustentável: ati-
7 vidades de atendimento direto à população, empresas e meio ambiente com remune-
8 ração estabelecida por subsídio. As “transversais estruturantes” seriam responsáveis
9 pelos macroprocessos administrativos das políticas públicas igualmente com remune-
10 ração por subsídio. Já o “apoio administrativo permanente” seria organizado de outra
11 forma, com a perspectiva desses cargos serem retirados do RJU e contratados via CLT,
12 como empregados públicos. Outra hipótese, ainda pior, seria abrir para ampliar a ter-
ceirização.

13 Além de fortalecer a ideia - errada - de subcategorizar o serviço público em ativi-
14 dades “típicas de estado” e “outras, subsidiárias”, essa visão implica a extinção de todos
15 os cargos de nível auxiliar e médio, que deixariam de ser servidores enquadrados no
16 RJU, com estabilidade, passando a administração federal a abrigar apenas cargos de
17 nível superior.

18 Ocorre que o Brasil tem menos de 20% de sua população adulta com nível superior
19 completo (dados de 2019). Se confirmada, essa via de retirar do RJU cargos de nível
20 auxiliar e médio será um passo adicional para elitizar ainda mais a administração fe-
21 deral pois excluiria 80% da população trabalhadora da possibilidade de acessar cargos
22 públicos!

23 Essa tendência se confirma com a decisão já adotada de transformar 10.506 cargos
24 efetivos de nível médio vagos em 6.692 outros cargos efetivos de nível superior (MP
25 1.181, de 18 de julho de 2023).

26

27 Diretrizes para os Planos de Carreira: defesa de um serviço 28 público moderno, eficiente e acessível a toda a população

29 A existência de mais de 300 tabelas salariais das carreiras do Executivo e a grande
30 amplitude salarial entre carreiras, e até mesmo entre os níveis de uma mesma carrei-
31 ra, é contraditória com um serviço público voltado para o atendimento da população
32 e refratário à perpetuação de castas burocráticas.

33 Nosso combate é em defesa de concurso público, estabilidade, enquadramento no
34 RJU para todos os servidores, defesa dos níveis auxiliar e intermediário, com a demo-
35 cratização do acesso aos cargos públicos e ao serviço público à população trabalha-
36 dora, rejeitando total e integralmente o conteúdo da Reforma Administrativa de Bol-

1 sonaro-Guedes, a PEC 32, que ainda não foi sepultada e ainda representa ameaça ao
2 serviço público (conjuntamente, cobramos do governo um firme posicionamento
3 contra a PEC 32, associando-se ao esforço das entidade sindicais em defesa do serviço
4 público).

5 As Diretrizes para os Planos de Carreira devem integrar a racionalização e a trans-
6 formação dos atuais cargos ocupados, sendo estruturadas contemplando os seguintes
7 elementos:

8 **a. Máxima mobilidade na base**

- 9 • Aproveitamento do servidor de acordo com suas
10 capacidades e aptidões e sua qualificação profissional,
11 permitindo o máximo de mobilidade nos primeiros
12 anos de serviço público, de modo que a evolução da
13 formação escolar do servidor, suas escolhas profissionais
14 (aptidão) e sua qualificação, possam ser elementos
15 definidores da sua lotação, permitindo-lhe a migração
16 de um órgão para outro.
- 17 • Para tanto, lutamos pela manutenção e fortalecimento
18 dos cargos de nível auxiliar e médio, a base de
19 todas as carreiras, que deve ser semelhante no que
20 tange às atribuições e às remunerações respectivas,
21 especializando-se a partir do tempo, da qualificação
22 adquirida e da evolução do servidor.

23 **b. Possibilidade de ascensão funcional como medida de evolução**
24 **na carreira**

- 25 • A reinstituição da ascensão funcional é a única forma
26 de assegurarmos a criação de carreiras de fato, nas quais
27 a evolução do servidor esteja intimamente relacionada
28 à sua capacitação e qualificação, com as entradas no
29 serviço público ocorrendo prioritariamente nos níveis
30 iniciais, com recrutamento de servidores jovens.

31 **c. Evolução na carreira deve considerar capacitação, qualificação,**
32 **tempo de serviço; avaliações de desempenho utilizadas**
33 **somente para aceleração na carreira**

34 **d. Definição de um piso salarial e da relação entre menor e**
35 **maior salário**

36 **e. Estabelecimento de um teto salarial absoluto no serviço**
37 **público federal igual ao salário do Ministro do STF; todas as**
38 **verbas, quaisquer que sejam sua origem, acima desse teto,**
39 **devem ser glosadas**

40 **f. Revalorização dos cargos de nível de apoio**

- 41 • É preciso retomar o valor das atividades de apoio no
42 serviço público, na medida em que estas são também
43 fundamentais para o desempenho das funções públicas.
- 44 • Com efeito, se a Administração contrata serviços
45 terceirizados para tais atribuições é porque elas

- 1 existem e são necessárias, não se justificando, então, a
2 contratação por terceiros.
- 3 **g.** carreiras típicas de estado: revogação do conceito de “carreiras
4 típicas de estado”
- 5 **h.** privilégios que devem ser extintos: não é aceitável separar um
6 grupo de carreiras como se fossem “de estado” enquanto as
7 demais não são, mas há, sim, casos em que é preciso haver
8 distinções, como em relação às carreiras que exercem poder
9 do Estado sobre a sociedade
- 10 • militares que pretendam se candidatar a cargos eletivos
11 devem previamente pedir baixa da respectiva força;
- 12 • todo e qualquer servidor público, que perder cargo em
13 virtude de cometimento de falta, deve ter a mesma
14 punição, sem exceção ou concessão de aposentadoria,
15 como hoje ocorre no Judiciário.

16

17 3.3.3- Formas de Contratação

- 18 **a.** Organizações Sociais (OSs), Organizações Sociais de Interesse
19 Público - OSCIPs, Organizações Não Governamentais - ONGs:
20 são todas formas de terceirização e privatização contra as
21 quais é preciso manifestar-se pois prejudicam os trabalhadores
22 e trabalhadoras em seus direitos e precarizam a prestação do
23 serviço público à sociedade.
- 24 **b.** Contratos temporários: O mecanismo da contratação
25 temporária não tem sido usado de forma adequada para
26 necessidades excepcionais e situações específicas, conforme
27 previsto na Constituição Federal, Art. 37, inciso IX. A luta pela
28 realização de concursos públicos para suprir as necessidades
29 permanentes dos serviços deve se articular com o combate a
30 desvios nesse mecanismo, bem como a proteção dos direitos
31 dos trabalhadores temporários.

32

33 3.3.4 - Concurso público

34 Em primeiro lugar, deve haver uma programação dos concursos públicos de modo
35 a garantir a manutenção da estrutura do Estado rompendo com o “modus operandi”
36 atual em que tudo fica ao sabor das pressões e contrapressões de uns e outros setores
37 da administração.

38 À defesa do concurso público como forma principal de contratação para a admi-
39 nistração federal é preciso associar mecanismos que compensem a elitização do corpo
40 de servidores, sobretudo das carreiras mais valorizadas, com o conseqüente aumento
41 da desigualdade social.

42 As cotas sociais seriam instrumentos para a redução das desigualdades sociais, para
43 que pessoas inclusive hipossuficientes possam reunir condições para ter acesso aos

- 1 cargos públicos. Ademais, para a garantia das cotas sociais também é necessária a pro-
2 teção dos cargos de nível auxiliar e médio, hoje já claramente ameaçados de extinção.
- 3 a. cotas sociais para pessoas com renda familiar até XX salários
4 mínimos e que estudaram integralmente em escolas públicas
5 (x%);
 - 6 b. cotas sociais raciais: que as vagas sejam ampliadas para
7 observar as especificidades de pessoas negras (pretas e pardas)
8 com renda familiar até XX salários mínimos e que estudaram
9 integralmente em escolas públicas (x%);
 - 10 c. cotas sociais de mulheres: que as vagas sejam ampliadas para
11 observar as especificidades de mulheres com renda familiar
12 até XX salários mínimos, que estudaram integralmente em
13 escolas públicas (x%); e com um ou mais filhos em idade
14 escolar (y%);
 - 15 d. cotas para indígenas;
 - 16 e. cotas para pessoas LGBTQIA+;
 - 17 f. vagas por região: mecanismo para garantir o acesso às
18 carreiras do serviço público de forma mais homogênea
19 em relação a todas as regiões do país tanto nas regiões
20 afastadas dos grandes centros urbanos quanto em estados
21 com menor desenvolvimento econômico; esse instrumento
22 poderá auxiliar na redução de desigualdades sociais, também
23 manifestadas geograficamente.

24

25 3.3.5 - Teletrabalho

26 Defesa dos servidores que optam pelo teletrabalho, enfrentando os desafios coloca-
27 dos por essa nova modalidade, lutando para a Administração se responsabilizar pelo
28 ambiente de trabalho, assumindo o ônus dos custos e concedendo acompanhamento
29 psicossocial para avaliação da condição do empregado.

30

31 3.3.6 - Defesa do Estado laico

32 Total liberdade de exercício de todos os credos religiosos e concepções filosóficas,
33 respeitada a legislação do país, e total afastamento do Estado de todos e de cada um
34 desses credos e concepções que devem ser tratados como questões estritamente pri-
vadas.

35

36 4. ORGANIZAÇÃO SINDICAL 37 DOS SERVIDORES PÚBLICOS

38

39 Perspectivas da organização dos 40 sindicatos gerais do funcionalismo público

41 A destruição dos serviços públicos pela falta de concursos, restrições orçamentárias,

1 privatizações, terceirizações, onguizações, leva inevitavelmente ao enfraquecimento
2 da organização sindical. Ao lado da brutal redução numérica dos servidores ativos, a
3 unicidade sindical (que é o controle estatal sobre quais sindicatos podem ou não exis-
4 tir) é um dos maiores obstáculos ao fortalecimento dos sindicatos gerais dos servido-
5 res e empregados públicos federais. A fragmentação em sindicatos por empresa e até
6 por local de trabalho enfraquece a unidade e pulveriza a força da categoria, levando
7 cada setor a fechar-se em si mesmo e a desarmar-se frente aos problemas gerais que,
8 em última instância, determinam o futuro de todas as categorias.

9 A crescente busca por articulações mais gerais, como os fóruns dos servidores, de-
10 monstra que será preciso enfrentar decididamente o desafio de reconstruir a unidade
11 orgânica apontando para a fusão de sindicatos e mesmo de federações e confedera-
12 ções, o que só pode ser levado a efeito rejeitando toda ingerência do Estado e dos
13 patrões.

14 Contra a unicidade sindical e a ingerência estatal, a Condsef/Fenadsef, reafirma os
15 princípios constitutivos da CUT, entidade à qual já nasceu filiada, em luta pela Liber-
16 dade e Autonomia Sindical; a CUT (estatutos):

- 17 • defende que os/as trabalhadores/as se organizem com total
18 independência frente ao Estado e autonomia em relação aos
19 partidos políticos, e que devam decidir livremente suas formas
20 de organização, filiação e sustentação material. Neste sentido,
21 a CUT lutará pelos pressupostos consagrados nas convenções
22 87 e 151 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, no
23 sentido de assegurar a definitiva liberdade sindical para os/as
24 trabalhadores/as brasileiros/as;
- 25 • considera que a classe trabalhadora tem na unidade
26 um dos pilares básicos que sustentarão suas lutas e suas
27 conquistas. Defende que esta unidade seja fruto da vontade
28 e da consciência política dos/as trabalhadores/as e combate
29 qualquer forma de unicidade imposta por parte do Estado,
30 do governo ou de agrupamento de caráter programático ou
31 institucional.

32

33 **4.1 - Início da Organização Sindical no Setor Público**

34 Em outubro de 1988 foi promulgada a Constituição brasileira pós-ditadura militar.
35 A partir daí, foi conquistado o direito dos (as) trabalhadores (as) do serviço público se
36 organizarem em sindicatos.

37 Os anos que se seguiram foram de lutas e construção dos sindicatos no setor pú-
38 blico. Dos diversos modelos surgidos, o nosso foi o de sindicatos gerais que revelaram
39 um alto e acelerado nível de organização sindical, alcançando incríveis níveis de sin-
dicalização.

40 A pauta de reivindicações, desde sempre reprimida, mobiliza e aglutina os (as)

1 trabalhadores (as) em torno das suas entidades sindicais. As conquistas alcançadas no
2 período, seja pela luta ou pela via jurídica, fortalecem o sindicalismo no setor público.

3 Por outro lado, é o período da experiência neoliberal no Brasil que tem como alvo
4 principal o Estado, o serviço público e, obviamente, os (as) seus (as) trabalhadores (as).
5 A experiência brasileira recente teve início com o governo Collor, em uma tentativa
6 equivocada de traçar um novo Estado reduzindo o quantitativo de funcionários, con-
7 gelando salários e com medidas orientadas para atender o mercado. Este processo tem
8 uma breve interrupção no governo Itamar Franco, mas é retomado em seguida nos
9 governos Fernando Henrique com a chamada “Reforma Gerencial” comandada por
10 Bresser Pereira no então Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
11 (MARE). Novamente interrompido nos governos Lula e Dilma ficam as sequelas dos
12 períodos anteriores, sentidas principalmente na redução do quadro de trabalhadores.

13 A redução paulatina de trabalhadores (as) na ativa, o aumento nas aposentadorias
14 e pensionistas, baixa o nível de sindicalização no setor público e impacta política e
15 financeiramente os sindicatos. Junto a esse fenômeno e com o reduzido ingresso de
16 novos (as) trabalhadores (as) no Executivo Federal, eleva-se a idade média e os que se
17 aproximam da aposentadoria.

18 Em 2016 as medidas do governo golpista (terceirização, reforma da previdência
19 - que atingem especialmente os (as) trabalhadores (as) públicos (as), o projeto que
20 permite a demissão por insuficiência de desempenho (PLS 116/17), a Emenda Cons-
21 titucional 95, que congela, em termos reais, todas as despesas primárias do governo
22 federal por 20 anos, inclusive as contratações e salários no setor público, incentivarão
23 aqueles (as) que já tenham adquirido seu tempo para aposentadoria a realizá-la de
24 imediato; isso provoca mais perdas para as organizações sindicais do setor.

25 Em 1992 o Poder Executivo Federal brasileiro tinha 1.000.916 trabalhadores (as),
26 sendo: ativos - 683.618, aposentados - 306.036 e pensionistas - 11.262. Em junho de
27 2023 o quadro é o seguinte: ativos – 576.768; aposentados - 437.655 e pensionistas
28 - 240.163, totalizando 1.254.586 trabalhadores (as). (Fonte painel.pep.planejamento.
29 gov.br/agosto 2023).

30

31 **4.2 - CONDSEF/FENADSEF**

32 À época já estava em curso a discussão para a criação de uma nova central sindical
33 e se concretiza com o nascimento da Central Única dos Trabalhadores. No setor pú-
34 blico federal três experiências sindicais se destacavam: na previdência com a Fenasps
35 e na educação com Andes e Fasubra. Uma quarta experiência embrionária já existia
36 com a criação ‘ilegal’ do Sindsep/DF – denominado desde aquele momento de ‘sindi-
37 cato geral’ porque buscava representar todos os outros segmentos não contemplados

1 nas organizações citadas. E, assim foi feito.

2 A partir de 1989 foi vertiginoso o crescimento dos sindicatos e a taxa de sindicaliza-
3 ção no setor público foi a das maiores alcançadas pela classe trabalhadora brasileira;
4 essa representação alcançava 39 órgãos existentes naquele período.

5 Paralelamente, esse movimento sindical buscava a sua unidade programática e es-
6 trutural. Iniciou com a criação de fórum político chamado Intersindical que esperava-
7 -se desaguar na criação de uma poderosa Confederação unificando todos os segmen-
8 tos; não foi possível e no 3º Congresso dos Servidores Federais, nasceu a Confederação
9 Democrática dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – CONDSEF, tendo os
10 Sindicatos Gerais como principal base, como até hoje.

11 Portanto, a hoje Condsef/Fenadsef é fruto da impossibilidade de construir a gran-
12 de unidade no setor naquele momento e, por outro lado, é a expressão maior dessa
13 luta ao se constituir como a maior organização sindical do setor público da América
14 Latina.

15 Ao completarmos 33 anos de existência nos deparamos com desafios tão grandes
16 quantos foram para a sua criação.

17 Mas, não é só isso. Afora as dificuldades apontadas, existem causas que denomi-
18 namos como estruturais e que exigem redobrar os esforços em busca de soluções de
19 sobrevivência, que só serão encontrados em um esforço coletivo, mas, cabendo a cada
20 organização cumprir o seu papel nessa construção.

21 Podemos identificar, entre outros, alguns elementos dessa nossa realidade:

- 22 **a.** Políticas de Estado visando reduzir a prestação de serviços
23 públicos à sociedade;
- 24 **b.** Redução do quadro de pessoal por causas como aposentadoria,
25 demissão e morte, sem concursos públicos para tal substituição;
- 26 **c.** Envelhecimento da categoria e seu conseqüente afastamento
27 das atividades sindicais e/ou a juventude na categoria que
28 não se sente envolvida/alcançada pela política sindical e das
29 lideranças e dirigentes sindicais;
- 30 **d.** Acelerada desfiliação dos sindicatos, por diversos motivos:
31 aposentadoria, morte ou, simplesmente, excluir o valor da
32 mensalidade sindical;
- 33 **e.** Ganhando corpo durante e pós-pandemia o trabalho
34 remoto/home office trouxe uma nova realidade na relação
35 sindicato/filiados, ainda pouco estudada/conhecida e com
36 regulamentação insuficiente para garantir os direitos
37 trabalhistas, reconfigurando a organização por local de
38 trabalho;
- 39 **f.** A digitalização dos serviços públicos embora, não seja algo
40 novo, tende a crescer trazendo grande impacto na categoria
41 e nas relações de trabalho. Assunto ainda não alvo da nossa
42 atenção;

1 g. A alta rotatividade nos órgãos públicos por servidores que
2 buscam a estabilidade remuneratória e prestam vários
3 concursos, o que interfere na construção da identidade com a
4 função pública a ser assumida.

5
6 **4.3 - O futuro da CONDSEF/FENADSEF -**
7 **A CONDSEF/FENADSEF do futuro**

8 Essa realidade mostra um modelo sindical em crescente esgotamento e a exigir da
9 entidade urgentes ações para, em médio a longo prazo, superar os desafios e fragili-
10 dades existentes e daí ressurgir a força e a capacidade de intervenção política que aos
11 poucos vai desaparecendo.

12 Para colocar as ações em movimento será necessário que os (as) dirigentes sindi-
13 cais compreendam que estão acontecendo transformações no serviço público federal
14 que precisam ser considerados para reorganizar a estrutura sindical.

15 Aspecto importante a ser considerado é que essa tarefa, pela sua dimensão, não
16 cabe a Condsef/Fenadsef solitariamente, ela também deve ser inscrita no Plano de
17 Lutas da CUT e da ISP, que realizam Congressos nesse ano de 2023.

18 Nesse contexto, as iniciativas já adotadas e outras a serem colocadas em prática são
19 fundamentais para se ter clareza da reestruturação necessária:

- 20 a. Reativar e fortalecer o Grupo de Trabalho Organização
21 Sindical da Condsef/Fenadsef;
- 22 b. Finalizar junto ao DIEESE as tratativas do Projeto Organização
23 Sindical que visa subsidiar a entidade na formulação de
24 políticas;
- 25 c. Formular Proposta de Resolução ao CONCURT que inclua o
26 tema no Plano de Lutas;
- 27 d. No âmbito da CUT e/ou ISP, identificar entidades-irmãs que
28 tenham alertado para o assunto e concordem em constituir
29 uma rede para tratar o assunto;
- 30 e. Responder com mais velocidade, agilidade e eficácia às
31 contínuas e profundas mudanças do mundo do trabalho
32 nos serviços públicos, nessas relações laborais e no próprio
33 movimento sindical;
- 34 f. Promover o aperfeiçoamento das habilidades para atender as
35 novas formas de organização e de mobilização;
- 36 g. Incorporar a mudança tecnológica como objeto prioritário da
37 ação sindical, mas garantir a proteção dos servidores (as) e as
38 condições de trabalho;
- 39 h. Reposicionar a Condsef/Fenadsef no contexto da
40 representação geral dos serviços públicos, considerando sua
41 ampla base de representação e sua capacidade de negociação
42 bem estruturada;

1 i. Fortalecer a Condsef/Fenadsef na sua organização de base
2 para enfrentar a alta rotatividade, a terceirização e a reforma
3 administrativa ampliadas pela complexidade e expansão das
4 novas tecnologias, pelo individualismo exacerbado promovido
5 e estimulado pelo capitalismo e que criminaliza a política e
6 atividade sindical.

7

8 **4.4 - Novo Mundo do Trabalho**

9 Diante da conjuntura, das ameaças e oportunidades para a organização dos traba-
10 lhadores, ressaltamos que ainda persiste a raiz do sindicalismo: a solidariedade, que
11 une os trabalhadores em movimentos de lutas por utopias como a justiça, a igualdade,
12 o bem viver e que são aplicadas no cotidiano das relações de trabalho e das condições
13 de vida.

14 Nas empreitadas para lidar com as adversidades e mudanças, serão capazes de
15 serem protagonistas aqueles que tiverem a atenção para o contexto real dos novos
16 trabalhadores, compreendendo as condições em que vivem, seus sonhos, contradições
17 e interações. Os trabalhadores desse novo mundo do trabalho serão os protagonistas
18 do movimento sindical que irromperá.

19 Noções ou ideias-chave a não perder de vista: solidariedade; união/unicidade; luta;
20 construção coletiva; trabalho e vida; juventude; contexto real; realidade; subjetivida-
21 de do trabalhador; novo mundo; formação; transformação.

22 Cabe hoje aos dirigentes sindicais, diante das complexidades, a decisão de: a) Consi-
23 derar que há um novo mundo do trabalho irrompendo; b) Tomar a iniciativa de com-
24 preendê-lo; c) Colocar-se em movimento e lutar junto com os novos trabalhadores; d)
25 Reorganizar a atual estrutura sindical para desde já, uma resposta às transformações
26 alinhada com os interesses do movimento dos trabalhadores; e) investir continuada-
27 mente na formação e renovação de quadros.

28 Há necessidade de profunda reestruturação do movimento sindical brasileiro em
29 razão das múltiplas transformações disruptivas que ocorrem no mundo do trabalho:
30 Ataques contra direitos do trabalho, medidas protetivas sociais, sindicatos como orga-
31 nização coletiva, protagonismo para superar desafios

32

33 **4.5 - Resgate e fortalecimento dos Sindicatos Gerais**

34 Esse tema, organização sindical, sempre é discutido nos congressos da Condsef/
35 Fenadsef, de forma superficial.

36 No atual momento se faz necessário aprofundar as discussões sobre os sindicatos
37 gerais, que são a base majoritária da Condsef/Fenadsef, sem desmerecer alguns sindi-
38 catos específicos que estão na base da Condsef/Fenadsef.

1 O surgimento de várias organizações específicas nos leva a aprofundar a reflexão
2 sobre a nossa organização sindical. Precisamos avaliar se: estamos conduzindo de for-
3 ma acertada os nossos sindicatos? A nossa representação na base dos nossos órgãos
4 condiz com a representação nas direções? Será que não está sub-representada? Esta-
5 mos conseguindo integrar as questões gerais da categoria com as demandas específicas
6 dos setores? Com as demandas dos anistiados? Estamos conseguindo dialogar com as
7 juventudes? Estamos conseguindo integrar as questões gerais da categoria com espe-
8 cificidades da classe trabalhadora quanto aos vieses de raça, orientação sexual, pautas
9 das mulheres?

10 Também é necessário refletirmos sobre os desafios frente ao envelhecimento da
11 categoria, o grande número de aposentados e pensionistas que acabam não tendo a
12 demanda do mesmo jeito que os trabalhadores da ativa e, por outro lado, por maior e
13 frequente que seja sua participação, perdem o poder de pressão, de movimento, de gre-
14 ve, diante do potencial dos trabalhadores da ativa. Sua mobilidade também se altera, o
15 ritmo é outro. Podem ter mais disponibilidade para movimentos, viagens, mas, ao mes-
16 mo tempo, podem ter limitações por conta da idade, da saúde, de receios familiares.

17 Na questão da juventude, que não participou do histórico de construção das enti-
18 dades, dos sindicatos gerais; que analisa a realidade de outra forma, devido à geração e
19 conjuntura social diversa daquela do início dos sindicatos gerais; que realiza o trabalho
20 de outro modo, que está em outro tempo, em outra linguagem; como nos aproxima-
21 mos das juventudes, para que se aproximem do sindicato, sintam que vale a pena a
22 luta, que a importância não é a luta individual, mas a luta coletiva, a luta solidária, que
23 é um dos motivos centrais da existência do sindicato?

24 Há, de fato, um diálogo geracional que oportunize às juventudes integrarem as
25 direções dos sindicatos, em espaços onde se identifiquem? E, se não renovarmos a en-
26 trada da juventude nos postos de trabalho do serviço público federal, como garantir a
27 continuidade da luta sindical, do projeto político que construímos e que precisará de
28 readequações?

29 São perguntas que precisamos nos debruçar nas discussões do nosso Congresso e
30 também nas instâncias dos Sindicatos Gerais.

31 Ou fazemos isso com a brevidade que o tema pede e busquemos, de forma coletiva,
32 as soluções, ou corremos o risco de pipocarem, num futuro bem próximo, muitas ou-
33 tras entidades específicas, fragmentando de vez os sindicatos gerais e a luta unificada
34 da categoria!

35

36 **4.6 - Diálogo sobre tecnologias,** 37 **plataformas digitais e serviço público**

38 Nossas considerações são reflexões iniciais, não reflexões acabadas e sacramenta-

1 das, esperando que desperte interesse dos participantes do Concondsef/Confenadsef
2 para aprofundar o debate, levantar questões, apontar desafios.

3 Falar de tecnologias e plataformas digitais nos mundos do trabalho é voltar a re-
4 fletir sobre as mudanças nos processos de trabalho, nas reestruturações produtivas
5 que os interesses dos “donos do poder”, do sistema capitalista, volta e meia impõem à
6 classe trabalhadora.

7 Essa reflexão gira sobre questões/ideias/sentimentos centrais como: individualiza-
8 ção, desumanização, coisificação, isolamento, distanciamento, choque de gerações,
9 choques culturais, desigualdade, oportunidade, acesso, vigilância, não pertencimento,
10 adoecimento.

11 Então, como falar de trabalho remoto/home office/atendimento digital sem perder
12 de vista que o movimento sindical busca, sobretudo, melhorar as condições e a quali-
13 dade de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras?

14 Diversos estudos, pesquisas, relatos, tem retratado os efeitos na saúde física e men-
15 tal devido ao: uso consistente de tecnologia; exposição às telas; má postura; inadequa-
16 ção do espaço físico; falta de ar fresco; mistura de tempo de trabalho e tempo pessoal.

17 Se, por um lado, as tecnologias e mundo digital facilitam o acesso dos consumi-
18 dores a inúmeros serviços e fornecimentos; representam alternativas de ocupação
19 e geração de renda para milhões de pessoas (como foi na pandemia), por outro lado
20 suprimem direitos e proteção social, assim como transferem os riscos e custos da pro-
21 dução/operações para os trabalhadores.

22 Destacaríamos alguns desafios para o movimento sindical, para a classe trabalha-
23 dora:

- 23 • Inovações tecnológicas serem aliadas, não substitutas do
- 24 trabalhador;
- 25 • Tecnologias serem propriedade coletiva;
- 26 • Resgatar o “trabalho social”, o fazer coletivo, a solidariedade
- 27 no mundo do trabalho;
- 28 • Tecnologias não serem novas “formas de escravidão”, de
- 29 discriminação, de humilhação;
- 30 • Tecnologias não camuflarem a violência no local de trabalho,
- 31 tanto sobre quem presta atendimento, quanto sobre quem
- 32 recebe (“os dois lados do balcão”).

33

34 **4.7 - Prática sindical**

35 Não podemos permitir que percalços e possíveis contradições internas deem mar-
36 gem para divisionismos, pois isto é um auxílio para que patrões e governos tentem
37 destruir a independência das organizações sindicais construídas pelos trabalhadores.

1 Temos a convicção de que nossas divergências devem ser enfrentadas tendo como
2 princípio fundamental a independência de classe, mas, também, a unidade da classe
3 trabalhadora.

4 Compreendemos que nossa prática sindical deve se pautar por linhas centrais
5 como:

- 6 **a.** Ser uma entidade sindical humanizada e solidária, construído
7 com cumprimento do Estatuto e das Resoluções de seus
8 fóruns deliberativos;
- 9 **b.** Buscar antecipar-se aos problemas com atitudes, respeito, bom
10 senso, superação de problemas, atendimento às demandas;
- 11 **c.** Investir em comunicação para a defesa do servidor e do
12 serviço público;
- 13 **d.** Investir em formação sindical, preparando a categoria a
14 entender e destrinchar as temáticas que surgem do conflito
15 das relações de trabalho no serviço público federal; que
16 auxilie a categoria a identificar alternativas de enfrentamento
17 das dificuldades, superação de desafios, percepção de que não
18 há saídas setorizadas e sim de conjunto, se quisermos, de fato,
19 não sermos “joguete” dos governantes de plantão; e buscar
20 maior envolvimento com os movimentos sociais.
- 21 **e.** Retomar a capacidade de mobilização e luta sindical. O debate
22 sobre organização sindical deve ocorrer com capacidade de
23 aprofundar as experiências no setor.

24

25 **5 - CAMPANHA SALARIAL 2023/2024**

26

27 **5.1 - Enfrentar o arrocho fiscal neoliberal**

28 Emparedado por um Congresso conservador, reacionário e vendido ao capital fi-
29 nanceiro, cercado pela imprensa igualmente porta-voz dos interesses do imperialis-
30 mo, o governo assumiu, ainda antes da posse, em dezembro de 2021, o compromisso
31 de propor uma lei que substituísse o teto de gastos (EC 95/2016) do golpista Temer, na
32 chamada PEC da transição (EC 126/2022).

33 Ninguém poderia acreditar que coisa boa sairia desse compromisso com o Con-
34 gresso reacionário. E o projeto original do governo (PLP 93/2023), que já era muito
35 ruim e restritivo, foi enormemente piorado pela Câmara dos Deputados, em votação
36 relâmpago realizada em 24 de maio.

37 O Novo Arcabouço Fiscal (NAF) submete a um brutal arrocho todas as despesas
38 primárias, entre elas o reajuste salarial dos servidores, realização de concursos públi-
39 cos, criação e reestruturação de carreiras. Na melhor das hipóteses, se as previsões
40 mais otimistas se confirmarem, o NAF limita o crescimento real a, no máximo 2,5%.
41 Para se ter uma ideia, nos governos Lula e Dilma o crescimento médio anual real foi

1 de 7,5%, três vezes mais!

2 As emendas parlamentares, por outro lado, estarão garantidas. É uma total contra-
3 dição com a soberania popular.

4 São os especuladores da dívida pública que arreganham os dentes para defender
5 algum tipo de “âncora fiscal” que é o esmagamento dos gastos sociais para a produção
6 de “superávits primários” que garantem o pagamento dos juros.

7 É um suicídio econômico aprovar leis com esse conteúdo. São leis que garantem o
8 lucro especulativo privado dos magnatas ao mesmo tempo que “socializam” os prejuí-
9 zos financeiros quando estouram as crises: foi assim em 2008, por exemplo.

10 Quando o mercado financeiro “quebra” eles correm para se socorrer no caixa dos
11 estados, nos bancos centrais. Mas quando um programa social é anunciado para o
12 povo que passa fome e está desempregado eles urram acusando “a ganância”.

13 O crescimento robusto dos gastos sociais e dos investimentos públicos melhora a
14 distribuição de renda e alavanca o desenvolvimento econômico e a reindustrialização
15 do país.

16 Na campanha salarial 2023/2024 nossas reivindicações se chocam com essas restri-
17 ções orçamentárias e a mobilização precisa ser reforçada em permanência até que a
18 LOA para 2024 seja aprovada no Congresso.

19

20 **5.2 - Regulamentação da Convenção OIT 151**

21 Um segundo ponto fundamental neste período é o acompanhamento do Projeto
22 de Lei sobre negociação coletiva que regulamenta a Convenção 151 da Organização
23 Internacional do Trabalho (OIT). Ele foi discutido no âmbito das entidades filiadas à
24 CUT e com as demais centrais sindicais para ser encaminhado ao governo. No mo-
25 mento está em fase final de elaboração.

26

27 **6 - VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

28 Mesmo no século XXI, ainda persistem muitas desigualdades entre homens e mu-
29 lheres no trabalho, no sindicato e na política. Os números não refletem a realidade,
30 pois as mulheres são 51% da população brasileira e 52% do eleitorado, mas a presença
31 feminina no parlamento é minúscula.

32 No movimento sindical, a paridade estatutária nas direções da CUT foi aprovada
33 por resolução congressual que teve como objetivo ampliar a participação das mulhe-
34 res nos espaços de direção. Precisamos aprofundar esse debate e resolução no interior
35 da Condsef/Fenadsef e suas filiadas.

36 Todo lugar às mulheres e suas reivindicações específicas que precisam ser assumi-

1 das coletivamente por homens e mulheres. É preciso também aprofundar o debate
2 sobre como os espaços sindicais devam ser legitimamente ocupados pelas mulheres
3 trabalhadoras ao lado da política de cotas em geral (mulheres, negros, pessoas com
4 deficiência, LGBTQIA+).

5 As desigualdades encontradas pelas mulheres no mercado de trabalho ainda são
6 enormes: maior desemprego, menos participação e mais informalidade, salários de-
7 siguais, segmentação ocupacional, dupla jornada e escassez de políticas que ajudem
8 a conciliar o trabalho de reprodução social e aquele voltado ao mercado, quando as
9 mulheres optam por ser mães e trabalhadoras. Os postos de comando, ou seja, os em-
10 pregos/cargos mais valorizados, com mais poder e mais bem remunerados, continuam
11 majoritariamente masculinos. Precisamos aprofundar, no interior da Condsef/Fenad-
12 sef, essa problemática da presença feminina no trabalho, no sindicato e na política.

13 Ao longo da história, as mulheres trabalhadoras sempre estiveram na linha de
14 frente das lutas populares por direitos e por melhores condições de vida, carregando
15 o fardo de toda exploração capitalista, patriarcal e racista que oprime as mulheres,
16 sejam responsáveis elas pelas famílias, negras, indígenas, quilombolas, LGBTQs, jovens,
17 idosas, com deficiências, nos campos, nas águas, nas florestas, nas cidades; de um siste-
18 ma político e econômico que se utiliza da exploração da força de trabalho feminino e
19 dos corpos das mulheres para se sustentar.

20 Jornadas duplas, triplas ou contínuas, que exigem um grau de responsabilidade
21 e comprometimento quase integral. É rotineiro, mas são muitas etapas no cuidar da
22 família que nem sempre é percebido o tempo gasto, de fato, com essas tarefas. Essa é
23 a economia do cuidado. Um trabalho invisível que move o mundo. É fundamental va-
24 lorizar esta função, quase sempre executada por mulheres, que motiva o esgotamento
25 mental e físico difícil de ser zerado. Esse é um debate necessário. É um trabalho não
26 remunerado, mal pago e é a crise global da desigualdade. Não são contabilizadas essas
27 horas gastas com tais tarefas, que muitas vezes são onerosas e exaustivas. Mulheres
28 gastam cerca de 61 horas por semana nesses trabalhos não remunerados e conside-
29 rados invisíveis ou desvalorizados. É o aprofundamento do abismo de oportunidades
30 entre homens e mulheres.

31 Um sistema explorador que alimenta discursos de ódio, misóginos, de violência
32 constante e alarmante, que se amplia a cada dia contra as mulheres e meninas, alvos
33 preferenciais dos machistas, racistas, homofóbicos.

34 Uma mulher é assassinada a cada duas horas em nosso país, sendo 66% destas
35 mulheres negras. Também somos o país que mais mata mulheres trans e travestis no
36 mundo e 6 mulheres lésbicas são estupradas por dia. A violência contra as mulheres
37 com deficiência cresceu 67,9% durante a pandemia. A violência obstétrica (que ocorre

1 no pré-natal, parto, pós-parto, aborto) atinge uma em cada quatro mulheres no nosso
2 país; dessas, 65,9% são negras. Frente a tantas violências, as mulheres bradam: não
3 somos números, somos vidas!

4 A violência doméstica e familiar contra a mulher é uma triste realidade no Bra-
5 sil, com números alarmantes, sem contar muitos casos que não são denunciados por
6 medo, vergonha, ameaças ou falta de acesso aos serviços de apoio.

7 Precisamos continuar a luta por medidas protetivas mais rápidas e efetivas, apesar
8 dos avanços conquistados a partir da Lei Maria da Penha/2006 e sua recente modifica-
9 ção pela Lei 14.550/23.

10 O combate à violência contra a mulher, ao feminicídio precisa ser uma luta de
11 toda a sociedade, homens e mulheres. Quem violenta uma mulher, violenta toda a
12 sociedade!

13

14 **Enfrentando a violência no trabalho:**
15 **pela ratificação da Convenção nº190 da OIT**

16 O assédio sexual e moral como expressão da violência no trabalho, em especial a
17 de gênero, vem sendo denunciado pelas sindicalistas como causa para desistência do
18 emprego, adoecimento, desrespeito à dignidade.

19 Após uma década de lutas, por diversas organizações sindicais, com o apoio de vá-
20 rias entidades, as mulheres conseguiram que a OIT aprovasse, em junho de 2019, uma
21 Convenção Internacional para prevenir e eliminar a violência no local de trabalho: a
22 Convenção 190.

23 Essa Convenção é a primeira no mundo a garantir o direito universal a um mundo
24 de trabalho livre de violência e assédio. Ela já foi ratificada por 30 países.

25 A questão da violência e do assédio não são episódios isolados, mas um fenômeno
26 generalizado que encontra na inação e no silêncio os seus maiores aliados.

27 A ratificação é um passo para que situações antes silenciosas possam ser denuncia-
28 das de maneira que garantam a segurança da vítima.

29 Foi uma conquista de movimentos de mulheres, mas interessa a homens e mu-
30 lheres, por reconhecer o direito de todas as pessoas a um mundo de trabalho livre de
31 violência e assédio, incluindo violência e assédio com base em gênero.

32 O Presidente Lula já se comprometeu a assinar esse tratado, mas ele precisa ser
33 aprovado pelo Congresso.

34 Portanto, consideramos fundamental a Condsef/Fenadsef continuar atuando junto
35 à ISP para o Brasil ratificar a Convenção 190, integrando a Campanha, participando
36 de agenda temática, desenvolvendo ações para socializar com suas entidades, sensi-

1 bilizando e refletindo como inserir essa importante conquista em sua ação sindical;
2 para elucidar dúvidas e oferecer caminhos para tratar o tema no cotidiano, bem como
3 incluí-lo nas negociações coletivas.

4 Essa pauta interessa aos trabalhadores e trabalhadoras de nossa categoria.

5 A luta por autonomia, equidade e justiça social já obteve muitas conquistas, mas
6 ainda é necessária grande transformação cultural para a efetiva prevenção, assistência
7 e garantia de direitos.

8

9 **7 - VIDAS NEGRAS IMPORTAM**

10

11 **Por igualdade racial e respeito pela vida do povo negro!**

12 **Enquanto houver racismo, não haverá democracia!**

13 Apesar do grito que ecoou a partir dos Estados Unidos e volta e meia ressoa pelo
14 mundo, incluindo o Brasil, o povo preto continua alvo diário de atitudes discrimina-
15 tórias, que visam invisibilizar, desvalorizar e tratá-lo como coisa, como “boi de carga”,
16 “máquina reprodutora de mão de obra”, “carne mais barata do mercado”.

17 São atitudes que ratificam o racismo estrutural que alicerça relações que colocam
18 as populações indígenas, quilombolas e o povo negro em constantes ameaças à sua
19 integridade física, psicológica, social, religiosa, de gênero, raça e classe.

20 Atitudes como essas marcam a história das violências contra a população negra.

21 Alertamos as autoridades, em especial os governos eleitos, para fatos desta natu-
22 reza, porque remetem aos gestores a necessidade de adotarem políticas públicas de
23 combate ao racismo estrutural/institucional que tem como consequência dramática a
24 negação do direito mais fundamental para a população negra: a vida!

25 Os indicadores sociais, em relação à violência contra o povo negro, com destaques
26 para o genocídio da juventude negra, feminicídio, conflitos agrários e hídricos, desem-
27 prego, fome, moradia precária, guerra às drogas ilícitas, tráfico de armas, apontam
28 para a urgência de políticas públicas a curto, médio e longo prazo.

29 Essas políticas públicas precisam contribuir para a superação do racismo estrutu-
30 ral, racismo institucional, racismo religioso, racismo ambiental, com ações transver-
31 sais articuladas com o controle social nos conselhos municipais, estaduais e federais e
32 nas conferências no âmbito das três esferas de governo.

33 As instituições policiais, em todo o país, precisam ser reconstruídas, na contramão
34 da política de formação de atirar primeiro e perguntar depois. Das 47.508 mortes em
35 2022, mais de 50% eram crianças e jovens com idade entre 12 e 29 anos.

36 Vale, também, salientar a importância de ampliar o Plano da Juventude Negra

1 Viva, tornando-se no PPA (Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania), em
2 uma rede articulada de forma humanizada nas três esferas de governo.

3 Diante desse contexto, o movimento sindical também precisa refletir como sua
4 política contribui nessa superação, no uso de estratégias para avançar na luta antir-
racista.

5 Assim, destacamos alguns desafios:

- 6 • Estabelecer diálogo com movimentos sociais, comunidades e
7 com as bases;
- 8 • Desenvolver atitude antirracista na ação sindical cotidiana
9 (atentamento às situações do dia a dia);
- 10 • Perceber ferramentas alternativas importantes: cultura,
11 comunicação (avanço digital para falar com a base/juventude),
12 sendo fundamentais para se relacionar com as novas gerações;
- 13 • Formação sindical como estratégia para avançar na luta
14 antirracista;
- 15 • Ser ação da organização sindical, não apenas do dirigente em
16 si.

17

18 **8 - DEFESA DO MEIO AMBIENTE**

19 A exploração do agronegócio e de grandes empreendimentos das empresas mine-
20 radoras, empresas industriais eólicas e solar, grilagem de terras virtual (com uma nova
21 modalidade nos Territórios de Identidades nos diversos Biomas brasileiros), povos e
22 comunidades tradicionais são alvos de ataques diariamente através de conflitos agrá-
23 rios e hídricos na lógica mercantilista, no modus operandi capitalista.

24 O processo de desertificação no Semiárido Brasileiro, com destaque para o Bioma
25 Caatinga, eficaz em capturar carbono na atmosfera, com a devastação, em 2022, se
26 fragiliza com a chegada de indústrias de energia renovável. Os impactos da produção
27 industrial de energia renovável e expansão urbana, na concepção neoliberal na lógica
28 capitalista, tem como característica o racismo estrutural e o racismo ambiental nas
29 comunidades, que, de forma gananciosa, afetam a cadeia de produção de alimentos
30 com mudanças climáticas.

31 Com a troca da matriz energética, da queima dos combustíveis fósseis para produ-
32 ção industrial de energia eólica e solar, com o desmatamento do Bioma Caatinga e ou-
33 tros Biomas; com a instalação dos Parques Industriais, muitas são as consequências ao
34 ambiente, principalmente em áreas de preservação ambiental, que afetam as popu-
35 lações e biodiversidade, com perturbações diretamente por esses Parques Industriais.

36 Recentemente, o Mapbiomas divulgou o relatório anual do desmatamento (RAD)
37 2022, que registrou, pela primeira vez, a destruição do Bioma Caatinga causada pela
38 expansão da Infraestrutura das duas “Energias Limpas”.

1 Em 2022, mais de 4 mil hectares de uma floresta genuinamente brasileira foram
2 derrubadas pelas usinas de energia eólica e solar, incluindo as linhas de transmissão.

3 Desmatamento cresce 22% no Brasil em 2022, agropecuária é principal responsá-
4 vel, segundo Mapbiomas.

5 O impacto Sócio Ambiental nas populações do campo, com a implantação dos
6 Parques Industriais, traz um prejuízo para a comunidade. Além da questão ambiental,
7 esses Parques Industriais, com um mar de placas fotovoltaicas e inúmeros cata-ventos
8 gigantes, provocam - ao lado de grandes prejuízos à fauna - empobrecimento, fome,
9 expulsão dos povos tradicionais do campo, adoecimento e muito sofrimento para as
10 famílias que moram no Território de Identidade.

11

12 **9. BALANÇO DA CONDSEF/FENADSEF** 13 **GESTÃO 2020/2024**

14 Os últimos 4 anos foram uma prova de resistência para as organizações dos tra-
15 balhadores, pois, enfrentamos um verdadeiro petardo quando foi lançado pelo cri-
16 minoso governo Bolsonaro com a edição das Propostas de Emendas Constitucionais
17 (emergencial), (PEC - 32/2020) que previa a redução de 25% da jornada de trabalho
18 e dos salários dos servidores públicos, visando cumprir os “limites de gastos com pes-
19 soal”: corte de reajustes salariais, da criação de cargos, de novas contratações e de au-
20 mentar despesas com os auxílios aos servidores, caso as despesas correntes da união,
21 estados e municípios em situação de “aperto fiscal” superem 95% das receitas. Além
22 da proibição de novos concursos públicos, suspensão das progressões de carreira do
23 funcionalismo, entre outras verdadeiras aberrações.

24 Reafirmamos a importância de resgatar sindicatos que se afastaram do cotidiano e
25 das instâncias da Condsef/Fenadsef, promovemos a fusão de entidades sindicais, ten-
26 do como experiência o estado do Mato Grosso do Sul, com a fusão do Sindsep com
27 o Sindsprev, além de orientar e promover um processo imediato de filiação de novos
28 sindicatos.

29 Enfrentamos a crise no momento dos cortes nas consignações, orientando ações
30 que na sua maioria obtiveram sucesso, com uma pressão, inclusive no Congresso, que
31 fez cair a MP 873.

32 Não nos restou alternativa: lutamos ou lutamos, e construímos a mais ampla uni-
33 dade entre todos os setores da administração pública direta e indireta, servidores do
34 Legislativo e do Judiciário. A Condsef/Fenadsef que nasceu sobre a bandeira da mais
35 ampla representação sindical, teve a responsabilidade de propor e organizar esta uni-
36 dade. Pela sua história de luta e combatividade, teve também a autoridade para lide-
37 rar esta batalha.

1 E liderar esta batalha significou apontar rumos que possibilitaram colocar a catego-
2 ria em movimento em defesa de seu emprego e do serviço público, como também con-
3 tra o desmonte das estruturas de Estado, tão importantes em um país desigual como é
4 o caso do Brasil. Portanto, foi necessário a mais ampla unidade de todas as entidades
5 representativas do funcionalismo público para enfrentar esta batalha, pois Bolsonaro
6 contou com o apoio de grande parte do Congresso Nacional, do mercado e da maioria
7 da mídia golpista, para tentar implementar até o fim este projeto destruidor.

8 A unidade significa retomar o projeto de entidades as mais amplas possíveis, com
9 representações do conjunto da categoria. E a autoridade da nossa Confederação que
10 está no seu DNA, sendo que sua origem é de representação do conjunto da classe do
11 funcionalismo público. Para enfrentar a unidade dos detentores do capital e do apa-
12 relho de Estado, foi necessário a unidade dos que colocam em funcionamento estas
13 estruturas, ou seja: a classe trabalhadora.

14 A gestão 2020/2024 manteve a tradição de autonomia e independência de nossa
15 entidade em relação a partidos e governos. Um exemplo dessa atuação foi a trajetória
16 da atual gestão, na defesa dos interesses materiais e morais dos servidores e empre-
17 gados públicos que foi articulada com a defesa da democracia e da unidade da classe
18 trabalhadora.

19 Na luta contra os ataques à democracia que implicou numa generalizada ofensiva
20 contra os trabalhadores em geral e com muita força contra os servidores e emprega-
21 dos públicos em particular.

22 A Condsef/Fenadsef não se retraiu diante do governo e da manipulação da im-
23 prensa contra os serviços e os servidores públicos, lutando especialmente contra a
24 terceirização, a reforma Trabalhista e da Previdência, participando das mobilizações
25 gerais de 2019 a 2022 contra a reforma da Previdência e enfrentando o desgoverno
26 Bolsonaro com a sua proposta de PEC 32 de 2020, que eles chamam de reforma admi-
27 nistrativa, foram praticamente dois anos de enfrentamento com muita mobilização
28 com atividades nos aeroportos de todos os estados e na Câmara dos Deputados com
29 o objetivo de pressionar os parlamentares a rejeitarem esse entulho de reforma, Tam-
30 bém impulsionamos a participação da categoria nas diversas manifestações ocorridas
31 em Brasília, específicas e gerais, como a luta contra o fascismo e o negacionismo, a luta
32 por vacina para todos e pelo Fora Bolsonaro Genocida, a Marcha das Margaridas, e
33 nas atividades da Frente Parlamentar em Defesa dos Serviços Públicos e das Estatais.

34 Nossa entidade lutou ao lado dos trabalhadores das Empresas Estatais de sua base
35 na negociação de Acordos Coletivos de Trabalho numa situação extremamente difí-
36 cil, legitimando a Condsef/Fenadsef como representante desses segmentos. Participou
37 de Audiências Públicas acusando o governo genocida de promover o desmonte do

1 Serviço Público, iniciado com as privatizações. Convocou sua base para mobilizações
2 contra as Reformas do Governo, bem como contra a EC 95.

3 Na defesa dos servidores e empregados públicos, a Condsef/Fenadsef denunciou
4 a exploração predatória da biodiversidade, do território, da água e dos recursos mi-
5 nerais, a liberalização da mineração em terras indígenas e áreas de preservação, o
6 desmatamento da Amazônia, os conflitos e a perseguição de lideranças no campo,
7 as mortes de Bruno Pereira e Dom Phillips, as demissões e as transferências de pro-
8 fissionais qualificados em meio ambiente e em pesquisas, o desmonte da legislação
9 ambiental, os descasos como as queimadas na Amazônia.

10 A Condsef/Fenadsef se engajou firmemente na defesa da FUNAI contra os ataques
11 de Bolsonaro-Xavier. E também participou firmemente do combate contra o Arca-
12 bouço Fiscal do governo, presente ativamente na audiência pública MP Senado e nas
13 outras audiências públicas e fóruns de debates e lutas contra o Novo Regime Fiscal.

14 Essas e outras catástrofes não são meras fatalidades mas, sim, são o resultado da
15 falta dos serviços públicos, do seu desmonte e da privatização de estatais. Por isso, a
16 defesa do servidor e empregado público, do serviço público e das estatais é também a
17 defesa dos direitos e das condições de vida do povo trabalhador do Brasil.

18 A Condsef/Fenadsef foi protagonista para organizar a unidade das três esferas do
19 setor público cutista, essa unidade foi fundamental para que a PEC 32/2020 não fosse
20 à frente na Câmara dos Deputados.

21 Para orgulho dos servidores e empregados públicos, hoje a Condsef/Fenadsef tem
22 a sua sede própria, uma conquista histórica para a nossa categoria.

23 Como parte da defesa material e moral da classe trabalhadora, é tarefa das orga-
24 nizações sindicais o combate a todo tipo de discriminação. A pauta dos movimentos
25 sociais, por melhores condições de vida e trabalho, vem ao encontro das bandeiras
26 históricas de entidades do serviço público, como a valorização do serviço público e de
27 seus/suas trabalhadores/as. É uma luta que envolve a questão da mulher, o combate ao
28 assédio moral/ violência no local de trabalho, o combate à homofobia.

29 No processo eleitoral de 2018, surgiram covardes candidaturas caluniosas e cheias
30 de ódio contra mulheres, negras, indígenas, populações LGBTQI+ e outros tantos seg-
31 mentos excluídos.

32 Conclamamos esses segmentos da base da Condsef/Fenadsef para se envolverem
33 nos movimentos, debaterem e apresentarem em nossos fóruns suas realidades e de-
34 mandas, pois, mais do que nunca, é hora de marchamos juntos, com força, unidade e
35 ousadia.

36 Nossa Confederação e Federação desenvolveram ações de combate ao assédio mo-
37 ral e sexual nos locais de trabalho e nos espaços públicos, definindo ações na defesa de

1 políticas públicas para as diversas áreas.

2 A Condsef/Fenadsef, juntamente com nossas entidades filiadas combateram com
3 muita eficácia a Medida Provisória nº 1.156, que extinguiu a Funasa. Foi mediante
4 as nossas ações que a mesma perdeu a sua validade/caducou, porém, de forma não
5 compreensível, o governo tentou de todas as formas extinguir a Fundação através
6 de proposta que foi acrescentada na Medida Provisória nº 1.154, que definia a nova
7 estrutura do governo com criação de novos ministérios, porém não teve êxito, neste
8 ataque a nossa instituição.

9 Durante a votação da Medida Provisória 1.154, o governo não tinha votos suficien-
10 tes para aprovar a MP mesmo com as alterações feitas pelo relator, deputado Isnaldo
11 Bulhões. No debate, o Deputado Danilo Forte, encaminhou um destaque pedindo a
12 retirada do artigo que pedia a extinção da Funasa e conseguiu um acordo.

13 O fim da Funasa foi alvo de críticas de parlamentares com interesse em indicações
14 para cargos. O destaque ocorreu com a anuência do líder do governo José Guimarães,
15 que disse que seria “um gesto de grandeza” do governo em reconhecimento ao gesto
16 da Câmara de aprovar a MP 1.154. “O governo libera a questão da Funasa até para fa-
17 cilitar a vida de todos aqui”, disse Guimarães, após aprovação do texto base. Podemos
18 destacar que 20 deputados de partidos com ministros votaram contra o governo Lula.
19 “O governo já entendeu que a aprovação da MP não é uma vitória dele, é apenas uma
20 carta de crédito que receberam e agora vai ter que abrir uma negociação política”,
21 disse Artur Lira. Votação 337 a favor e 125 contra.

22 Repudiamos a proposta de extinção da Funasa pelos seguintes motivos:

- 23 • A execução orçamentária da Funasa é superior a 94%;
- 24 • Apesar da redução no quadro de pessoal e desmonte do
25 órgão, o desempenho da instituição é efetivo nas entregas à
26 sociedade;
- 27 • Associações e cooperativas de recicladores de materiais se
28 fortalecem com as atuações da Funasa nos municípios;
- 29 • Interesse público relevante na proteção e inclusão de grupos
30 populacionais vulneráveis;
- 31 • Metas para universalização do saneamento básico no Brasil
32 passa pelo fortalecimento da Funasa como instituição;
- 33 • Sua extinção representa a paralisação de ações em curso com
34 impactos negativos em comunidades rurais e tradicionais
35 (ribeirinhos e quilombolas);
- 36 • A Funasa tem parcerias com instituições de ensino técnico,
37 superior e de pesquisa, e contribui diretamente na formação
38 de mestres, doutores e pós-doutores pelo país na área de
39 saneamento;
- 40 • Elaborou o Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR)
41 que depende de orçamento para ser implementado;

- 1 • Em seu quadro a Funasa conta com profissionais com
2 a necessária inter-relação entre as políticas de saúde,
3 saneamento e meio ambiente;
- 4 • A extinção da Funasa é desproporcional e precipitada
5 podendo trazer prejuízos à sustentabilidade do SUS e do
6 próprio Ministério da Saúde;
- 7 • O governo já manifestou intenção de reestruturar outros
8 órgãos e pode fazer o mesmo com a Funasa. Com a retirada
9 do artigo que pedia a extinção a Funasa foi recriada, mas
10 para poder voltar a funcionar plenamente necessita de um
11 Decreto Legislativo, para que a Funasa volte como era antes e
12 nós repudiamos a demora do Congresso em fazer este decreto,
13 pois quem está perdendo é a população que não está sendo
14 atendida e diversos problemas estão ocorrendo.

15

16 **10 - PAUTA DE REIVINDICAÇÕES,** 17 **PLANO DE LUTAS, CAMPANHAS**

18 Elencamos aqui os eixos gerais de nossa pauta de reivindicações, nosso plano de
19 lutas, e campanhas, a serem desenvolvidas na nova gestão da Condsef/Fenadsef, e no
20 novo cenário que estamos enfrentando e iremos enfrentar nos próximos anos.

21 Estes eixos devem ser desdobrados, posteriormente, em ações táticas e estratégicas,
22 pela Condsef/Fenadsef e os sindicatos filiados.

23

24 **SALÁRIOS E BENEFÍCIOS**

- 25 • Reajuste salarial com reposição das perdas inflacionárias dos
26 últimos anos e adoção de uma política salarial permanente,
27 com manutenção do poder de compra dos salários, valorização
28 do vencimento básico, incorporação de todas as gratificações
29 e correção das desigualdades salariais entre as categorias com
30 semelhantes atribuições e requisitos de ingresso;
- 31 • A construção de uma política de saúde dos trabalhadores
32 no serviço público federal, que comece com a elevação da
33 contrapartida per capita do governo para 50% do valor da
34 despesa do servidor com o plano de saúde, mas que evolua
35 para o atendimento digno no sistema público, de acordo com
36 as necessidades e especificidades das categorias;
- 37 • Justiça e igualdade dos benefícios (auxílio-alimentação,
38 auxílio creche, auxílio saúde, auxílio transporte, etc.) de
39 maneira isonômica entre os trabalhadores no Serviço Público
40 Federal dos Três Poderes;
- 41 • Garantir o pagamento dos adicionais de insalubridade ou
42 de periculosidade, calculados sobre o Vencimento Básico,
43 para todas as categorias de trabalhadores e trabalhadoras
44 no serviço público, que laborem sob condições de risco à
45 integridade da saúde;

- 1 • Redução da jornada de trabalho sem redução de salário;
- 2 • Extensão dos índices da Lei 13.464/2017 para todos os
- 3 servidores públicos federais;
- 4 • Retomar as negociações junto ao Governo sobre o tratamento
- 5 isonômico para os cargos de iguais atribuições;
- 6 • Revisão da Tabela do Imposto de Renda.

7

8 **NEGOCIAÇÃO COLETIVA**

- 9 • Regulamentação da Negociação Coletiva no Serviço Público
- 10 (Convenção 151 da OIT - Organização Internacional do
- 11 Trabalho), definindo o 1º de maio como data-base da
- 12 categoria;
- 13 • Realizar uma campanha nacional, envolvendo os sindicatos
- 14 filiados, de disseminação da importância da negociação
- 15 coletiva nas relações de trabalho em geral e no setor público,
- 16 sobre o estágio atual da regulamentação e capacitação para
- 17 realizar a defesa permanente desta regulamentação;
- 18 • Instalação imediata das mesas setoriais, as quais deverão ser
- 19 articuladas e desdobradas em mesas estaduais vinculadas às
- 20 mesas nacionais;
- 21 • Melhoria dos Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs) para as
- 22 empresas públicas: Conab (2023/2024), Ebserh (2023/2024),
- 23 HFA (celebrar novo acordo para os celetistas), Valec
- 24 (acompanhar as negociações com o sindicato dos metalúrgicos
- 25 de BH) e Hemobrás (2023/2024);
- 26 • Migrar os professores do Ensino Básico Federal- EBF (Lei
- 27 11.784/08) dos ex-territórios, que se aposentaram com
- 28 fundamentos na Emenda 20, para a carreira Ensino Básico,
- 29 Técnico e Tecnológico- EBTT (Lei 12.772/12);
- 30 • Extensão dos benefícios da Lei 12.772/12 a todos trabalhadores
- 31 da educação dos Ex-Territórios;
- 32 • Lutar pelo cumprimento de todos os acordos assinados
- 33 durante o Governo Lula e Dilma em 2015;
- 34 • Pela data-base em 1º de maio dos servidores regidos pela Lei
- 35 8.112/90;
- 36 • Pela defesa do direito de greve e da negociação coletiva;
- 37 • Lutar por uma campanha salarial unificada, data-base com
- 38 reposição inflacionária;
- 39 • Apresentar pauta para o governo, onde todo o debate que
- 40 envolva a administração pública aconteça na MNNP;
- 41 • Elaborar orientação geral de atuação para que as Mesas
- 42 Setoriais estejam em sintonia com a MNNP.

43

44 **DIREITOS DOS APOSENTADOS**

- 45 • Lutar pela reversão das regras que extinguiram a paridade

- 1 e a integralidade no regime previdenciário dos servidores
2 garantindo a incorporação das gratificações produtivistas na
3 aposentadoria, inclusive 100% da GSISTE;
- 4 • Garantir aposentadoria especial para os trabalhadores (as)
5 que trabalham em áreas insalubres e perigosas;
 - 6 • Extensão da Lei 13.324/2015 (incorporação) para todos os
7 aposentados;
 - 8 • Solicitar ao MGI a elaboração de um programa de acolhimento,
9 orientação e atendimento aos servidores aposentados e em
10 processo de aposentadoria;
 - 11 • Aprovação do PL 2635/2022, que permite aos empregados
12 públicos que já tenham atingido a idade limite para
13 aposentadoria compulsória (75 anos) permanecerem em
14 atividade até completar o tempo mínimo de contribuição
15 requerido pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS);
 - 16 • Lutar pela aprovação da PEC 555 – que isenta aposentados e
17 pensionistas da taxaço do plano de seguridade social.

18

19 **NÃO À TERCEIRIZAÇÃO**

- 20 • Enfrentamento à precarização no Serviço Público, superando
21 os processos de terceirização por contratações estáveis
22 e remuneração isonômica para todos os trabalhadores e
23 trabalhadoras no serviço público federal;
- 24 • Lutar contra a terceirização, concomitantemente à garantir a
25 manutenção do emprego e a melhoria salarial e de condições
26 de trabalho para os trabalhadores terceirizados.

27

28 **FORTELECIMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO**

29 **DAS ESTATAIS E MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO**

- 30 • Reestruturação da carreira de Seguridade Social e do Plano
31 Geral de Cargos do Poder Executivo/PGPE. Reestruturação
32 dos planos especiais de cargos e carreiras específicas dos
33 diversos órgãos com correções das distorções salariais;
- 34 • Pela defesa da estabilidade e dos direitos dos trabalhadores
35 do serviço público;
- 36 • Reconstrução e Transformação dos Serviços Públicos, com
37 a abertura imediata de concursos públicos, cumprimento
38 da lei de cotas para pessoas com deficiência e cotas sociais
39 conforme diretrizes da Condsef/Fenadsef visando a buscar o
40 efetivo compromisso com um serviço público de qualidade a
41 serviço da redução das desigualdades sociais e comprometido
42 com o desenvolvimento soberano da nação;
- 43 • Celebração de Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs) que
44 garantam o poder de compra dos salários dos empregados/as
45 em empresas públicas, concomitantemente com a melhoria
46 das condições de trabalho;

- 1 • Defender um Serviço de Assistência à Saúde que atenda às
2 necessidades de todos/as trabalhadores e trabalhadoras em
3 empresas públicas. Qualquer alteração dos atuais serviços só
4 pode ser realizada ouvindo os trabalhadores e que atendam
5 suas necessidades de serviço em abrangência e qualidade
6 para todos/as. A implementação somente deve ocorrer depois
7 de ser apreciada e aprovada pelas instâncias deliberativas de
8 suas organizações sindicais;
- 9 • Exigir a realização dos exames periódicos de saúde que estão
10 previstos na Lei n. 8112/1990 e no Decreto n. 6856/2009;
- 11 • Definição e negociação de Diretrizes para os Planos de Cargos
12 e Carreiras no Serviço Público Federal que compatibilizem
13 as necessidades de um Estado forte na prestação de serviços,
14 promotor do desenvolvimento sustentável, garantidor
15 da soberania nacional e dos direitos da cidadania com a
16 dignidade de salários e condições de trabalho isonômica para
17 todo o funcionalismo federal nos três poderes;
- 18 • Lutar pela imediata implementação do Decreto nº 11.443/2023
19 assinado pelo presidente Lula, que estabelece o percentual
20 mínimo de 30% de cargos e funções comissionadas destinados
21 à ocupação por trabalhadoras mulheres e negros;
- 22 • Estender aos servidores a possibilidade de cessão aos demais
23 poderes, sem prejuízo financeiro no recebimento do valor da
24 gratificação – GDPGPE, criada pela Lei nº 11.784/2008;
- 25 • Lutar para que em todos os órgãos da administração federal
26 sejam reestruturados os cargos e as carreiras de maneira
27 a garantir concurso e remuneração digna a todos os
28 trabalhadores sejam de formação do nível fundamental, nível
29 médio ou superior;
- 30 • Lutar pela adesão do Brasil à Convenção 190 da OIT contra o
31 assédio moral e sexual no ambiente de trabalho, e para que
32 o Governo construa e implemente um plano estratégico e de
33 uma legislação nacional pelo combate ao assédio moral contra
34 trabalhadoras e trabalhadores no ambiente de trabalho,
35 observando as especificidades de gênero, raça e etnia;
- 36 • Realização de concursos públicos para preenchimento das
37 vagas existentes; e ampliação de mais vagas, de acordo com
38 as necessidades em cada órgão e ministério, no sentido de
39 ampliar os serviços públicos e políticas sociais do Estado
40 brasileiro;
- 41 • Lutar pela reedição do Decreto 5.497/2005 que torna
42 obrigatório que 70% dos cargos e funções comissionadas
43 sejam destinados a servidores efetivos;
- 44 • Lutar pela manutenção do RJU na administração pública;
- 45 • Lutar contra a implantação de outros regimes jurídicos na
46 administração pública;
- 47 • Lutar contra todas as privatizações de órgãos públicos e

- 1 estatais (Eletrobrás, Petrobrás, Casa da Moeda, Banco do
2 Brasil, Caixa Econômica Federal, Correios, Ceasaminas, entre
3 outros);
- 4 • Lutar contra a proposta de Lei do Saneamento, em tramitação
5 no Congresso Nacional;
 - 6 • Defesa do SUS, das estatais e garantia da participação popular
7 nos fóruns de políticas públicas;
 - 8 • Lutar pelo fim do ponto eletrônico na hora do almoço;
 - 9 • Lutar, em parceria com as entidades representativas da
10 educação pública, para melhorar a situação dos professores
11 e trabalhadoras da educação, sejam federais, estaduais, e
12 municipais, por definições de planos de carreiras, concursos,
13 combate aos contratos temporários e precários, reajustes
14 dos salários, cumprimento da Lei do Piso, e respeito a gestão
15 democrática das escolas, especialmente as trabalhadoras da
16 educação dos ex-Territórios;
 - 17 • Pelas plenas condições de trabalho.

18

19 **REVOGAÇÃO**

- 20 • Lutar pela revogação das Reformas da Previdência (EC
21 103/2019) e Trabalhista (Lei 13.467/2017), e de toda
22 legislação que retire direitos funcionais e remuneratórios dos
23 trabalhadores, trabalhadoras, e que retirem ou reduzem as
24 atribuições dos órgãos;
- 25 • E pela revogação da Lei 13.429/2017 da terceirização sem
26 limites;
- 27 • Retirada da Reforma Administrativa (PEC 32) da pauta do
28 Congresso;
- 29 • Lutar para que a EC 95 seja revogada e para que seja
30 revisto integralmente o Novo Arcabouço Fiscal retirando
31 os dispositivos que restringem o papel do Estado no
32 desenvolvimento e na ampliação dos serviços e políticas
33 públicas;
- 34 • Revogação de todas as medidas do desgoverno Bolsonaro
35 (portarias, decretos, instruções normativas, dentre outras),
36 a exemplo das IN 02/2018 e 54/2021, que prejudicam os
37 servidores e serviços públicos, e exoneração imediata de
38 todos os ocupantes de cargos comissionados nomeados
39 pelo desgoverno genocida que perseguiram servidores e
40 integraram a indústria de processos administrativos –PADs;
- 41 • Derrotar as PECs 186, 187 e 188/2019 de Bolsonaro-Paulo
42 Guedes;
- 43 • Retirada da MP 905/2019 (carteira “verde e amarela”);
- 44 • Lutar pela autonomia das Universidades Federais, em defesa
45 da educação pública e gratuita como dever do Estado e direito
46 social, e pela revogação da Reforma do Ensino Médio iniciada

1 por Temer e aprofundada por Bolsonaro.

2

3 **TELETRABALHO E PROGRAMAS DE GESTÃO DE DESEMPENHO**

- 4 • Rediscussão imediata dos Programas de Gestão e Desempenho
5 (PGDs), abrindo a negociação com as organizações dos
6 trabalhadores no serviço público para a definição dos
7 requisitos e parâmetros a serem adotados, garantindo metas
8 não abusivas, jornadas de trabalho definidas com os contratos
9 e concursos, monitoramento da saúde dos trabalhadores em
10 trabalho remoto, custeio estatal para garantir as condições
11 adequadas, direito a desconexão, reconhecimento das
12 ferramentas de monitoramento da jornada de trabalho dos
13 trabalhadores, mecanismos negociados de solução de conflitos
14 entre trabalhadores e governo;
- 15 • Realizar estudos e projeções sobre o uso do trabalho remoto
16 e o uso de inteligência artificial em serviços públicos para
17 subsidiar os trabalhadores e seus sindicatos na proteção dos
18 direitos;
- 19 • Regulamentação do trabalho remoto com garantia dos
20 direitos e sem redução de salário; combater a precarização.

21

22 **REFORMAS ESTRUTURAIS**

- 23 • Aprovação das Reformas Estruturais (Reforma Agrária,
24 Reforma Tributária, Reforma Política e Democratização da
25 Mídia);
- 26 • Lutar para garantir os direitos a salários dignos, direitos
27 previdenciários e direitos trabalhistas dos agentes de combate
28 às endemias;
- 29 • Lutar pela auditoria da dívida pública, removendo os
30 mecanismos jurídicos que garantem os ganhos absurdos dos
31 rentistas e especuladores;
- 32 • Aprovação do Imposto sobre as grandes fortunas;
- 33 • Fim do Financiamento Empresarial de Campanha Eleitoral;
- 34 • Apoio irrestrito a todas as lutas que têm como bandeira o fim
35 do Sistema Capitalista;
- 36 • Reconstrução do Brasil através de um projeto que contenha
37 crescimento econômico e distribuição de renda; bem
38 estar social para toda a população; que a tecnologia não
39 provoque desemprego e sim haja relação amigável com
40 inovação tecnológica; investimentos públicos com efeitos
41 multiplicadores, combatendo todos os tipos de desigualdades;
- 42 • Participação das entidades sindicais nos debates do Orçamento
43 2024 e da nova regra fiscal do governo Lula;
- 44 • Revogação de todas as medidas do desgoverno Bolsonaro
45 (portarias, decretos, instruções normativas, dentre outras) que
46 prejudicam os servidores e serviços públicos e a exoneração

- 1 imediata de todos os ocupantes de cargos comissionados que
2 perseguiram servidores e integraram a indústria de processos
3 administrativos - PADs;
- 4 • Implantação do salário mínimo de acordo com o índice do
5 DIEESE, reajustando de acordo com a inflação;
- 6 • Política de moradia para atender a todos os trabalhadores;
- 7 • Reestatização das empresas já privatizadas e mais nenhuma
8 privatização;
- 9 • Defesa do meio ambiente;
- 10 • Reorganização profunda do sistema de proteção social,
11 laboral e previdenciária.

12

13 **DIREITOS SINDICAIS**

- 14 • Lutar pelo direito dos trabalhadores e trabalhadoras no serviço
15 público à liberação para o exercício de mandato sindical, sem
16 prejuízo da sua carreira e dos direitos adquiridos;
- 17 • Propor a regulamentação da liberação dos servidores para
18 participar das atividades sindicais da sua categoria;
- 19 • Exigir o cumprimento do disposto no Decreto n° 9.261, de 8
20 de janeiro de 2018, Decreto n° 5.115, de 24 de junho de 2004;
- 21 • Apoio irrestrito aos movimentos grevistas dos trabalhadores;
22 pelo direito de greve;

23

24 **ORGANIZAÇÃO SINDICAL E QUESTÕES SOCIAIS**

- 25 • Manter a CUT, a Condsef/Fenadsef e suas filiadas
26 independentes de todo e qualquer governo, patrões e partidos
27 políticos; liberdade e autonomia sindical;
- 28 • Orientar os Sindicatos filiados a ampliar e garantir espaço
29 para as reivindicações das mulheres;
- 30 • Desenvolver uma política de enfrentamento às variadas
31 formas de violência e discriminação, no local de trabalho,
32 no ambiente doméstico e na sociedade, contra as mulheres,
33 a população LGBTQIAPN+, os idosos, as pessoas com
34 deficiência, a população negra, indígena e demais “minorias”
35 étnicas e sociais;
- 36 • Organizar um processo de discussão, na Condsef/Fenadsef
37 e nos sindicatos filiados, sobre a possibilidade de criação de
38 secretarias e coletivos para desenvolver campanhas específicas
39 de filiação, formação e informação sobre os direitos das
40 mulheres;
- 41 • Lutar pela promoção da igualdade de gênero e raça no
42 trabalho e na sociedade, pela inclusão das pessoas com
43 deficiência, pela eliminação da miséria e pela redução das
44 desigualdades sociais;
- 45 • Cumprimento imediato da Lei que estabelece o mínimo de

- 1 5% de pessoas com deficiência trabalhando como servidoras
2 federais;
- 3 • Promover a participação e o controle social, garantindo
4 espaço para a representação sindical dos trabalhadores no
5 serviço público federal com estrita separação em relação aos
6 órgãos de gestão;
- 7 • Ampliar a capacitação do movimento sindical da Condsef/
8 Fenadsef na área de comunicação sindical digital, com cursos
9 nacionais, assessoria especializada;
- 10 • Realizar campanhas de formação sobre negociação coletiva
11 no setor público, preparando os trabalhadores e dirigentes
12 sindicais do setor público para o novo cenário com a MNNP
13 e as Mesas Setoriais;
- 14 • Criar a TV e a Rádio dos Trabalhadores e Trabalhadoras no
15 Setor Público, com programação permanente, com o objetivo
16 de informar e de formar a categoria;
- 17 • Inserção no mercado de trabalho de setores hoje
18 marginalizados da sociedade (sobretudo mulheres, população
19 negra);
- 20 • Unificar as bandeiras de luta que são comuns ao setor público
21 e privado;
- 22 • Defesa da democracia e da classe trabalhadora.

23

24 **ANISTIADOS**

- 25 • Transposição para o RJU (ADIN 2135) dos anistiados que
26 retornaram para os Ministérios (ADM Pública Federal Direta)
27 como CLT.
- 28 • Defesa dos PDVistas: pela aprovação do PL 4.293/2008

29

30 **ASSINAM:**

31

32 **Secretaria-Geral**

33 Sérgio Ronaldo da Silva - DF;

34 José Felipe Pereira - PE;

35 José Carlos de Oliveira - PE

36

37 **Secretaria de Administração**

38 Jussara Griffó - MG;

39 Dérmio Antonio Fillipi - SC;

40 Edilson José Muniz - DF

41

42 **Secretaria de Finanças**

43 Pedro Armengol de Souza - PI;

- 1 Gilberto Rosas - RR;
- 2 Marco Antônio de Lima Nunes - AP
- 3
- 4 **Secretaria de Imprensa e Comunicação**
- 5 Luís Cláudio de Santana - RJ;
- 6 Sérgio Nilo da Silva - RJ
- 7
- 8 **Secretaria de Assuntos Jurídicos, Parlamentares e de Classe**
- 9 Edison Vitor Cardoni - DF;
- 10 Gediel Ribeiro de Araújo Júnior - DF;
- 11 José de Assis - CE
- 12
- 13 **Secretaria de Política Sindical e Formação**
- 14 José Ribamar Figueiredo Nascimento - MA;
- 15 Rosemary Manozzo - RS;
- 16 Jurandir Pereira Liberal - PE
- 17
- 18 **Secretaria de Relações Internacionais**
- 19 Edvaldo Andrade Pitanga - BA;
- 20 José Ubaldo Silva de Santana - BA;
- 21 Walter Matos de Moraes - AM
- 22
- 23 **Secretaria de Políticas Públicas e Sociais**
- 24 Elna Maria de Barros Melo - PE;
- 25 Reinaldo Felipe dos Santos - DF;
- 26 Ricardo Abel Garcia de Passos - SE
- 27
- 28 **Secretaria de Movimentos Sociais**
- 29 Maria Neuziana T. C. Uchôa - AP;
- 30 Maria Gizélia da Rocha Fonseca - RN;
- 31 Eduardo Magno Teixeira - PA
- 32
- 33 **Secretaria de Aposentados e Pensionistas**
- 34 Herclus Antônio Coelho de Lima - RO;
- 35 José Alves de Souza Filho - PR;
- 36 Wilton Marques - RO
- 37
- 38 **Secretaria de Gênero, Raça, Juventude e Orientação Sexual**
- 39 Erilza Galvão dos Santos - BA;
- 40 Carlos Antônio de Abreu - DF;

- 1 Ismael José César - DF
- 2
- 3 **Secretaria da Saúde do Trabalhador**
- 4 Paulo da Silva Vieira - RO;
- 5 Joana Darc dos Santos Lima - RO;
- 6 Arlene Carvalho da Silva - RJ
- 7
- 8 **Secretaria de Relações do Trabalho**
- 9 Carlos Alberto de Almeida - MT;
- 10 Francisco Assis de Queiroga - PB;
- 11 Fernando Pivetta - MT
- 12
- 13 **Direção Nacional - Suplentes**
- 14 Adilson Nascimento dos Santos - MS;
- 15 Mirian Vaz Parente - DF
- 16
- 17 **Conselho Fiscal - Titular**
- 18 Francisco Adriano Duarte Fernandes - CE;
- 19 Almerindo Leite Farias Filho - AP;
- 20 Dealci Alves Ferreira - ES
- 21
- 22 **Conselho Fiscal - Suplente**
- 23 José Martins de Oliveira - PI;
- 24 João Seno de Moura - PI;
- 25 Raul Bittencourt Pedreira - Secretário-Geral do Sindisep-RJ;
- 26 Almir José Silva - Presidente do Sindsef-RO

■ TESE 2

1

2 **POR UMA CONDSEF/FENADSEF** 3 **DE COMBATE E INDEPENDENTE** 4 **PARA LUTAR POR SALÁRIO E DIREITOS**

5 Entre os dias 14 e 17 de DEZEMBRO ocorrerá o congresso da Condsef/Fenadsef.
6 Os servidores federais foram muito importantes na derrota do genocida Bolsonaro.
7 Agora, nossa tarefa é organizar nosso plano de lutas e reivindicar nossas pautas do
8 novo governo Lula/Alckmin. Divergimos da direção majoritária da Condsef/Fenadsef,
9 que nesses primeiros meses do novo governo, tem feito de nossa Confederação uma
10 entidade chapa branca do governo. Por isso, escrevemos esta tese e chamamos você
11 servidor e servidora a vir batalhar conosco por uma nova direção democrática e de
12 luta para a Condsef/Fenadsef. É uma necessidade termos uma nova direção na Cond-
13 sef/Fenadsef para dar o COMBATE ao arcabouço fiscal, à Reforma Administrativa, ao
14 bolsonarismo, organizar lutas e paralisações pela nossa reposição salarial, pelo plano
15 de carreira da FUNAI, do IBAMA, do SPU, do IPHAN, da ANM e demais categorias,
16 pelos direitos dos aposentados e pensionistas por isonomia, por acordos coletivos de
17 trabalho da EBSEH e da CONAB que garantam a real reposição das perdas e valori-
18 zação do trabalho, a unidade de todos e todas os/as trabalhadores e trabalhadores do
19 Brasil na luta por direitos conquistados.

20

21 **1 - SITUAÇÃO INTERNACIONAL: CRISE ECONÔMICA,** 22 **GUERRA NA UCRÂNIA, EXTREMA-DIREITA E** 23 **RESISTÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA NA** 24 **FRANÇA, ARGENTINA, PERU E AMÉRICA LATINA**

25 A crise econômica capitalista do imperialismo aberta em 2008, a partir da crise dos
26 subprimes, e agravada com a pandemia da covid-19, colocou a luta entre trabalhado-
27 res contra os patrões e seus governos na ordem do dia. Para tentar sair de sua crise os
28 governos imperialistas e capitalistas yanques e europeus, bem como o imperialismo
29 russo e o chinês, tentam desesperadamente jogar nas costas da classe trabalhadora
30 o peso da crise, retirando ou tentando retirar direitos históricos da classe trabalha-
31 dora mundial, principalmente o direito à previdência social, como vimos no recente

1 episódio francês, onde o presidente Macron, usando uma lei autoritária prevista na
2 Constituição, aprovou uma reforma da previdência sem precisar passar a votação no
3 Congresso da França, isso depois de várias greves gerais e jornadas de mobilização que
4 reuniram milhões de franceses.

5 O fato de que os velhos dirigentes dos sindicatos e da classe trabalhadora capitulem
6 a esses projetos e não respondam à altura quando governos e patrões tentam impor
7 seus planos econômicos para retirar direitos e resolver a sua crise de acumulação capi-
8 talista, tem levado setores da classe trabalhadora e das classes médias à desesperança,
9 ao desespero, a ponto de apoiarem saídas de cunho reacionário e da extrema direita,
10 como vimos nos Estados Unidos com Trump, no Brasil com Bolsonaro, na Hungria e
11 na própria Polônia.

12 Na Argentina a opção desastrosa do Peronismo de governar pactuando com o FMI,
13 (o que gerou inflação galopante, mais pobreza, tarifas exorbitantes e uma enorme
14 redução de salários e aposentadorias) levou uma grande decepção que, infelizmente,
15 foi canalizada eleitoralmente para a oposição patronal: Javier Milei, do partido da
16 extrema direita A Liberdade Avança venceu as prévias eleitorais com 30%.

17 Ao não conseguir fechar sua crise econômica mundial, que parece cada vez mais
18 “crônica”, os velhos imperialistas (Estados Unidos, Alemanha, França, Japão) assistem
19 impávidos a ascensão de novos imperialismos, como a China e a Rússia, que partem
20 para uma concorrência desenfreada contra o imperialismo ianque e europeu.

21 A China atinge o imperialismo norte-americano minando sua economia interna e
22 mundial; a Rússia golpeia o velho imperialismo com a geopolítica e commodities, ao
23 provocar uma guerra no coração da Europa, contra um país independente, a Ucrânia,
24 invadindo-o e bombardeando-o e anexando regiões importantes como a Criméia e o
25 Donbass, ao mesmo tempo em que se impõe com o monopólio de gás natural e grãos.
26 É claro que estamos do lado do povo ucraniano contra o chauvinismo e autoritarismo
27 de Putin e sua máfia de bilionários. Ou seja: a crise econômica capitalista trouxe para
28 a ordem do dia a guerra de rapina da Rússia contra a Ucrânia. Estamos com o povo
29 ucraniano sem apoiar o governo privatista e antioperário de Zelensky.

30 Outro fenômeno da crise econômica mundial do capitalismo é o crescimento da
31 inflação em todos os continentes: nos Estados Unidos está em 9%, na zona do Euro
32 está em quase 10%, na América Latina o exemplo mais gritante é o da Argentina, com
33 100%, o que só agrava a crise social e a polarização e faz surgir o fenômeno da extre-
ma-direita.

34 Na América Latina estamos solidários com o povo peruano que enfrenta uma di-
35 tadura “branca” de Dina Boluarte com o apoio da extrema-direita fujimorista, que já
36 matou mais de 70 pessoas em protestos que se espalham pelo país desde dezembro

1 do ano passado, após o impeachment pelo Congresso peruano do presidente Castillo,
2 da centroesquerda e dirigente sindical dos professores. Estamos com o povo na rua
3 no Peru, exigindo o fora Boluarte e o chamado a novas eleições gerais pelo fim da
4 ditadura. Viva a luta do povo peruano. Exigimos que o governo Lula rompa relações
5 econômicas e diplomáticas com o governo Peruano até que se vá a ditadora.

6

7 **2 - BRASIL: SEM ANISTIA PARA BOLSONARO** 8 **E SEUS CÚMPLICES! FORA MÚCIO E CAMPOS NETO!**

9 Jair Bolsonaro (PL) foi derrotado nas urnas e um novo governo da frente ampla
10 assumiu, liderado por Lula e Alckmin. Somos parte dos que lutaram e fizeram cam-
11 panha para derrotar a extrema direita e dos que agora repudiam nas ruas as ações
12 golpistas. No dia 8 de janeiro, foi realizada uma intentona golpista para dar um golpe
13 e acabar com as liberdades democráticas. Para esses fins, contaram com a conivência e
14 o apoio da PRF, das PMs, da cúpula das Forças Armadas, do Ministro da Defesa, José
15 Múcio, e do governo do Distrito Federal. Bolsonaro, seus ex-ministros e parlamenta-
16 res precisam pagar por seus crimes, pelo genocídio Yanomami, pelas mais de 700 mil
17 mortes por covid-19, por seus esquemas de corrupção. Não podemos aguardar a boa
18 vontade do STF porque sabemos do histórico desse poder contra os trabalhadores,
19 bem como dos seus conchavos. Exigimos da CUT, CTB, PT e PCdoB atos e mobiliza-
20 ções contra as ações golpistas. É inadmissível que bolsonaristas como José Múcio, Mi-
21 nistro da Defesa, e Daniela do Wagninho, do União Brasil, ligada aos milicianos, sigam
22 no governo Lula/Alckmin. Do mesmo modo, não podemos aceitar a continuidade do
23 bolsonarista Campos Neto à frente do Banco Central. Exigimos a prisão e o confisco
24 de bens de todos os responsáveis pelos atos golpistas do dia 8 de janeiro! Fora Múcio e
25 Campos Neto! Exigimos também a revogação de todas as contrarreformas e medidas
26 contra a classe trabalhadora e o serviço público. Devemos lutar para que Bolsonaro,
27 Trump e todos os governo da extrema direita sejam punidos por seus crimes.

28

29 **Independência diante do governo Lula/Alckmin** 30 **e exigir salário e verbas para educação e carreira**

31 Após o nefasto governo da extrema direita, existem muitas expectativa de setores
32 populares com a Frente Ampla de Lula/Alckmin. Muitos dos trabalhadores que es-
33 tão ombro a ombro conosco nas lutas tem essa visão. Nós não temos esse ponto de
34 vista e explicamos: Lula defende a ideia de que é possível conciliar os interesses dos
35 trabalhadores com os empresários, banqueiros e latifundiários. Nós discordamos: ou
36 se garante os serviços públicos, mais salários e direitos ou se garante os interesses e
37 lucros dos banqueiros e dos chamados “mercados”. Alertamos: a aliança de Lula e do
38 PT com partidos de direita e com os empresários – é apresentada como a única for-

1 ma possível de governo atual – tem como projeto realizar um governo com e para a
2 burguesia e as multinacionais, a serviço dos empresários e banqueiros e subserviente
3 aos ditames da Casa Branca e da União Europeia. Isso é o que tem demonstrado todas
4 as experiências de governos de colaboração de classes em todos os lugares. Por isso,
5 mesmo tendo votado em Lula e na frente ampla no segundo turno, defendemos que
6 a esquerda, os sindicatos e os movimentos sociais precisam se manter independentes,
7 chamando a classe trabalhadora e os setores populares a lutar por suas reivindicações.
8 A composição do novo governo denota uma política de pacto que envolve até parti-
9 dos ou parlamentares que sustentaram o governo Bolsonaro e que votaram a favor
10 das contrarreformas da previdência e pela privatização da Eletrobrás e dos Correios.
11 Isso é preocupante, porque essa conciliação de classes ocasionará ataques à classe
12 trabalhadora e, sob a falsa lógica de que isso garantirá a estabilidade política, reabi-
13 litará setores que foram parte do governo Bolsonaro, em vez de responsabilizá-los
14 pela situação de caos que vive o país. Lula governará aliado a Alckmin (ex-PSDB),
15 Kassab (PSD), Kátia Abreu (PP) e pactua pela governabilidade com Arthur Lira (PP),
16 os partidos do Centrão e setores do grande empresariado e do sistema financeiro. Essa
17 pactuação impede qualquer programa de mudanças profundas. Um fato perigoso que
18 pode dar fôlego para a extrema direita.

19 É importante olhar as experiências atuais em nosso continente. O governo de Bo-
20 ric, no Chile, que não atendeu as pautas operárias e populares, pactuou com setores
21 que sempre governaram, se desgastou e levou o plebiscito sobre a nova Constituição
22 a uma derrota eleitoral (uma Constituição feita aos moldes da ditadura de Pinochet).
23 Uma experiência recente que serve de alerta para nosso país. É fundamental que o
24 movimento sindical, o movimento estudantil e os movimentos sociais tenham inde-
25 pendência política e conduzam as reivindicações populares sem blindagem ao novo
26 governo. Somente com independência e unidade para as mobilizações podemos rei-
27 vindicar nossas pautas.

28

29 **Exigir do governo Lula/Alckmin o atendimento** 30 **das pautas da classe trabalhadora**

31 Defendemos que a CONDSEF, o FONASEFE, a CUT, a CTB e demais centrais sin-
32 dicais e sindicatos sejam independentes do novo governo e organizem as lutas por
33 salário, direitos, mais verbas para os serviços públicos e para as universidades. Como
34 propostas para a mobilização emergencial da classe trabalhadora, da juventude e se-
35 tores populares, apresentamos as seguintes exigências ao governo Lula/Alckmin:

- 36 a. A punição de todos os golpistas já! Reivindicamos prisão e
37 confisco de bens, a começar pelo ex-presidente Bolsonaro,
38 seus familiares, a cúpula militar das forças armadas e
39 empresários golpistas. Fora Múcio, demissão dos ministros

1 bolsonaristas, exoneração de toda cúpula militar, fim da PM e
2 da PRF golpistas. Punição ao genocídio da covid-19. Punição
3 para os assassinos dos povos indígenas. Demarcação das
4 terras indígenas, expulsão e expropriação dos garimpeiros e
5 mineradores. Pelo fim imediato de qualquer sigilo do governo
6 Bolsonaro e dos golpistas. Exonerar os reitores interventores e
7 os militares das estatais! Justiça para Marielle!

8 **b.** Revogação das contrarreformas e das privatizações, já!
9 Reivindicamos a revogação das contrarreformas da Previdência
10 (EC103/19), Trabalhista (Lei 13467) e do Ensino Médio, a Lei
11 do teto de gastos (EC95), das terceirizações e da autonomia
12 do Banco Central (hoje nas mãos do bolsonarista Roberto
13 Campos Neto), assim como a revogação da privatização da
14 Eletrobrás, dos portos e aeroportos e do transporte público em
15 nível estadual. Tais medidas só trouxeram mais penúria para a
16 classe trabalhadora, retirando direitos e encarecendo seu custo
17 de vida. São medidas a serviço dos patrões e, por isso, precisam
18 ser revogadas imediatamente. Também é fundamental exigir
19 o arquivamento em definitivo de todos os projetos de Lei que
20 atacam os trabalhadores e setores oprimidos, como a Reforma
21 Administrativa (PEC da Rachadinha) e o PL do Marco
22 Temporal. Contra a PRIVATIZAÇÃO do Porto de Santos e do
23 Metrô de BH! Incorporação dos trabalhadores da EBSEH ao
24 Regime Jurídico Único.

25 **c.** Medidas urgentes contra o arrocho, desemprego, fome e
26 contra as opressões! Reivindicamos o aumento emergencial
27 dos salários, aumento do salário mínimo, revogação dos
28 cortes de direitos nos acordos coletivos realizados no governo
29 Bolsonaro e na pandemia; redução da jornada para que todos
30 possam trabalhar, sem redução de salário ou de direitos.
31 Congelamento do preço dos alimentos e tarifas, mais verbas
32 para a educação e saúde. Atendimento das pautas exigidas
33 pelos movimentos de trabalhadores de aplicativos. Redução
34 das passagens dos transportes. Reposição das perdas do
35 governo Bolsonaro (27,28%) para os servidores públicos
36 federais. Pelo fim das chacinas policiais e investimentos
37 sociais nas favelas. Salário igual para trabalho igual. Direito ao
38 aborto legal, seguro e gratuito pelo SUS. Fim dos feminicídios.
39 Direitos aos LGBTQIA+. Cota Para pessoas trans em concursos
40 e universidades! Respeito à utilização do nome social!

41 **d.** Dinheiro para garantir salário e direitos, não para encher o
42 bolso dos banqueiros e bilionários. A dívida pública paga aos
43 banqueiros segue abocanhando metade do orçamento do
44 país. A serviço dela, os governos aplicaram contrarreformas
45 e ajuste fiscal.

46 Lula, apesar de suas críticas “ao mercado”, não apresenta nenhuma política de rup-
47 tura com esse mecanismo perverso e se comprometeu a seguir pagando essa dívida.
48 No orçamento de 2023 existe mais de R\$ 600 bilhões em pagamentos de juros para

1 banqueiros e mais de R\$ 2,559, mais de 50% do orçamento, reservado para os servi-
2 ços da dívida pública, que enriquecem banqueiros e grandes empresários nacionais
3 e internacionais. A Auditoria Cidadã da Dívida demonstra que o país tem cerca de
4 R\$ 6 trilhões em caixa. Ou seja, o dinheiro existe, mas vai para banqueiros e grandes
5 empresários e não para a classe trabalhadora. É preciso organizar uma forte campa-
6 nha mostrando que há recursos para atender nossas pautas: são bilhões destinados
7 aos banqueiros e ao sistema financeiro, ao aumento dos salários dos políticos, às isen-
8 ções fiscais para multinacionais e grandes empresas. Para garantir salário e direitos e
9 resolver os problemas do país, é necessário lutar pelo não pagamento da dívida aos
10 banqueiros, taxaço dos bilionários e das multinacionais, fim das isenções fiscais, dos
11 privilégios dos políticos e da autonomia do Banco Central.

12

13 **Uma CONDSEF classista e internacionalista**

14 É preciso lutar contra qualquer governo que ataque nossa classe e os setores popu-
15 lares, seja qual for o seu discurso. A sociedade capitalista é dividida em classes sociais
16 e nossos sindicatos e federações representam os explorados e oprimidos contra os pa-
17 trões nacionais, estrangeiros e contra a exploração capitalista-imperialista.

18 A Condsef/Fenadsef tem que estar em todas as trincheiras contra a extrema direita,
19 em unidade de ação nas lutas. Porém, não se pode utilizar a necessária luta contra a
20 extrema direita como desculpa para colocar as Centrais e Federações num ilusório
21 “campo progressista” com banqueiros, empresários, latifundiários e com os países im-
perialistas.

22 Vejamos: no campo internacional, o Governo Lula/Alckmin mantém profunda
23 relação com o presidente imperialista dos EUA, Joe Biden, (com quem acaba de se
24 reunir), país que explora os povos do mundo e massacra o nosso continente; com
25 Macron e os governos imperialistas da União Europeia, que estão atacando sua classe
26 trabalhadora. No plano latino-americano, Lula reconheceu o governo assassino de
27 Dina Boluarte no Peru, sustentado pelas forças fujimoristas, responsável por mais de
28 60 mortes de manifestantes.

29 Defendemos que nossos aliados são a classe trabalhadora e os setores populares,
30 não os patrões e os imperialistas. É preciso estar ao lado da classe trabalhadora, cam-
31 poneses e estudantes que se levantam no Peru, bem como da classe trabalhadora
32 francesa e britânica, que protagoniza poderosas greves gerais; dos profissionais da
33 educação de Portugal e o sindicato S.TO.P, que realizam uma forte greve nacional; das
34 mulheres e os povos em luta no Irã; do povo palestino, que sofre ataques constantes
35 de Israel; da classe trabalhadora da Venezuela, que recomeça a lutar por salário e con-
36 tra os ataques do governo Maduro; dos presos e presas políticas da Nicarágua; ao lado

1 da resistência ucraniana, que luta contra a invasão russa, batalhando pela retirada das
2 tropas imperialistas e contra os ataques patronais do governo Zelensky.

3 A parceria com governos imperialistas é um erro porque são esses os governos que
4 nos impõem o pagamento ilegal e ilegítimo das dívidas externas e internas, que sub-
5 metem nosso país a tratados econômicos e militares, exploram nossos minérios, águas
6 e florestas a preço de banana, dentre outras formas de dominação e rapina. No pas-
7 sado, foram essas relações que levaram ao próprio governo Lula a liderar a ocupação
8 militar do Haiti, por meio das tropas da ONU, violando a soberania daquele país. Em
9 nosso país, a Condsef/Fenadsef deve garantir o combate contra o imperialismo, apoiar
10 as lutas da classe trabalhadora, criticar as relações do governo brasileiro com a Casa
11 Branca e o Pentágono, liderados por Biden, e com os governos imperialistas da União
12 Europeia. No plano latino-americano, a Condsef/Fenadsef deve exigir que o governo
13 Lula/Alckmin rompa relações diplomáticas com o governo assassino e fujimorista de
14 Dina Boluarte.

15

16 **3 - REPOSIÇÃO DAS PERDAS SALARIAIS SEM** 17 **CONDICIONTES. APOIO À LUTA DOS PLANOS** 18 **DE CARREIRAS**

19 A pauta unificada por 27% de reajuste para os servidores públicos federais foi um
20 aspecto positivo para a unidade da sui generis “campanha salarial emergencial 2023”
21 ocorrida nos meses de fevereiro a maio deste ano, embora o resultado de reajuste
22 de 9% possa ser entendido muito mais como uma imposição do governo do que um
23 efetivo acordo decorrente de negociação com as direções das entidades sindicais. Essa
24 imposição está nas fartas evidências de enrolações do governo, que recebeu a pauta
25 em janeiro, mas só mostrou alguma disposição de negociação em março; que anun-
26 ciou os 9% primeiro para o mercado financeiro e, só depois da permissão do sistema
27 financeiro, é que sentou com as entidades.

28 A campanha salarial 2024 não tem contado com um roteiro diferente. A pauta foi
29 entregue em maio, ainda durante as reuniões de negociação e o governo jogou as
30 negociações para agosto. A primeira reunião, que ocorreria em 04/08, foi adiada para
31 o dia 10/08, sem a anuência das entidades. A reunião ocorreu nos marcos do que sabe
32 fazer o governo: não apontou nada de concreto sobre a pauta de reajuste e ainda
33 condicionou qualquer reajuste à aprovação do arcabouço fiscal. Exigimos a reposição
34 salarial sem condiciontes aos arcabouço fiscal dos banqueiros.

35 Pior que a postura do governo é a atitude de complacente passividade das dire-
36 ções das entidades. A reação das direções diante do adiamento foi de uma indignação
37 quase imperceptível, escondida numa notinha que mal circulou nos grupos de what-

1 sApp de dirigentes, sem conhecimento da categoria. A reação diante da ausência de
2 uma contraproposta foi muito pior. No dia 10/08, o Fonasefe se quer fez as lives que,
3 no primeiro semestre, ocorriam sempre após as mesas de negociações. Os servidores
4 interessados, que desejassem alguma informação, deveriam pescá-las nos vídeos es-
5 parsos feitos por uma ou outra liderança, com os recortes dados por cada um. Até o
6 momento, diante da não resposta do governo, não houve qualquer reação enfática
7 e organizada do Fonasefe. Nenhuma plenária, nenhum calendário de mobilização e
8 luta, nenhum chamado à categoria para a mobilização.

9 Essa desinformação beneficia o governo e os governistas, desmobiliza as bases e
10 cria o ambiente propício para que cada federação comece a pensar em negociar de
11 forma individualizada suas pautas, com preponderância das inúmeras propostas de
12 reestruturação ou de criação de planos de carreira. Embora importantes, planos de
13 carreira não se sustentam de pé sem a adoção do regular reajuste salarial. Prova disso
14 é que, diante da falta de reajuste salarial, frações da categoria acabem vendo em pla-
15 nos de carreira o caminho mais fácil e rápido para a valorização financeira de sua força
16 de trabalho, embora isso não atinja a todos os SPF de forma isonômica, fortalecendo
17 a tendência de crescimento de um comportamento divisionista observado desde 2006.

18 Desde a chegada ao poder do governo Lula 3, até o presente momento, há nada
19 menos que 30 propostas oficializadas pela Condsef/Fenadsef junto ao MGI, que, es-
20 pera-se, serão discutidas nas Mesas Temporárias Específicas, seja para debater as re-
21 estruturas, seja para a criação de carreiras novas. E ainda está na eminência de
22 serem protocoladas, pelo menos, mais sete novas propostas. Esses planos, construídos
23 de forma enviesada, têm como coluna cervical as tabelas remuneratórias, que ao lon-
24 go do tempo se desvalorizam pela ausência de um mecanismo de reajuste automático.
25 Somente a reposição salarial e o regular reajuste salarial. Isso não significa é claro,
26 apoiar a luta justa dos servidores da FUNAI por um plano de carreira esperado há 50
27 anos, desde a fundação, como temos feito e continuaremos a fazer aqui na base do
28 nosso sindicato. Ou a luta pela carreira que as companheiras e companheiros do SPU
29 reivindicam há mais de dez anos. Ou a luta dos trabalhadores da ANM (Agência Na-
30 cional de Mineração) que fizeram 48 horas de paralisação reivindicando a equipara-
31 ção salarial com as demais agências. Essa luta também é nossa, mas ao mesmo tempo
32 a luta pelo reajuste salarial é chave.

33 Em assembleia realizada em 18/08/2023 pelo Sintsep-PA, a categoria aprovou ado-
34 tar os mecanismos para pressionar a Condsef/Fenadsef e o Fonasefe para batalharem
35 prioritariamente, na campanha salarial 2024, pela unidade de todos os SPF no pro-
36 cesso de pressão contra o governo, e pela unificação da pauta em torno do índice de
37 reajustes para todos os servidores.

1 **4 - APOIO AOS NOSSOS TRABALHADORES E**
2 **TRABALHADORAS DA EBSEH E DA CONAB**
3 **POR ACORDOS COLETIVOS JUSTOS**

4 A política da direção da Condsef/Fenadsef de acomodamento ao novo governo se
5 fez sentir também nas negociações dos acordos coletivos da Ebserh e da Conab. No
6 caso da Ebserh se aceitou um reajuste salarial abaixo da inflação, sem contar que se
7 “esqueceu” as perdas de 11% que ficou faltando da campanha salarial passada, onde se
8 conquistou um reajuste de 11% depois de dez dias de greve em 22 estados. Temos que
9 exigir do governo tudo o que expropriado dos trabalhadores em termos de condições
10 de trabalho, salários, insalubridade. Só uma direção à altura da Condsef/Fenadsef po-
11 derá fazer campanhas pelos acordos coletivos máximos e não rebaixados, como vimos
12 agora na primeira negociação com o governo Lula. Junto a isso lutar também contra o
13 assédio moral dentro dos hospitais universitários dirigidos pela EBSEH que são mui-
14 to frequentes, e temos tido lutas vitoriosas contra chefias assediadores nos hospitais.

15

16 **5 - APOIO A LUTA DOS APOSENTADOS**
17 **E APOSENTADAS, PENSIONISTAS POR**
18 **DIREITOS E ISONOMIA SALARIAL**

19 Reivindicamos na íntegra o documento aprovado na Assembleia dos aposentados
20 e Pensionistas em abril deste ano e enviado à direção da Condsef/Fenadsef, contendo
21 as principais pautas e propostas de luta acumulada ao longo dos anos, principalmente
22 o direito às nossos pensionistas de usufruírem da pensão no valor de 100% do servidor
23 quando na ativa, que foi tirado desde a primeira reforma da previdência feita pelo
24 governo Lula e mantido por Temer e Bolsonaro.

25

26 **6 - DIRETAS NA CONDSEF: UMA NOVA DIREÇÃO**
27 **SE FAZ COM ELEIÇÃO DIRETA NA BASE**

28 Está mais do que na hora de uma mudança de direção na Condsef/Fenadsef. Já são
29 mais de vinte anos que o mesmo grupo cutista e petista dirige a entidade. Isso tem
30 deixado a nossa Confederação, a maior do serviço público federal, imobilizada e atre-
31 lada aos governos do PT. Foram 14 anos atrelados aos governos petistas e agora, com
32 a vitória eleitoral de Lula, serão mais 4 anos de imobilismo.

33 Por isso, defendemos que as próximas direções da Condsef e Fenadsef sejam eleitas
34 nas urnas de todo o Brasil, em todos os Estados onde tenha sindicato de base da Confe-
35 deração. É uma forma de ampliar o debate na base da confederação e dar oportunita-
36 de aos grupos contrários à condução da atual direção que possam dialogar com toda
37 a base da confederação. Na forma atual, quem tem o controle majoritário da entidade

1 impede com que os outros setores possam visitar e fazer os debates polêmicos com
2 o conjunto da categoria. Uma grande categoria nacional faz a eleição de sua direção
3 diretamente nas urnas, o Andes-Sindicato Nacional, e devemos seguir este exemplo
4 para ampliar mais ainda a democracia na Condsef.

5

6 **7 - BALANÇO DA DIREÇÃO:**

7 A atual direção da Condsef/Fenadsef assumiu o mandato no início de 2020, e em
8 grande parte foi uma continuidade do núcleo dirigente da Condsef dos últimos 20
9 anos. Se é verdade que tivemos em frente única nas lutas contra as medidas antissin-
10 diciais de Bolsonaro no primeiro, como a MP 873 que quebrava a espinha dorsal dos
11 sindicatos federais ao acabar com a consignação na folha de pagamento, ao tirar a
12 insalubridade dos servidores do Ministério da Saúde, também é verdade que tivemos
13 em lados opostos diversas vezes. Dados os devidos descontos do período mais agudo
14 da pandemia da covid-19, nos anos 2020 e 2021, quando ainda não havia vacina, acha-
15 mos que a atual direção da Condsef não apresentou um mandato à altura de nossa
16 Confederação.

17 Somos a maior entidade sindical do serviço público federal do país, deveríamos
18 ser a vanguarda da luta contra os governos de plantão. A principal luta que tivemos
19 contra o governo genocida de Bolsonaro foi contra a PEC 32 da Reforma Administra-
20 tiva e a luta por vacinas. O desempenho da direção da Condsef foi muito a reboque
21 das outras entidades nacionais do Fonasefe, não se teve nenhuma iniciativa além da
22 ida aos aeroportos e pressão no Congresso Nacional para arquivar a PEC. É verdade
23 que no final do mandato, Bolsonaro não conseguiu votar a PEC 32 por ter priorizado
24 a PEC dos precatórios., mas se quisesse teria colocado em votação, mas a chegada da
25 campanha eleitoral de 2022 acabou tirando a reforma administrativa do foco princi-
26 pal. Sim, fizemos barulho, lutas nos aeroportos e pequenos atos de rua, com máscara
27 e álcool gel, mas categoricamente não um grande luta encabeçada pela Condsef e
28 demais entidades que impediu a votação da PEC 32.

29 No principal enfrentamento que teve contra Bolsonaro a partir de maio de 2021,
30 os Atos do Povo na Rua pelo Fora Bolsonaro, não houve chamados nacionais da di-
31 reção da Condsef para que a categoria dos servidores públicos estivesse nas ruas para
32 derrotar o genocida. Foram mobilizadas mais de 1,5 milhão de pessoas em todos os
33 atos realizados em maio, junho, julho, setembro e novembro. Era para ser um grito de
34 basta de nossa categoria também nas ruas, de forma organizada. Entretanto, a direção
35 da Condsef foi simples participante dos atos de rua.

36 A estratégia de esperar a eleição de 2022 para eleger Lula fez com que a direção
37 da Condsef não chamasse a greve do serviço público pelo reajuste de nossas perdas

1 salariais de 27% e quase deixasse se perder a greve da EBSEH, quando propôs que se
2 esperasse o novo governo para se reiniciar a luta do Acordo Coletivo, represado por 3
3 anos pelo governo genocida. No caso da greve dos SPF's, apenas os companheiros e
4 companheiras do INSS fizeram uma greve de mais de um mês, obtendo acordos em
5 relação à carreira e condições de trabalho; no caso do reajuste salarial não poderiam
6 sozinhos arrancar do governo genocida essa vitória. A direção da Condsef faltou ao
7 encontro da base, quando sequer fez o chamado nas plenárias nacionais online para
8 que os órgãos entrassem em greve. Com a desculpa de que cada sindicato faz sua as-
9 sembleia e decide, se perdeu uma grande oportunidade de arrancar o reajuste salarial
10 do governo Bolsonaro. Em relação à EBSEH, estava tão errada a linha de esperar as
11 eleições que os grupos de whatsapp da base funcionaram como verdadeiras pressões
12 para que se chamasse a greve logo e não se esperasse até depois das eleições. Tanto
13 que foram dez dias de greve vitoriosa que arrancou um reajuste salarial de 11%. Foi
14 a única categoria nacional que fez greve contra o governo Bolsonaro e arrancou con-
quistas.

15

16 **Luta contra extinção da Funasa e** 17 **Campanha Salarial de 2023**

18 Quando assume o governo da Frente Ampla de Lula/Alckmin a primeira Medida
19 Provisória foi de ataque a um setor do serviço público: os servidores da Funasa. A MP
20 1156/23 desmantelou completamente a Funasa, dividiu suas atribuições e servidores
21 com o Ministério das Cidades (controlado pela família Barbalho), com o Ministério
22 da Saúde e com o MGI. A reação dos servidores a nível nacional foi muito rápida com
23 atos, assembleias. Mas, o primeiro documento público da Condsef foi apenas pedin-
24 do explicações de como ficariam os servidores e o patrimônio da Funasa. Não havia
25 uma linha defendendo contra a extinção da Funasa. Por pressão da base a direção da
26 Condsef reviu sua posição. Entretanto, por seu atrelamento com o governo Lula pre-
27 feriu desviar o eixo para o Congresso Nacional com as pequenas “forças tarefas”, que
28 foram heroicas, mas o centro da luta sempre foi contra o governo federal e está sendo
29 até agora, quando a Funasa encontra-se totalmente paralisada por conta das medidas
30 provenientes da MP. Se conseguimos reverter a extinção, mas o governo tenta fazer a
31 reestruturação da Funasa por outros meios, para garantir os seus acordos com os par-
32 tidos da ordem que o apoiam. A Direção da Condsef nunca chamou um dia de greve
33 ou algo parecido contra o governo contra a extinção da Funasa. Esse é o balanço da
34 Funasa.

35 No caso da Campanha Salarial 2023, quando reivindicávamos 27% de reposição
36 das perdas salariais, novamente a direção da Condsef, por conta de seu atrelamento
37 e falta de independência com o governo Lula, sem pestanejar aceita de imediato o

1 reajuste de 9%, sem retroatividade para janeiro de 2023. Foram extorquidos 4 meses
2 de reajuste salarial ao qual tínhamos direito. O governo Lula não colocou nenhum di-
3 nheiro novo para os servidores e aplicou o valor do governo Bolsonaro para reajustar
4 os 9% e o vale-alimentação. É claro que a imensa maioria da base queria os 9%, pois
5 estávamos há 5 ou 6 anos sem reajuste, mas se nossos dirigentes tivessem exigido um
6 pouco mais do governo, como os 12% propostos pelo Fonacate, poderíamos ter saído
7 com um saldo melhor e guardado um trocado para a guerra contra o arcabouço fiscal
8 que está travando nossa campanha salarial de 2024. Estando prestes a fechar a votação
9 da LDO no Congresso, o governo da Frente Ampla se recusa a colocar uma proposta
10 concreta de reajuste para os servidores federais para o ano de 2024. A posição da
11 direção da Condsef até agora é de contemplação, sequer chamou a categoria pra o
12 dia de paralisação do dia 10 de agosto. Quando este congresso acontecer em dezem-
13 bro, já teremos o desfecho da campanha salarial 2024, e mais uma vez, por conta do
14 atrelamento da direção da Condsef ao governo não tivemos luta, nem greve, e vamos
15 amargar as migalhas que o arcabouço fiscal do governo Lula permitir.

16 Esse é o balanço que temos da direção da Condsef neste período. É por isso que
17 somos uma voz independente e de oposição à ampla maioria da direção da Condsef.

18

19 **ASSINAM PELO SINTSEP/PA:**

20 JOÃO SANTIAGO (Joãozinho) - Coordenador Geral; REGINA MARIA MARTINS
21 BRITO - Coordenadora Geral; FRANCISCO DA SILVA BRITO - Coordenador de Ad-
22 ministração e Finanças; MARIO JORGE SILVA PEREIRA - Coordenador de Adminis-
23 tração e Finanças; ALFREDO LIMA DA COSTA - Coordenador de Formação Política
24 e Sindical; FABIO ROGERIO DOS SANTOS NOBREGA - Coordenador de Impren-
25 sa e Divulgação; ESTHER NAHON - Coordenadora de Imprensa e Divulgação; JOI-
26 CE SIQUEIRA DE SOUZA - Coordenadora de Movimentos Sociais, Gênero e Raça;
27 ANTONIO DA COSTA ALMEIDA - Coordenador de Movimentos Sociais, Gênero e
28 Raça; ANTONIO MARIA DE MELO FERREIRA - Coordenador de Assuntos Jurídicos
29 e Legislativos; ASTROGILDO RIBEIRO DE ARAUJO - Coordenador de Saúde do(a)
30 Trabalhador(a); LUIS SERGIO DE LIMA BOTELHO - Coordenador de Saúde do(a)
31 Trabalhador(a); WEVERSON ALVES DOS SANTOS - Coordenador de Relações Sindi-
32 cais; MARIA ALDELICE RODRIGUES GOMES - Coordenadora de Relações Sindicais;
33 AGUINALDO BARBOSA DA SILVA - Coordenador de Aposentados e Pensionistas;
34 EDINARDO DE FREITAS LOBATO - Coordenador de Aposentados e Pensionistas;
35 RUTHLEIA MONTEIRO ALMEIDA - 1º suplente; IRACEMA DE ABREU ALBUQUER-
36 QUE - 3º suplente; MALON LIMA DE FREITAS - 4º suplente; RAIMUNDA BARRETO
37 DE SOUSA - 5º suplente; FRANCISCO DAS CHAGAS EVANGELISTA - 6º suplente;
38 IVO PONTES PIMENTEL - 7º suplente; OZIAS DE NAZARE - 8º suplente; CEDICIO

1 DE VASCONCELLOS MONTEIRO - 9º suplente; ANA DAYSE RODRIGUES GARCIA
2 - Coordenadora da Regional Baixo Amazonas; BENEDITO PANTOJA DA CRUZ - Co-
3 ordenador da Regional Baixo Amazonas; NEWTON BRAGA FERREIRA - Suplente
4 - Coordenador da Regional Baixo Amazonas; DOMINGOS DE SOUZA NETO - Co-
5 ordenador da Regional Transamazônica; MANOEL ANTONIO DA SILVA SANTOS
6 - Coordenador da Regional Transamazônica; CLEVER SENA DOS SANTOS - Suplente
7 - Coordenador da Regional Transamazônica; LUIZA GONZAGA DE OLIVEIRA - Co-
8 ordenadora da Regional Tapajós; ANTONIO JOSE DA SILVA - Coordenador da Regio-
9 nal Tapajós; SEBASTIANA REBELO VIANA - Suplente - Coordenadora da Regional
10 Tapajós; JOSE WILSON DA SILVA SANTOS - Coordenador da Regional Sul do Pará;
11 ROSANGELA XAVIER SANDESKI - Coordenadora da Regional Sul do Pará; DANIEL
12 MARAVILHA DIAS DA SILVA - Coordenador da Regional Sudeste do Pará; JOSE DOS
13 REIS NERIS - Coordenador da Regional Sudeste do Pará; GILVAM SOUZA MORAIS
14 - Suplente - Coordenador da Regional Sudeste do Pará; ANISIA DO SOCORRO GO-
15 MES LIMA - Coordenadora da Regional Estrada e Salgado; JOSUE MARCOS VIEIRA
16 DO NASCIMENTO - Suplente - Coordenador da Regional Estrada e Salgado; ASSIS
17 DO SOCORRO CORREA DOS PRAZERES - Coordenador da Regional Ilhas; FATIMA
18 MARIA NAZARE CRUZ - Coordenadora da Regional Ilhas; NIVALDO ALMEIDA DE
19 LIMA - Suplente - Coordenador da Regional Ilhas; KATIA ROSANGELA TAVARES
20 DE SOUZA - Conselheira Fiscal, MARIA ROSA TAVARES DOS SANTOS - Conse-
21 lheira Fiscal; JOSE ALBERTO RODRIGUES DAMASCENO - Conselheiro Fiscal; EVA-
22 NILDO PEREIRA CABRAL - Conselheiro Fiscal; WELLINGTON WAGNER DA SILVA
23 MONTEIRO - Conselheiro Fiscal; GERSON LIMA - ex-Coordenador Geral Sintsep/PA

ANEXO

■ Ofício CONDSEF/FENADSEF nº 268/2023

1

2 **REFORMA DO ESTADO, CONCURSOS** 3 **PÚBLICOS E DIRETRIZES PARA OS** 4 **PLANOS DE CARREIRA - OFÍCIO AO MGI**

5

6 Ofício CONDSEF/FENADSEF nº 268/2023.

7 Brasília- DF, 20 de setembro de 2023.

8

9 A Sua Senhoria o Senhor

10 **JOSÉ LOPEZ FEIJÓO**

11 **Secretário de Relações de Trabalho do Ministério da**

12 **Gestão e Inovação em Serviços Públicos**

13 **Esplanada dos Ministérios, Bloco K, Brasília-DF, CEP 70040-906**

14

15 A Sua Senhoria o Senhor

16 **JOSÉ CELSO CARDOSO**

17 **Secretário de Gestão de Pessoas do Ministério da Gestão e da Inovação**

18 **Esplanada dos Ministérios, Bloco K, Brasília-DF, CEP 70040-906**

19

20 Assunto: **Reunião urgente sobre Reforma do Estado, Concursos Públicos e Dire-**
21 **trizes para os Planos de Carreira.**

22

23 Senhores Secretários,

24

25 A Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal e a Federação Na-
26 cional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal - CONDSEF/FENADSEF, entida-

1 des que representam mais de 800 mil servidores públicos em todo o Brasil, a maior da
2 América Latina no seu segmento, vêm, perante V. Sas., solicitar reunião em caráter de
3 urgência, para apresentar nossa pauta de reivindicações relativa a regras para concur-
4 sos públicos, diretrizes para os planos de carreira e outros temas relevantes que envol-
5 vem reformas parciais no aparelho estatal que, inclusive, já vêm sendo encaminhadas
6 pelo governo.

7 Elenca-se a seguir os principais pontos de propostas que têm sido debatidos na
8 CONDSEF/FENADSEF, desde o papel do Estado às diretrizes dos planos de carreira.

9

10 **Papel do Estado, do serviço público e dos servidores**

11 País semicolonial, com sua economia subordinada ao capital financeiro, nunca
12 houve no Brasil instituições verdadeiramente democráticas, funcionando harmonica-
13 mente. É um problema de fundo que precisa ser atacado para estabelecer a soberania
14 nacional e o desenvolvimento com distribuição de renda e inclusão social.

15 Dada essa subordinação, as reformas parciais na administração - mesmo neces-
16 sárias e urgentes - não podem ser consideradas solução para estabelecer um serviço
17 público democrático, mas, sim, pontos de apoio para caminhar nessa direção.

18 É isso o que vimos propor.

19

20 **Qual deve ser o papel do Estado nas condições atuais do Brasil?**

21 Em seu discurso na ONU nesta terça-feira, 19 de setembro, o Presidente Lula de-
nunciou:

22 *O mundo está cada vez mais desigual. Os 10 maiores bilionários possuem*
23 *mais riqueza que os 40% mais pobres da humanidade.*

24 *Para vencer a desigualdade, falta vontade política daqueles que governam*
25 *o mundo.*

26 E após descrever os desafios e crises em que está mergulhada a humanidade, ele
27 concluiu:

28 *Se tivéssemos que resumir em uma única palavra esses desafios, ela seria*
29 *desigualdade.*

30 Combater a enorme desigualdade social vigente no Brasil - que, também ela, se
31 deve à subordinação do país ao capital financeiro - é o eixo da pauta que ora apresen-
32 tamos utilizando como alavanca a administração pública, o funcionalismo, as empre-
33 sas estatais ao lado de muitas políticas sociais já em curso, além de outras que possam
34 vir a ser criadas.

35 Para isso, é essencial levar em consideração o recorte de classe.

36 De fato, não há nem nunca haverá neutralidade da máquina estatal que sempre
37 será colocada a serviço de uma ou outra classe social. Dito de outra forma, as políticas
38 sociais e o funcionamento da máquina pública, expressam, de uma maneira ou de

1 outra, os interesses das classes sociais em luta e incidirão ou para combater a desigual-
2 dade ou para ampliá-la.

3 Esses interesses também se expressam na composição do parlamento que exerce
4 pressão sobre a administração. Aqueles que representam os interesses do capital fi-
5 nanceiro se jactam da tecnocracia, da meritocracia, e defendem como meramente
6 "técnicas" decisões que são políticas e que levam a retirar direitos dos servidores e da
7 população em benefício das classes dominantes, agravando a desigualdade.

8 Para alguns, a "modernização" do serviço público, em nome de "novas tecnolo-
9 gias", "gestão moderna", "competitividade" ou outro jargão financista, significa man-
10 ter somente cargos para nível superior enquanto as **funções de nível médio e auxi-**
11 **liar são terceirizadas.**

12 Tal política bloqueia o acesso a cargos públicos à esmagadora maioria da popula-
13 ção, pois segundo números levantados pelo Ministério da Educação (MEC), apenas
14 23% dos adultos com até 34 anos têm nível superior, situação que se agrava nas faixas
15 etárias superiores. Na prática, ao extinguir ou reduzir os cargos de nível médio e au-
16 xiliar, há prejuízo especialmente à população de baixa renda e aos egressos de escola
17 pública e às pessoas negras, pardas, quilombolas e indígenas, que são as mais afetadas
18 e excluídas do acesso à educação e ao serviço público, tanto como beneficiárias quanto
19 na ocupação dos cargos, o que se tornará ainda mais difícil, apesar das ações afirma-
20 tivas.

21 Um corolário da terceirização no serviço público e estatais é a alegria de pequenos
22 magnatas, donos de empresas de "aluguel de mão de obra", jogando na concentração
23 de renda e aumento da desigualdade.

24 O MGI já vem adotando medidas que vão no sentido de combater desigualdades
25 como, por exemplo, a reserva de cotas de 30% para negros em cargos de confiança na
26 Administração Pública Federal (Decreto nº 11.443/23) e o Concurso Nacional Unifi-
27 cado.

28 Para que sejam efetivas, no entanto, é necessário associar, sempre e de maneira
29 indissolúvel, todas as questões, inclusive de raça e gênero, às questões de classe.

29 1 - Diretrizes para os Planos de Carreira

30 As posições de fundo em relação às carreiras impactam as definições sobre as for-
31 mas de contratação e os critérios para a realização de concursos públicos e as medidas
32 a adotar para combater as distorções atualmente existentes.

33 Estando de acordo com a ideia da transversalidade registramos, por outro lado,
34 nossa rejeição à conceituação de "carreiras típicas de estado" e à extinção de cargos de
35 nível médio e auxiliar, o que vai na contramão do combate à desigualdade.

1 Por outro lado, em relação à transversalidade é fundamental que se busque criar
2 critérios objetivos e uma cultura e incentivo para as movimentações dentro da ad-
3 ministração pública, pois, embora existam vários mecanismos legais, os gestores são,
4 geralmente, o principal empecilho para a movimentação da força de trabalho.

5 A existência de mais de 300 tabelas salariais das carreiras do Executivo e a grande
6 amplitude salarial entre carreiras e até mesmo entre os níveis de uma mesma carreira
7 é contraditória com um serviço público voltado para o atendimento da população e
8 refratário à perpetuação de castas burocráticas.

9 Defendemos o concurso público - com a democratização do acesso aos cargos pú-
10 blicos e ao serviço público à população trabalhadora - a estabilidade, o enquadramen-
11 to no RJU para todos os servidores; defendemos os níveis auxiliar e intermediário,
12 rejeitando total e integralmente o conteúdo da Reforma Administrativa de Bolsonaro-
13 -Guedes, a PEC 32, que ainda não foi sepultada e ainda representa ameaça ao serviço
14 público.

15 As Diretrizes para os Planos de Carreira devem integrar a progressiva racionaliza-
16 ção e transformação dos atuais cargos ocupados, sendo estruturadas contemplando os
17 seguintes elementos:

18 **a. Máxima mobilidade na base:**

- 19 • Aproveitamento do servidor de acordo com suas
20 capacidades e aptidões e sua qualificação profissional,
21 permitindo o máximo de mobilidade nos primeiros
22 anos de serviço público, de modo que a evolução da
23 formação escolar do servidor, suas escolhas profissionais
24 (aptidão) e sua qualificação, possam ser elementos
25 definidores da sua lotação, permitindo-lhe a migração
26 de um órgão para outro.
- 27 • Para tanto, defendemos a manutenção e fortalecimento
28 dos cargos de nível auxiliar e médio, a base de
29 todas as carreiras, que deve ser semelhante no que
30 tange às atribuições e às remunerações respectivas,
31 introduzindo-se gratificações específicas para situações
32 que o requeiram, como alguns trabalhos de campo e/ou
33 em áreas remotas, especializando-se a partir do tempo,
34 da qualificação adquirida e da evolução do servidor;

35 **b. Possibilidade de ascensão funcional como medida de**
36 **evolução na carreira**

- 37 • A reinstituição da ascensão funcional é a única forma
38 de assegurarmos a criação de carreiras de fato, nas quais
39 a evolução do servidor esteja intimamente relacionada
40 à sua capacitação e qualificação, com as entradas no
41 serviço público ocorrendo prioritariamente nos níveis
42 iniciais, com possibilidade de recrutamento de jovens
43 para o serviço público;

- 1 **c. Evolução na carreira deve considerar** capacitação,
2 qualificação, tempo de serviço; as avaliações de desempenho
3 devem ser utilizadas somente para aceleração na carreira;
4 além da educação formal, devem ser reconhecidos também
5 saberes e competências, inclusive os adquiridos ao longo do
6 tempo de serviço público;
- 7 **d. Estabelecimento de um piso salarial e da relação entre**
8 **menor e maior salário;** a referência para estabelecer o piso
9 salarial dos servidores públicos deve ser o salário-mínimo do
10 DIEESE (igual a R\$ 6.389,72 em agosto de 2023); atualmente,
11 28% dos ativos e 42% dos aposentados e pensionistas têm
12 remuneração menor que esse piso; nessas condições, a
13 relação entre o menor e o maior salário no serviço público
14 não deveria ser maior que, por exemplo, seis vezes;
- 15 **e. Teto salarial:** estabelecimento de um teto salarial absoluto
16 no serviço público federal igual ao salário do Ministro do STF;
17 todas as verbas, quaisquer que sejam sua origem, acima desse
18 teto, devem ser glosadas;
- 19 **f. Revalorização dos cargos de nível de apoio**
- 20 • É preciso retomar o valor das atividades de apoio no
21 serviço público, na medida em que estas são também
22 fundamentais para o desempenho das funções públicas.
- 23 • Com efeito, se a Administração contrata serviços
24 terceirizados para tais atribuições é porque elas
25 existem e são necessárias, não se justificando, então, a
26 contratação por terceiros.
- 27 • Contra a extinção dos cargos de nível auxiliar e médio
28 e, ao mesmo tempo, luta em favor dos trabalhadores
29 terceirizados e incentivo à sua sindicalização.
- 30 **g. Revogação** do conceito de "carreiras típicas de estado";
- 31 **h. Privilégios que devem ser extintos:** não é aceitável separar
32 um grupo de carreiras como se fossem "de estado" enquanto
33 as demais não são, mas há, sim, casos em que é preciso haver
34 distinções, como em relação a carreiras que exercem poder do
35 estado sobre a sociedade:
- 36 • militares das três forças e das polícias militarizadas
37 que pretendam se candidatar a cargos eletivos devem
38 previamente pedir baixa da respectiva força;
- 39 • todo e qualquer servidor público, que perder cargo em
40 virtude de cometimento de falta, deve ter a mesma
41 punição, sem exceção ou concessão de aposentadoria,
42 como hoje ocorre no judiciário.
- 43 • eliminação de todo tipo de "porta giratória" em que,
44 com pouca ou nenhuma quarentena, servidores
45 que ocuparam altos cargos em órgãos públicos são
46 contratados para empresas do mesmo ramo no setor
47 privado ou vice-versa; ninguém é obrigado a exercer

1 cargos públicos de alto nível; antes de pensarem
2 em se alojar em cargos executivos correlatos aos do
3 setor privado e vice-versa aqueles que aceitarem
4 essas nomeações devem estar preparados para longos
5 períodos de quarentena (mínimo 10 anos, por exemplo,
6 mantidos os pequenos períodos de quarentena
7 remunerada hoje vigentes);

8 **i. Preservação do poder de compra dos servidores**
9 **aposentados e pensionistas:** em todas as carreiras, inclusive
10 nas reestruturações, aposentados e pensionistas devem ter
11 seus direitos preservados; a paridade ativo-aposentado-
12 pensionista deve ser plenamente restaurada.

14 2-Formas de Contratação

15 **a. Organizações Sociais (OSs), Organizações Sociais**
16 **de Interesse Público-OSCIPs, Organizações Não**
17 **Governamentais-ONGs:** são todas formas de terceirização
18 e privatização que devem ser extintas pois prejudicam os
19 direitos da classe trabalhadora e precarizam a prestação do
20 serviço público à população;

21 **b. Contratos temporários:** o mecanismo da contratação
22 temporária deve observar estritamente o critério de
23 necessidades excepcionais e situações específicas, conforme
24 previsto na Constituição Federal, Art. 37, inciso IX¹; a luta pela
25 realização de concursos públicos para suprir as necessidades
26 permanentes dos serviços deve se articular com o combate a
27 desvios nesse mecanismo, bem como a proteção dos direitos
28 dos trabalhadores temporários.

29 3-Concurso público:

31 Em primeiro lugar, deve haver uma programação dos concursos públicos de modo
32 a garantir a manutenção da estrutura do estado rompendo com o "modus operandi"
33 atual em que tudo fica ao sabor das pressões e contrapressões de uns e outros setores
34 da administração.

35 À defesa do concurso público como forma principal de contratação para a admi-
36 nistração federal é preciso associar mecanismos que compensem a elitização do corpo
37 de servidores, sobretudo das carreiras mais valorizadas, com o conseqüente aumento
38 da desigualdade social.

39 As cotas sociais seriam instrumentos para a redução das desigualdades sociais, para
40 que pessoas inclusive hipossuficientes possam reunir condições para ter acesso aos
41 cargos públicos. Ademais, ao lado das cotas sociais também é necessária a proteção
42 dos cargos de nível auxiliar e médio.

1 Constituição Federal. Art. 37, IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020).

- 1 **a. cotas sociais** para pessoas com renda familiar até DOIS
2 salários mínimos e que estudaram integralmente em escolas
3 públicas (x %) ou estudaram em escola particular com bolsa
4 de 100% (integral);
- 5 **b. cotas sociais raciais:** que as vagas sejam ampliadas para
6 observar as especificidades de pessoas negras (pretas e
7 pardas) com renda familiar até DOIS salários mínimos e
8 que estudaram integralmente em escolas públicas (x %) ou
9 estudaram em escola particular com bolsa de 100% (integral);
- 10 **c. cotas sociais para mulheres:** que as vagas sejam ampliadas
11 para observar as especificidades de mulheres com renda
12 familiar até DOIS salários mínimos, que estudaram
13 integralmente em escolas públicas (x %) ou estudaram em
14 escola particular com bolsa de 100% (integral); e com um ou
15 mais filhos em idade escolar (y%);
- 16 **d. cotas para indígenas;**
- 17 **e. cotas para pessoas LGBTQIA+ de baixa renda,**
18 **especialmente para pessoas trans;**
- 19 **f. Cotas para Pessoas com Deficiência (PCD)** e luta para
20 cumprir o mínimo de 5% nas empresas e órgãos públicos (Lei
21 de Cotas para Pessoas com Deficiência (8.213/91));
- 22 **g. vagas por região:** mecanismos para garantir o acesso às
23 carreiras do serviço público de forma mais homogênea em
24 relação a todas as regiões do país tanto nas regiões afastadas
25 dos grandes centros urbanos quanto em estados com menor
26 desenvolvimento econômico; um passo nesse sentido já foi
27 dado pelo MGI com o Concurso Nacional Unificado; a adoção
28 de vagas por região será instrumento complementar que
29 poderá auxiliar na redução de desigualdades sociais, também
30 manifestadas geograficamente e, portanto, na democratização
31 do serviço público;
- 32

33 4 - Teletrabalho

34 Defesa dos servidores que optam pelo teletrabalho, enfrentando os desafios coloca-
35 dos por essa nova modalidade, lutando para a Administração se responsabilizar pelo
36 ambiente de trabalho, assumindo o ônus dos custos e concedendo acompanhamento
37 psicossocial para avaliação da condição do empregado.

38

39 5 - Defesa do Estado laico

40 Total liberdade de exercício de todos os credos religiosos e concepções filosóficas,
41 respeitada a legislação do país, e total afastamento do Estado de todos e de cada um
42 desses credos e concepções que devem ser tratados como questões estritamente pri-
vadas.

1 **6 - Campanha estatal em defesa dos**
2 **serviços públicos e dos servidores**

3 O massacre midiático permanente contra os servidores e serviços públicos é, tam-
4 bém ele, uma questão de classe. Mais uma vez são os patrões, é o capital financeiro,
5 que pretendem dismantelar os serviços públicos, seja em nome da "austeridade fis-
6 cal" seja para abrir nichos de mercado visando a auferir lucros fabulosos em áreas que,
7 constitucionalmente, se trata de "dever do Estado e direito do cidadão".

8 As entidades sindicais, com seus meios modestos, fazem a defesa de mais e melho-
9 res serviços públicos para a população, mostrando como pode e deve ser aplicado o
10 dinheiro arrecadado com os impostos.

11 **Chegou o momento de o Estado, nas condições do governo atual, assumir**
12 **uma campanha decidida e permanente em defesa dos serviços públicos e dos**
13 **servidores, mostrando que os serviços públicos são fator de civilização para o**
14 **conjunto do povo e que os direitos dos servidores são precursores dos direitos**
15 **dos trabalhadores do setor privado, por exemplo, na estabilidade e na adoção do**
16 **mínimo do DIEESE como piso salarial.**

17 **Para tal campanha, entendemos que poderia ser utilizado o Fundo de Defesa**
18 **de Direitos Difusos.**

19 Senhores secretários,

20 A CONDSEF/FENADSEF, na certeza de que V.S.as. estão abertos ao diálogo, solici-
21 ta o agendamento de reunião, no mais breve prazo, para a apresentação e discussão
22 da presente pauta.

23 Contando com vossa valiosa colaboração, agradecemos desde já a atenção dispen-
24 sada e renovamos nossos protestos de estima e distinta consideração.

25

26

Atenciosamente,

27

28

29

Secretário Jurídico da CONDSEF/FENADSEF

30


Edison Vitor Cardoni

31

32

33

Secretário-Geral da CONDSEF/FENADSEF


Sérgio Ronaldo da Silva

CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE

■ CONTRIBUIÇÃO 1

1

2 **POR UMA LUTA DECOLONIAL, TRANSCENDENTE, DE** 3 **TODOS, COM TODOS E PARA TODOS RUMO A SUPE-** 4 **RAÇÃO DO CAPITALISMO PARA CONSTRUÇÃO DA** 5 **EMANCIPAÇÃO HUMANA**

6

7

“Nenhum problema pode ser resolvido pelo mesmo estado de consciência que o criou” (Einstein)

8

9

“O capitalismo não só produz mercadorias para os seres humanos, também produz seres humanos para as mercadorias” (Robert Kurz)

10

11

“Não quero que falte nada para meus filhos, mas aí falta eu para eles, porque não tenho tempo, não tenho tempo humano para meus filhos, porque a conta que tenho que pagar, ela me escraviza, e tenho que gastar o tempo da minha vida, todo o tempo da minha vida, para conseguir meios materiais para pagar as contas que tenho. Isso é funcional para o capitalismo” (Mujica, 2020).

12

13

14

15

16

17 Gostaríamos de trazer para vocês uma reflexão sobre a atual conjuntura em que
18 nos encontramos, chamando para uma luta transcendente a todas as categorias do
19 sistema capitalista em busca da emancipação humana.

20

21 **CONJUNTURA INTERNACIONAL**

22 Lutar para construir um novo mundo sem a ditadura do dinheiro senhor onipoten-
23 te, onipresente, onisciente, o deus Valor. Construir uma sociedade onde não existam
24 poderes de nenhuma forma.

1 CONQUISTAR O DIREITO A UMA VIDA PLENA 2 E PRAZEROSA PARA TODOS!

3 “Uma sociedade onde prende **injustamente** um ser humano, o único lugar para o ser
4 humano **justo** é a prisão.”

5 Num mundo globalizado a crise só poderia ser igualmente globalizada. A ONU e
6 as ONGS colocam estatísticas mostrando números astronômicos de desempregados
7 mundo a fora, bolsa de valores em queda e economias de países antes estáveis hoje
8 estão em colapso geral.

9 Os Estados Unidos da América é o xerife do mundo, defensor do que para eles é a
10 democracia universal, tem força para interferir política e economicamente em qual-
11 quer parte do mundo financiando e promovendo guerras e golpes de Estado ditando
12 diretamente a economia do planeta, mas o gigante tem pés de barro. O mercado e a
13 economia mundial que está no seu ponto de crise máxima não tem como responder
14 a crise que se agudiza.

15 Os Estados Unidos recorrem aos seus aliados além-mar, em outros continentes,
16 para tentar estabilizar o mercado mundial que é irrecuperável, uma economia que
17 está colapsada em todos os níveis social, econômico e ambiental.

18 Alguns tentam se recuperar e ter algum fôlego, formando alianças como Brics,
19 Tigres Asiáticos, etc., tentando formar uma nova ordem econômica sem a tutela do
20 governo americano mas também não conseguem dar as respostas a esta crise sem
21 precedentes a que chegamos, nem mesmo sacrificando a natureza para o deus valor
22 (mercado, dinheiro, trabalho)

23 Como se tudo isso não bastasse, insistem em dizer que tem o lado bom e o lado
24 ruim dos exploradores, sendo que existem dezenas de conflitos e guerras pelo mundo,
25 por eles provocados. Fazem tudo para manterem seus interesses econômicos, guerras
26 na África e Ásia às dezenas e ameaças biológicas, nuclear e pandêmicas, e eles dizem
27 que temos que escolher um lado. Enquanto fazem suas guerras para vender armas
28 e movimentar a indústria bélica, um dos sustentáculos do capitalismo em sua fase
29 terminal, milhares de pessoas inocentes precisam sair das áreas de conflito se tornan-
30 do refugiados que arriscam suas vidas em travessias que por muitas vezes são fatais.
31 Enquanto forem os negros, índios, latinos e asiáticos morrendo, o dito ocidente não se
32 importa, pois, a vida destas pessoas não vale nada para o sistema, são apenas mão de
33 obra excedente e descartável.

34 Eles dizem que temos que escolher um lado, do bem ou do mal, mas em momento
35 nenhum eles dizem que podemos ser livres e escolhermos o lado da paz e da vida. Um
36 exemplo é a Guerra da Ucrânia x Rússia, ou estamos do lado da Ucrânia ou da Rússia
37 ou estamos do lado do “bem” que seria da Ucrânia marionete dos EUA e uma pretensa

1 vítima de um agressor implacável ou dos “terríveis” russos, mas por trás disso está a
2 supremacia do poder mundial, a queda de braço de quem vai ostentar o poder.

3 Está se desenhando uma grande mudança geoeconômica pós-guerra Rússia e Ucrâ-
4 nia. O resultado, seja lá qual for, será a contínua ameaça de extinção da vida sobre a
5 terra, seja pelo esgotamento dos recursos naturais através da exploração capitalista ou
6 pela ameaça cada vez mais próxima de uma guerra nuclear.

7

8 **POR QUE TEMOS QUE ESCOLHER ENTRE** 9 **O RUIM E O MENOS RUIM ?**

10 Será que não podemos ser apenas pessoas humanas que queremos viver em paz
11 sem dominação de nação sobre nação? Onde podemos construir um novo sujeito para
12 decidirmos e seguirmos o rumo da nossa própria vida?

13 Será que não podemos ter a vontade de impedir que a espécie humana entre em
14 extinção por obra de homens que defendem o poder que foi construído pelas armas?

15

16 **CHEGA DE GUERRAS, FOME, MISÉRIA E OPRESSÃO!**

17 Como se não bastasse esse cenário caótico, ainda tem a predação da Natureza em
18 busca de cada vez mais matérias-primas para a produção cada vez maior de mercado-
19 rias para um consumo fútil e desenfreado.

20 A Natureza não se defende, mas se vinga daqueles que estão destruindo a vida em
21 nosso planeta, em nome do progresso, mercado e valor o ser humano está destruindo
22 sua própria casa e se acha inteligente. Este modo de vida de consumo frenético de
23 mercadorias na maioria supérfluas nos trouxe a um ponto de virada que talvez não
24 tenha mais volta.

25 Nos últimos 70 anos o consumo de energia baseado na queima de combustíveis
26 fósseis, utilização de gasolina por exemplo, foi maior do que a humanidade consumiu
27 em 12.000 anos! Esses dados podem ser facilmente verificados em uma pesquisa sim-
28 ples na internet.

29 A queima de combustíveis aliada a indústria pesada que ainda joga uma quantida-
30 de absurda de detritos na atmosfera, tem acelerado o efeito estufa e o aquecimento
31 global, que vem sendo alertado desde os anos 80 por cientistas e ambientalistas de
32 todo o mundo.

33 Um deles, o cientista britânico James Lovelock, que nasceu em 1919 no Reino Uni-
34 do, escreveu uma importante teoria chamada Teoria de Gaia ou Hipótese de Gaia em
35 colaboração com Lynn Margulis para explicar o comportamento sistêmico do planeta.
36 Sua hipótese é a de que a Terra é um sistema vivo em equilíbrio e que a forma como
37 a tratamos está levando a um desastre ambiental de proporções irreversíveis podendo

1 levar a extinção da própria humanidade.

2 Segundo ele, até 2040 o Saara invadirá a Europa e Berlim na Alemanha será tão
3 quente quanto Bagdá no Iraque.

4 Phoenix nos EUA e Beijing na China se tornarão lugares inabitáveis invadidos pelo
5 deserto.

6 Miami nos Estados Unidos e Londres na Inglaterra também serão devastados por
7 causa da elevação do nível do mar e de enchentes. Para ele a humanidade já ultra-
8 passou os limites de emissão de carbono que permitiram a auto regulação do clima o
9 que tornou o aquecimento global inevitável e que deveríamos aderir maciçamente a
10 geração de energia por via nuclear e de que as energias alternativas como a eólica e
11 a solar não nos salvarão. (*Fonte: Ciência Hoje : James Lovelock pessimista ou realista?*).

12 Apesar de não concordar completamente com suas ideias, principalmente a respei-
13 to das usinas nucleares, está claro que suas previsões estão certas. É só ver o que está
14 acontecendo através das principais redes de notícias. O que fazer então diante de um
15 quadro tão catastrófico? A ONU promove várias reuniões com líderes mundiais, várias
16 conferências sobre o clima e os maiores poluidores do mundo insistem em manter
17 este modelo econômico que irá nos levar à destruição.

18 De nada adianta essas Conferências mundiais se eles não irão mudar o principal
19 fator que leva a destruição do planeta e conseqüentemente a nossa extinção, que é o
20 modo de produção baseado no crescimento anual das economias de todos os países
21 do mundo e no consumo desenfreado de mercadorias. Mercadorias essas que necessi-
22 tam de matéria prima que vem da natureza e que não é infinita. Nossa única chance
23 de sobrevivência é destruir esse sistema e criar algo completamente novo baseado na
24 cooperação e na não exploração da natureza, vivendo de forma harmoniosa com ela
25 e com todos os seres que nela habitam.

26 **Até o último tolo já deve ter percebido que as alterações climáticas são um**
27 **fato e representam uma séria ameaça à humanidade.**

28 Também é evidente que a emissão de CO₂ (dióxido de carbono) e outros gases com
29 efeito estufa tem de ser radical e rapidamente reduzida para que a catástrofe climá-
30 tica não assuma proporções ainda mais catastróficas. Isto implica uma reconstrução
31 completa da infraestrutura, bem como uma completa mudança ou um revoluciona-
32 mento do modo de produção e de vida. Assim está na ordem do dia um programa de
33 abolições e encerramentos. A “locomotiva” do desenvolvimento das forças produtivas
34 vai queimar todos na sua caminhada. É “inevitável” puxar o travão de emergência”, a
35 menos que se queira arriscar e aceitar a morte de todos os “passageiros”. A nova or-
36 dem mundial multipolar “mais justa”, defendida por Putin e Xi Jinping, que poria fim
37 à hegemonia dos EUA (em erosão), terá como resultado, por um lado, a ideologia de

1 todos os Estados autoritários da semiperiferia que procuram através da política impe-
2 rialista de poder e de guerra suceder aos EUA, tentando alcançar uma supremacia ou
3 dominância regional ou global.

4

5 **DIREITOS HUMANOS PARA QUÊ E PARA QUEM?**

6 A violação dos direitos humanos que acontece envolvendo a Coreia do Norte, Irã,
7 Venezuela, Talibã, etc. não são questões que preocupam as grandes potências, ONU,
8 Europa, etc., a preocupação com a violência e o desrespeito aos direitos humanos são
9 apenas pretexto para gerarem guerra na intenção de se apropriarem de suas riquezas
10 naturais por questões geopolíticas e o interesse de expansão do mercado. Enfim, se
11 eles se preocupassem com o bem-estar da população, liberdade de expressão, etc., não
12 aplicariam sanções a estes países que já sofrem tanto nas mãos de seus governantes.

13

14 **O SISTEMA E A CIÊNCIA NA DOMINAÇÃO HUMANA**

15 A cada nova crise, a ciência avança no controle das almas humanas no desejo de
16 aprisionar suas vontades. A Psiquiatria e a Psicologia são encarregadas de manter sob
17 controle aqueles que não se adaptam as normas e as necessidades do mercado. Aque-
18 les que não se enquadram neste modelo são considerados “loucos e perigosos”. No pri-
19 meiro Hospital mental construído na França (Hospital Geral) no século XVII, foram
20 aprisionados não só os que tinham algum problema mental visível, mas também pros-
21 titutas, desempregados, cegos, deficientes, e todos que não podiam trabalhar! Pinel
22 quase um século depois libertou os que eram aptos ao trabalho. Logo quem não pode
23 trabalhar ou que se recusa conscientemente ao trabalho é considerado louco para os
24 que dirigem o sistema. Aos que querem viver como pedintes ou praticando pequenos
25 furtos o que lhes resta é cadeia ou o hospício! (Ver História da Loucura - Michel Fou-
26 cault e demais trabalhos desse autor).

27 O avanço das drogas psicotrópicas tornou o mundo mais obediente e as pessoas
28 mais fáceis de serem manipuladas. O sistema se encarrega de manter-nos escravos sem
29 capacidade de questionar tirando-nos qualquer capacidade de pensarmos uma vida
30 fora dele, como se ele fosse nossa única opção de vida. Em relação a tecnologia, que-
31 remos afirmar, ressaltar que ela tem que estar disponível e pertencer a humanidade
32 e não ao mercado.

33

34 **O MERCADO**

35 No capitalismo, o mercado financeiro se tornou um de seus pilares de sustentação.

36 O mercado ganha vida e nós, os escravos modernos, abrimos mão da nossa vida em
37 nome de uma ilusão, acreditando numa segurança que só existe em nossas cabeças

1 esvaziadas de tudo que poderia levar a qualquer tipo de questionamento. Os escravos
2 modernos abrem mão das suas próprias vidas para que o mercado tenha sua vida
3 plena e onipotente.

4 O mercado assume características humanas, não é raro ouvirmos nos noticiários, as
5 expressões: O mercado está nervoso; o mercado está animado; o mercado está instá-
6 vel; o mercado amanheceu otimista, entre outras.

7 Estas deveriam ser características dos seres humanos, então podemos afirmar que o
8 mercado ganha vida autônoma e dirige os seus criadores, pois o mercado não funcio-
9 na sozinho, fomos nós que o criamos, e agora nos deixamos dominar por ele.

10

11 **“A CRIATURA DIRIGE OS SEUS CRIADORES”**

12 As crises estruturais no capitalismo se dividem em cíclicas e não cíclicas. Exemplo
13 de uma crise não cíclica foi a de 1929 (grande quebra da bolsa de Nova York) e foi
14 motivo gerador para a Segunda Grande Guerra Mundial. A de 2008 apresentou uma
15 crise estrutural, sua base estava se desmoronando, ou seja, o sistema está se dessubs-
16 tancializando {substituindo o trabalho vivo “humano” pelo trabalho objetivado (das
17 máquinas)} ocasionando assim, uma desvalorização do valor, diminuindo o quantum
18 de valor das mercadorias, ao mesmo tempo criando uma massa de desempregados
19 que estão fora do mercado de produção e impossibilitando-os de consumir os produ-
20 tos até de primeira necessidade.

21 Esta crise estrutural não cíclica, que ainda está em curso, obrigou então os governos
22 mundiais a chegarem ao consenso de que é preciso regras governamentais e um certo
23 controle do mercado para que esse não venha a levar todos à bancarrota. Há de haver
24 um equilíbrio (se é que isso é possível) entre o neoliberalismo e o keynesianismo (in-
25 terferência do estado, etc.) levando ao corte de gastos em áreas essenciais (educação,
26 saúde, transporte, etc.), penalizando principalmente as populações mais necessitadas.

27 *O TRABALHO É UM PRINCÍPIO DE COERÇÃO SOCIAL: O trabalha-*
28 *dor, portanto, só se sente em si fora do trabalho; no trabalho sente-se*
29 *fora de si. Só está à sua vontade quando não trabalha, quando traba-*
30 *lha não está no seu domínio. Assim, o seu trabalho não é voluntário,*
31 *mas imposto; é um trabalho forçado. Não constitui a satisfação de uma*
32 *necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades a*
33 *estranheza do trabalho ressalta claramente do facto de se fugir dele*
34 *como se foge da peste. Karl Marx.*

35 *“É necessário dizer as pessoas o que está em causa” Tomasz Konicz*

36 O capitalismo está no fim – e na sua agonia ameaça arrastar a humanidade para o
37 abismo com ele, privando-a dos fundamentos sociais e ecológicos da vida. O sistema

1 mundial capitalista está a atingir os seus limites internos e externos de desenvolvi-
2 mento.

3 As crises econômica e climática são apenas dois momentos do mesmo processo
4 de crise, em que a compulsão do capital ao crescimento sem limites – o esforço para
5 ganhar mais dinheiro com a exploração da mão de obra na produção de mercadorias
6 – produz um mundo ecologicamente devastado e uma humanidade economicamente
7 supérflua e superada. É portanto necessário procurar conscientemente formas de sair
8 do capitalismo de crise e catástrofe na luta e no discurso sociais, pois o mundo ameaça
9 afundar-se na barbárie. (Thomas Konicz)

10 A libertação deste modo de vida tirano e absurdo que tomamos para nós como
11 única forma possível de sobrevivência, se tornou urgente e indispensável. Vivemos
12 em uma ditadura, que é a eterna devoção e submissão ao “deus dinheiro”, porque não
13 vemos outra forma de vida senão esta da escravidão moderna. Nós, os escravos mo-
14 dernos, não temos consciência do quanto somos submissos, escravos deste sistema que
15 nós criamos e somos. Dentro do sistema destruidor e mercante, a criatura dominou
16 o criador que inverte e oculta a realidade, pegando a realidade como espetáculo e o
17 espetáculo se tornou a vida. Assim, não percebemos ou não queremos perceber esta
18 realidade tão degradante e rebaixada. Precisamos gestar um novo sujeito, livre dessas
19 categorias: trabalho, troca, dinheiro, mercadoria, salário, valor, política e etc.

20 Nós mesmos corremos atrás de trabalho que nos é dado porque estamos “suficien-
21 temente domesticados”. É dado o direito aos escravos a escolha de seu senhor, quem
22 será o seu carcereiro a quem deverão obediência, escolhemos nossas próprias jaulas!
23 Foi tirado dos escravos a capacidade de se rebelar, que deveria ser o seu único cami-
24 nho. Aceitam esta vida que lhes foi dada sem questionarem. A sua resignação e renún-
25 cia é a sua desgraça.

26 Devemos divulgar nossa vontade de sermos revoltosos, de ir contra a ordem das
27 coisas ao máximo, para todos independentes de raça, cor, sexo, credo etc..

28 Somos responsáveis pela passividade alheia e nossa.

29 Podemos acabar com nossa escravidão moderna, pois é uma escravidão voluntária,
30 aceita por esta multidão de escravos que habita todo o planeta, eles, os que coman-
31 dam o sistema não podem aprisionar nem matar a todos de uma só vez, por isso ainda
32 temos uma chance de virar o jogo.

33 Nós somos o inimigo, não tem um poder a ser tomado de assalto pois todo o poder
34 deve ser destruído e eliminado para que finalmente possamos ser livres.

35 Não haverá professor

36 Não há aluno

37 Não há guru

- 1 Não há mestre
- 2 Não há salvador
- 3 Você mesmo é o professor
- 4 E o aluno
- 5 Você é o mestre
- 6 Você é o guru
- 7 Você é o líder
- 8 Você é tudo
- 9 Tudo que é necessário
- 10 Para o triunfo do mal
- 11 Temos que nos destruirmos, destruir em nós aquilo que o sistema implantou em
- 12 nossa mente, para assim conseguirmos nos libertar e vivermos plenamente felizes,
- 13 pois nós somos o sistema.
- 14 Nossa única saída é a rebelião contra o que somos, tendo como única saída a cria-
- 15 ção de uma nova sociedade em cima dos destroços da velha sociedade produtora
- 16 de mercadoria. Devemos atingir a todos aqueles que estão dormindo e os que estão
- 17 acordando, pois esta guerra não tem um inimigo que temos que matar, pois nós somos
- 18 este inimigo.

19

20 **CONJUNTURA NACIONAL**

21 Estamos assistindo a esse espetáculo midiático que se tornou a política brasileira

22 como se fosse uma novela ou uma série de TV esperando que o vilão seja preso e que

23 o “mocinho” saia justificado. Mas precisamos analisar o que levou essas forças reacioná-

24 rias a se aglutinarem e chegar ao poder depois de décadas de ostracismo. Os conserva-

25 dores e a extrema direita governaram o Brasil a partir do golpe de 64 até 1985 quando

26 o acórdão chamado “lei da anistia” tornou os torturadores impunes e eles puderam fa-

27 zer uma transição para a democracia com o aval da esquerda da forma que quiseram.

28 Ao invés de chamar o povo pra tomar o destino em suas mãos e realmente mudar

29 suas vidas conclamaram o povo pra eleger um presidente por eleições diretas. E até aí

30 a direita deu as cartas elegendo o moderado Tancredo, via Parlamento, vindo o poder

31 a ficar mais 4 anos nas mãos de um dos seus, o famigerado Sarney.

32 Os “órfãos” da ditadura continuaram a existir, mas sem força política. A Direita

33 brasileira fazia a dança do poder ora se elegendo ora perdendo pra esquerda. Collor de

34 Mello, em 1990, produzido pela mídia da época, seria o representante de uma Direita

35 que queria “modernizar” o país e vejam só a piada, que iria acabar com a corrupção!

36 Seria cômico se não fosse trágico, pois ao confiscar o dinheiro da classe média e de

1 uma parcela dos ricos cavou sua própria cova e os mesmos que o fabricaram para ser
2 eleito fizeram campanha para seu impeachment.

3 A juventude usada como massa de manobra foi as ruas e se sentindo protagonista
4 (sem o ser) bradava o Fora Collor! Mas o que isso tem a ver com o cenário atual? Mui-
5 ta coisa. Depois do tapa buraco Itamar, do social democrata queridinho dos empresá-
6 rios Fernando Henrique, tivemos então dois mandatos de Lula do PT e para a Globo
7 havia chegado a hora de colocar o PSDB de volta ao poder. Seu segundo mandato
8 foi inundado de denúncias de corrupção que não podiam passar impunes. Todos os
9 veículos de comunicação se uniram para desgastar ao máximo a imagem do PT que
10 mesmo assim conseguiu eleger Dilma Rousseff.

11 Dilma não tinha o carisma pessoal de Lula e errou feio ao reprimir os movimentos
12 sociais em 2013. Ali nascia uma oposição que trazia um elemento novo; uma extrema
13 direita com apoio evangélico e uma pauta moralista com uma forte tendência ao fa-
14 natismo. A reeleição de Dilma fez com que esse movimento de extrema direita come-
15 çasse a tomar mais força, mas era preciso alguém que tivesse a cara deles, alguém sem
16 escrúpulos e com coragem pra dizer as piores barbaridades sem medo de ser punido.

17 Surge então na mídia um deputado pelo Rio de Janeiro ex-capitão do exército que
18 não tinha vergonha de expor todos os preconceitos em público. Ele deu voz aos órfãos
19 da Ditadura que são racistas, machistas, lgbtfóbicos, preconceituosos e falsos moralis-
20 tas. Se desenhava a partir de 2015 um movimento pra tirar Dilma do poder que nada
21 mais foi do que uma articulação entre os setores econômicos descontentes com sua
22 política social, os conservadores, as bancadas evangélica, do agro, da bala e uma juven-
23 tude branca de classe média que achava “ engraçado “ ver o mito despejar na TV os
24 preconceitos que eles tinham mas não tinham coragem de verbalizar.

25 Veio o golpe de 2016 com o aval do Congresso e do STF. Temer apenas pavimentou
26 o caminho pra Bolsonaro subir a rampa em 2018. Não esqueçamos que foi o ano em
27 que planejaram muito bem essa ascensão ao poder com a prisão de Lula, o candidato
28 que certamente o derrotaria. Por mais que acusassem Lula de ladrão, eles sabiam que
29 não era o suficiente pra destruir sua imagem política, somente o tirando do páreo o
30 conseguiriam e assim fizeram.

31 Temos que admitir que o episódio facada com a ajuda da Globo foi um golpe de
32 marketing de gênio! O Messias Salvador ferido por um suposto militante de esquerda
33 era tudo que precisava pra se eleger. Haddad não tem o carisma de Lula e não sou-
34 beram dialogar com o povo das comunidades, pelo contrário, se afastaram das bases
35 populares. Toda a insatisfação popular poderia ter sido direcionada pra um grande
36 movimento de não voto, pra que essa democracia representativa que nunca nos re-
37 presentou desse lugar a um movimento forte de descontentamento com a política

1 partidária e quem sabe com nossa emancipação desse modelo fracassado, mas não
2 havia nenhum movimento social no Brasil com força pra isso.

3 Os quatro anos de governo de um ser completamente despreparado para o car-
4 go, aliado a uma pandemia mundial, trouxeram consequências jamais vistas. 700 mil
5 mortos por Covid e mais de 33 milhões de brasileiros morrendo de fome, e um pre-
6 sidente genocida que sequer sabia fazer um discurso minimamente decente em via-
7 gens internacionais, atirando o Brasil numa posição de descrédito internacional. Tal
8 como fizeram com Collor em 92 havia chegado a hora de chutar o capitão do poder e
9 colocar outro em seu lugar que pudesse continuar sendo porta-voz de seus interesses.
10 O problema era a falta de um nome na Direita que pudesse ser popular e derrotar o
11 falso Messias.

12 A única saída para a elite seria apoiar um nome da esquerda ou centro. O único
13 nome capaz era Lula. Lula foi solto e eleito em segundo turno em 2022 e assume em
14 2023 para administrar a barbárie. O que não contavam era com um exército de fanáti-
15 cos religiosos que acreditaram em toda uma armação montada por Bolsonaro e famí-
16 lia para desacreditar o processo eleitoral e dar um golpe. Mas como dar um golpe sem
17 a anuência e força dos EUA? Como dar um golpe sem o apoio maciço do Exército? As
18 Forças Armadas deram um pé na bunda do ex capitão expulso e o pretense golpe foi
19 um fiasco. Mesmo com a colaboração de nomes importantes para que a invasão dos
20 três poderes acontecesse não havia como dar certo sem a adesão das Forças Armadas
21 e dos Estados Unidos.

22 A conjuntura atual é completamente diferente da década de 60 quando golpes de
23 Estado em países da América Latina faziam parte da política externa americana. Tudo
24 isso só serviu para aperfeiçoar o aparato repressivo brasileiro, implantando novas tec-
25 nologias, que não se enganem, podem um dia virem a ser usadas contra nós! Agora
26 nos resta esperar para assistir pelas redes sociais a prisão do genocida e sua quadrilha.

27 Diante dessas condições, precisamos dizer o que está em causa, não há Estado,
28 governo, democracia, VALOR, trabalho (encarnação do valor), dinheiro (representa-
29 ção do valor e equivalente universal que estabelece nossa relação social) mercadoria
30 (troca de valor), política, religião, maçonaria, tecnologia, direito, partido, luta ecológi-
31 ca, de gênero e de classe, etc. que resolva tal quiproquó (problema) da sociedade do
32 sofrimento, Não adianta esperar GODOT, não adianta administrar a barbárie, ela só
33 se agrava e se potencializa cada vez mais.

34 Sejamos humanos transcendentais, capazes de construirmos um novo sujeito,
35 desfetichizado e livre das categorias e dogmas do capitalismo/socialismo. Façamos
36 o impossível. Somente a emancipação humana destruirá este sistema produtor de
37 mercadorias e de horror. Que fique bem claro, que não somos contra as lutas e as rei-

1 vindicações básicas e imediatas imanentes dos movimentos sociais, mas somos favorá-
2 veis que essas lutas e reivindicações se deem numa perspectiva de saída, de superação
3 e de emancipação do capitalismo.

4 A única possibilidade para nós, escravos modernos, seria a rebelião, a revolta cons-
5 ciente de que não existe outro futuro senão a consciência de cada um, esta consciência
6 só será possível se cada um de nós, sem interferência de partidos, líderes ou qualquer
7 outro tipo de representação, resolva dar um basta neste estado de coisas e a partir
8 daí construirmos uma vida nova quando então deixaremos de sermos escravos para
9 sermos de fato livres!!

10 *“Tudo aquilo que o homem ignora, não existe para ele. Por isso o universo de cada um*
11 *se resume no tamanho de seu saber” (Einstein)*

12 *“A Vida não é da gente, o ser não tem as coisas as coisas é que tem a gente” (GAYA)*

13 **Emancipemo-nos!**

14

15 **ASSINAM ESTA TESE:**

16 José Augusto Fernandes Filho – Servidor do Ministério da Saúde; Oseas Ribeiro de
17 Queiroz – Servidor do Ministério da Saúde (Aposentado); Leonardo Guilbert Caval-
18 cante – Servidor do Ministério da Saúde

19 **Emancipemo-nos!!**

■ CONTRIBUIÇÃO 2

1

2 **EM DEFESA DO SINDICALISMO CLASSISTA** 3 **E COMBATIVO, NA LUTA PELO SOCIALISMO!**

4

5 **CONJUNTURA**

6

7 **NENHUM PASSO ATRÁS NO COMBATE AO FASCISMO!**

8 O Congresso da Condsef/Fenadsef se inicia em um momento decisivo para a luta
9 da classe trabalhadora brasileira, onde se abre a possibilidade de resgatar alguns dos
10 direitos sociais destruídos após o golpe de 2016, que levou ao poder o direitista Michel
11 Temer e a imposição do chamado Teto de Gastos. Naquele momento, com vistas à
12 consolidação do golpe da direita, foi articulada a prisão de Lula e a eleição do fascista
13 Jair Bolsonaro.

14 Claro que os problemas da classe trabalhadora, e do serviço público em especial,
15 não começaram no governo Temer ou Bolsonaro. A ditadura era servil ao grande ca-
16 pital e sua derrota permitiu uma série de avanços na Constituição de 1988, os quais
17 foram gradativamente atacados pela direita. A vitória de Fernando Collor (1990/1992),
18 em 1989, através de uma verdadeira fraude eleitoral, onde os meios de comunicação
19 enganaram a população, deu início a um ciclo de retirada de direitos e privatizações.
20 O impeachment de Collor em 1992 e a posse de Itamar Franco (1992/1994), paralisou
21 a retirada de direitos, mas manteve as privatizações, inclusive de empresas emblemá-
22 ticas como a Companhia Siderúrgica Nacional.

23 As ações de desmonte do Estado brasileiro e de retirada de direitos do povo foram
24 aprofundadas nos dois governos do tucano Fernando Henrique Cardoso (1995/1998
25 e 1999/2002), com inúmeras alterações Constitucionais e com a entrega de empresas
26 estratégicas como a Vale do Rio Doce, Telebrás entre outras, criadas com dinheiro
27 público, à grupos privados amigos, utilizando dinheiro público e as chamadas moedas
28 podres.

29 Mesmo os governos de Lula (2003/2006 e 2007/2010) e Dilma (2011/2014 e
30 2015/2016) flertavam com o liberalismo e aceitaram as pressões dos agentes do mer-
31 cado, quando ele, por exemplo, promoveu a Reforma da Previdência de 2003, e ela, as
32 privatizações no pré-sal, com a venda do Campo de Libra. Ambos cederam grandes fa-

1 tias do orçamento ao esquema da dívida, sacrificando servidoras e servidores públicos
2 sempre que os lucros dos banqueiros estavam sob ameaça.

3 Lula conseguiu, através de bons números na economia, se consolidar, não sem sub-
4 meter seu governo a uma série de denúncias e ataques da direita.

5 Porém, com Dilma, o recuo programático cobrou um duro preço. Ele enfraqueceu
6 sua base de apoio popular, à esquerda, e deu aos seus aliados à direita, a oportunidade
7 da traição, que se consolidou com o golpe empresarial-parlamentar de 2016, que levou
8 ao poder o vice-presidente Michel Temer (2016/2019), que atacou os direitos trabalhis-
9 tas, prometendo com isso criar empregos... tudo mentira.

10 O governo Temer, seja em razão de fracassos econômicos, seja pelos escândalos de
11 corrupção, naufragou e deixou a sucessão em aberto. Lula despontava como possível
12 candidato e foi preso para não participar do processo eleitoral, graças a decisão de
13 um juiz de direito que manipulou o processo e depois do pleito viria a abandonar a
14 magistratura para integrar um governo de claras inclinações fascistas.

15 Mas nada disso se comparou ao desastre dos 4 anos do fascista Bolsonaro, marcados
16 por todo tipo de crime, desde os mais graves (como o genocídio contra a população
17 idosa na pandemia, o etnocídio contra os Yanomamis e outros povos indígenas, me-
18 diante o apoio aos grupos criminosos do garimpo clandestino e desmatamento ilegal)
19 até os crimes mais “comuns” (como o desvio e comercialização de joias, pedras pre-
20 ciosas e outros bens do Estado brasileiro, além do tráfico de drogas em avião oficial).
21 Os cortes constantes de verbas na área da saúde e educação, a reforma da previdên-
22 cia, a desorganização de todos os tipos de serviços e ações de fiscalização, os ataques
23 aos sindicatos, enfim, representam todo um conjunto de ações de um “governo” que
24 entregou grandes fatias do patrimônio público à aliados, e com isso, contribuiu para
25 aumentar a miséria e a fome no país.

26 A derrota do fascista abriu espaço para um período de reorganização da classe
27 trabalhadora e, nesse contexto, o movimento sindical tem como missão fortalecer o
28 sindicalismo classista, estreitar laços com as bases e alcançar novos espaços. Sobretudo
29 frente ao fato da extrema direita ter se afirmado como uma força política nacional,
30 que ainda é capaz de organizar movimentos de rua, graças a suas redes radicalizadas e
31 injeção de recursos financeiros, como ocorreu no dia 12 de dezembro de 2022, quando
32 da titulação de Lula, e na fracassada tentativa de golpe de 8 de janeiro, articulada por
33 empresários, políticos e militares bolsonaristas.

34 Mas como contrapor o fascismo? Através da mobilização popular, da construção de
35 amplas alianças democráticas e por meio da agitação e propaganda, no seio do movi-
36 mento sindical. Tais esforços devem ser praticados no sentido de fortalecer a ideologia
37 que é diametralmente oposta ao fascismo, ou seja, o socialismo, aqui afirmado de for-

1 ma ampla, para abraçar a diversidade de organizações na luta antifascista.

2 Importante dizer que a posse do democrata Lula não garantiu as mudanças ne-
3 cessárias ao povo, pois os avanços, até agora, foram tímidos e o esperado “revogaço”
4 das medidas de Bolsonaro não foi à frente. Inclusive, muitos “quadros” do governo do
5 fascista foram aproveitados na nova gestão, dando seguimento a implementação de
6 medidas ultraliberais, alinhadas com o que Paulo Guedes defendia, a partir de plane-
7 jamentos de gestão elaborados no ano passado e colocados em prática nos últimos
8 meses como se nada tivesse acontecido.

9 Ainda que alguns atos positivos tenham sido realizados - o combate à crimes am-
10 biantais, a interrupção do genocídio Yanomami, a reposição salarial de 9%, entre ou-
11 tros - ainda faz falta a necessária intensidade na inversão de rumos no país. Todavia,
12 percebe-se que tal radicalidade é incompatível com um governo que busca a concilia-
13 ção de interesses naturalmente inconciliáveis. Isso tem saído caro aos cofres públicos,
14 em especial com a entrada de setores do Centrão, antigos aliados de Bolsonaro, no
15 governo, trazendo mais elementos reacionários ao poder.

16 Um reflexo evidente desta política de conciliação de classes é o chamado “Arcabou-
17 ço Fiscal”, verdadeira continuidade do Teto de Gastos de Temer e que visa a selar o
18 compromisso do novo governo com a manutenção do esquema da dívida pública, o
19 qual, historicamente, alimenta o bolso de especuladores e rentistas, desestimulando
20 investimentos produtivos, e que captura quase 50% do orçamento público. Tudo isso
21 para agradar setores da sociedade que ontem aplaudiam entusiasmadamente o fascis-
22 ta Bolsonaro...

23 Apostar na conciliação de classes, dando passos atrás para ganhar apoio tempo-
24 rário de setores da direita é repetir um erro que levou Bolsonaro ao poder e precisa
25 ser denunciado pelo movimento sindical. O fortalecimento do debate político, com a
26 indispensável radicalidade, é essencial para garantirmos que o fascismo nunca mais
27 nos ameace. Nenhum passo atrás! Nenhum direito a menos!

28

29 **MOVIMENTO SINDICAL**

30

31 **SINDICALISMO CLASSISTA PARA DERROTAR A BURGUESIA**

32 Toda essa conjuntura torna mais urgente e essencial a prática do sindicalismo clas-
33 sista, que afirme o socialismo como alternativa e que seja capaz de unir lutas econô-
34 micas e lutas políticas, visando a elevação de consciência da base. Devemos reivindicar
35 melhores salários, melhores condições de trabalho, resgatar direitos sociais, reverter o
36 desmonte da máquina pública, e promover o ideário socialista, em contraposição às
37 ideologias do capitalismo, como o fascismo e o liberalismo.

1 Neste sentido, é urgente combater os sindicatos “amarelos”, corporativos, sem visão
2 classista, pois cegam os trabalhadores quanto à importância das lutas gerais, defen-
3 dendo saídas individuais para problemas que, estruturalmente, são coletivos. Essas
4 entidades muitas vezes reproduzem discursos elitistas e se submetem aos interesses
5 patronais em troca de vantagens pontuais e falsas vitórias, apenas para iludir a base
6 quanto à efetividade de sua tática rebaixada e desmobilizante de “sindicalismo de
7 (poucos e tímidos) resultados”. Se tornam, dessa forma, ferramenta de manutenção
8 do poder do sistema que os oprime.

9 O papel dos sindicatos é ainda mais importante em cenário no qual a derrota elei-
10 toral dos candidatos do fascismo não desmobilizou sua base, pelo contrário, provocou
11 a radicalização, convergindo para a tentativa de golpe de 8 de janeiro. A instituciona-
12 lidade respondeu com diversos processos criminais, todavia isso só se presta a identifi-
13 car e punir os golpistas mais óbvios, mas não combate a raiz do pensamento fascista,
14 especialmente entre os trabalhadores que buscam uma alternativa concreta para suas
15 insatisfações com o sistema capitalista. Apresentar aos trabalhadores a alternativa do
16 socialismo é indispensável para a derrota do fascismo.

17 Precisamos, portanto, de um sindicalismo, e, por extensão, de uma CONDSEF/FE-
18 NADSEF, preparada para travar a Luta de Classes, reivindicando o socialismo, como
19 instrumento de libertação de todos os povos dos grilhões da exploração capitalista.
20 Precisamos manter a independência de classe ante ao governo e patrões, debatendo
21 com a base todos os passos para seguir adiante com nossas bandeiras de luta e rei-
22 vindicações ante qualquer governo, trabalhando pela unidade da classe trabalhadora
23 sempre que a ameaça fascista retome o ataque.

24

25 **SERVIÇO PÚBLICO**

26

27 **A LUTA DE CLASSES ESTÁ VIVA NO SERVIÇO PÚBLICO!**

28 Para os liberais de plantão, defensores dos muito ricos, a saída de qualquer crise é
29 sempre a mesma, é o achatamento de salário, e a retirada de direitos necessita ser a
30 mais ampla o possível. Defendem uma máquina pública suficiente apenas para res-
31 guardar seus privilégios de classe. Saúde, educação, previdência social e outros servi-
32 ços públicos que visam atender a população em geral devem ser desmontados e entre-
33 gues à iniciativa privada, para que ela aumente ainda mais sua margem de lucros. Para
34 eles, o Estado pode e deve se resumir a instrumentos de controle social e repressão,
35 sob o controle de representantes da burguesia, ou seja, tiro, porrada e bomba contra o
36 trabalhador, leite com pera para os muito ricos.

37 Para eles, é desnecessário haver concursos públicos e, se houver, estes devem ser o
38 mais restritos e elitizados possível. Cargos de nível intermediário devem ser extintos

1 e substituídos por mão de obra alugada por empresas terceirizadas, pertencentes à
2 burguesia. O serviço público deve ser dividido em castas, com a maioria esmagadora
3 recebendo baixos salários, enquanto aqueles que atuam no atendimento da grande
4 burguesia recebem os altos salários e vantagens. Ou seja, um serviço público excluden-
5 te e clientelista, que reproduz as enormes desigualdades que existem na sociedade.

6 A burguesia, como classe dominante, impõe um discurso à toda sociedade. Defen-
7 dem que o serviço público deve ter suas atribuições gradualmente transferidas para
8 a iniciativa privada, através de privatizações, parcerias, terceirizações, concessões etc.,
9 pois o modelo privado seria um “modelo de gestão mais eficiente”. Nada mais falso,
10 pois sua eficiência se baseia no total de lucro transferido aos seus controladores priva-
11 dos e não no atendimento às necessidades da população. Exemplos não faltam! CCR
12 Barcas, Supervia, Vivo, Águas do Rio (antiga CEDAE), ônibus urbanos entre tantas
13 outras atividades sob controle privado que prestam serviços caros e ruins.

14 Além disso, pregam também o engessamento no controle da jornada de trabalho,
15 imposição e aumento de metas, cerceamento à liberdade intelectual, discurso meri-
16 tocrático, profusão de consultorias externas, terceirização, precarização do trabalho
17 através de temporários, ausência de concursos públicos e toda forma de limitações à
18 autonomia decisória dos trabalhadores se prestam à ampliar o controle dos gestores
19 (e seu poder de barganha) sobre os/as servidores/as e empregados/as públicos/as, per-
20 mitindo “ganhos” de produtividade, ou seja, que trabalhemos mais, recebendo menos.

21 O capitalismo, diferente de outros modelos econômicos anteriores, tem uma base
22 fortemente ideológica que o apresenta como algo natural, que deve ser assimilado por
23 todos independente do seu papel na estrutura da sociedade, seja patrão (capitalistas
24 que vivem do trabalho alheio) ou empregado (que precisa trabalhar para viver). Desta
25 forma, o explorado se coloca na defesa do empregador e passa, inclusive, a defender
26 a supressão de seus direitos para garantir o trabalho, passando, inclusive, a votar em
27 políticos que prometem acabar com direitos trabalhistas e previdenciários, entre ou-
28 tros direitos sociais.

29 A partir deste componente ideológico, gestores públicos de todo o nível hierárqui-
30 co incorporam o discurso da classe dominante em suas rotinas e práticas, implemen-
31 tando seu modelo ideológico, aplicando a lógica da exploração da força de trabalho
32 típica da burguesia sobre aqueles que estão sob seu comando. Mas há uma diferença
33 que não percebem, eles não detém a propriedade da máquina estatal, pelo contrário,
34 em regra são tão trabalhadores quanto aqueles que oprimem, sendo igualmente subs-
35 tituíveis, apesar de não se enxergarem como tal.

36 O atual governo tem dado sinais preocupantes. A autorização de concursos públi-
37 cos, ainda que positiva, não atendeu a demanda de cargos de nível intermediário (ní-

1 vel médio) e sinaliza a ampliação da terceirização. Há um discurso de agrupamento
2 de carreiras em faixas salariais, sem debate com os servidores e a sociedade. Esther
3 Dweck, Ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, afirmou a necessidade
4 de uma reforma administrativa, a ser feita através da legislação infraconstitucional.
5 O governo endurece nas negociações salariais no orçamento de 2024 e chantageia
6 seus trabalhadores ao afirmar que ou o Arcabouço Fiscal é aprovado ou não haverá
7 reajuste salarial.

8 Ora, se governantes e gestores afirmam a ideologia da burguesia, o capitalismo,
9 em sua prática cotidiana, temos que fortalecer no movimento sindical a ideologia da
10 classe trabalhadora, o socialismo, repensando o Estado à luz das necessidades do povo
11 e não do capital, pois é um instrumento poderosíssimo para a transformação social, se
12 estiver sob o comando da classe trabalhadora.

13 Se o governo Lula é um governo, como muitos alegam, de disputa entre os inte-
14 resses do povo e dos ricos, devemos disputá-lo nas ruas e nas lutas, através de amplas
15 mobilizações, que visem a despertar a consciência de classe das trabalhadoras e tra-
16 balhadores e construir uma proposta de reorganização da máquina estatal voltada
17 às necessidade do povo, para que seja democratizada, permitindo o controle social
18 amplo, com conselhos populares definindo os rumos e prioridades do serviço públi-
19 co. Gestores escolhidos pelos servidores e empregados, conselhos de usuários para
20 acompanhar o funcionamento dos serviços, são pequenos passos, mas essenciais para
21 a construção do socialismo.

22

23 **PROPOSTAS**

24

25 **A CONDSEF/FENADSEF NA LUTA PELO SOCIALISMO!**

26 Em suma, a luta da classe trabalhadora e de sua ferramenta mais ampla de or-
27 ganização, os sindicatos, deve trabalhar para subverter o sistema atual, submetido à
28 lógica dos lucros dos grandes capitalistas, e garantir que o serviço público atenda as
29 necessidades das grandes massas excluídas e respeite e remunere dignamente suas
30 trabalhadoras e trabalhadores.

31 Nesse sentido, propomos que a CONDSEF/FENADSEF incorpore o seguinte:

- 32 • Defesa do socialismo como ideologia dos trabalhadores;
- 33 • Prisão de Bolsonaro e seus cúmplices;
- 34 • Controle popular das remessas de lucros, dividendos,
35 pagamento de royalties e pagamentos da dívida externa;
- 36 • Democratização da gestão pública, através de conselhos
37 populares e da eleição de gestores;
- 38 • Nacionalização do sistema bancário e controle popular do

- 1 sistema financeiro;
- 2 • Reversão de todas as reformas liberais (previdência, trabalhista
- 3 etc.);
- 4 • Auditoria da dívida pública e suspensão dos pagamentos
- 5 abusivos;
- 6 • Fim da política de ancoragem fiscal, como o Teto de Gastos e
- 7 o Arcabouço Fiscal;
- 8 • Regulamentação imediata da Convenção OIT 151;
- 9 • Arquivamento definitivo da PEC 32 da reforma administrativa;
- 10 • Punição exemplar para os torturadores e assassinos da
- 11 ditadura, revisão imediata da Lei da Anistia; Todo apoio à luta
- 12 pela Memória, Verdade e Justiça;
- 13 • Luta pela redução da jornada de trabalho para 30h, sem
- 14 redução de salários;
- 15 • Reestatização das estatais privatizadas, em especial da
- 16 Eletrobrás e das subsidiárias da Petrobrás;
- 17 • Fim dos leilões do petróleo;
- 18 • Reversão das concessões dos portos, aeroportos e estradas
- 19 brasileiras entregues a empresas privadas;
- 20 • Reforma agrária popular, com nacionalização e fim do
- 21 monopólio privado da terra;
- 22 • Reforma urbana que garanta moradia digna a todas as
- 23 famílias;
- 24 • Demarcação e posse imediata de todas as terras indígenas;
- 25 Garantia de escolas diferenciadas para os indígenas e incentivo
- 26 e apoio às línguas indígenas; Defesa da cultura e dos direitos
- 27 dos povos originários;
- 28 • Educação pública e gratuita para toda a população e em todos
- 29 os níveis;
- 30 • Revogação imediata da Reforma do Ensino Médio;
- 31 • Defesa e proteção do meio ambiente e da natureza;
- 32 • Estabelecimento do controle popular sobre a Amazônia;
- 33 • Garantia de saúde pública e gratuita para todos; Fim da
- 34 exploração dos planos de saúde privados; Fortalecimento e
- 35 ampliação do Sistema Único de Saúde (SUS);
- 36 • Pelo fim da polícia militar e criação de uma polícia civil
- 37 unificada; Fim de qualquer repressão aos movimentos sociais.

1 QUEM SOMOS?

2

3 MOVIMENTO LUTA DE CLASSES, NA CONSTRUÇÃO 4 DO PODER POPULAR E DO SOCIALISMO

5 O Movimento Luta de Classes (MLC) é uma corrente sindical classista e revolucio-
6 nária que resgata a luta e a história do movimento sindical no país, atuando junto às
7 trabalhadoras e trabalhadores, servidoras e servidores públicos, autônomas e autôno-
8 mos, desempregadas e desempregados.

9 Criado em 2005, a união dos movimentos A Verdade Operária, que organizava co-
10 mércio, com atuação nos estados de Pernambuco e Paraíba, e do Movimento Luta de
11 Classes, que atuava entre os metalúrgicos e servidores públicos estaduais e federais no
12 estado do Rio de Janeiro, resultou na formação de um movimento de caráter nacional,
13 buscando fortalecer a organização e a luta dos trabalhadores e trabalhadoras.

14 Desde então, passados dezesseis anos da sua fundação, o MLC ampliou sua pre-
15 sença e participação no conjunto do movimento sindical no país, e hoje tem atuação
16 em 21 estados, estando presente em diversas lutas e passando a ocupar espaços em
17 sindicatos, federações, confederações e oposições sindicais.

18 Em 2015, durante seu encontro nacional de lideranças sindicais, o MLC aderiu a
19 campanha de fundação do partido Unidade Popular, UP, que surgiu através do debate
20 entre movimentos populares de todo país, na defesa de uma alternativa de luta e orga-
21 nização do povo trabalhador brasileiro, a partir das lutas e contradições surgidas nas
22 Jornadas de Junho de 2013, coletando 1,2 milhão de assinaturas para sua legalização.

23 Com centenas de militantes atuando nas mais diversas categorias profissionais,
24 realizamos e participamos de greves, paralisações, e da mobilização classista contra os
25 ataques aos direitos dos trabalhadores, a partir de reivindicações básicas e imediatas
26 como melhoria nos salários e condições de trabalho, previdência e direitos sociais.

27 Praticando a solidariedade de classe, atuamos em defesa da unidade dos trabalha-
28 dores e pelo desenvolvimento da consciência de classe, tanto na luta prática como
29 teórica, contra os patrões e governos capitalistas.

30 O Movimento Luta de Classes (MLC) se organiza por categorias profissionais, nas
31 bases municipais, estaduais e nacional. A partir de núcleos nos municípios, comissões
32 e coordenações nos estados e nacionalmente, nos organizamos para debater temas
33 centrais das lutas e da formação política da classe trabalhadora, bem como as campa-
34 nhas salariais, mobilizações, greves e atuação nas federações e confederações.

35 Organizar em cada categoria, tendo ou não a presença de companheiros e com-
36 panheiras compondo a diretoria do sindicato, núcleos do MLC nos permite avaliar e
37 contribuir com o desenvolvimento das atividades e lutas a serem travadas pela cate-

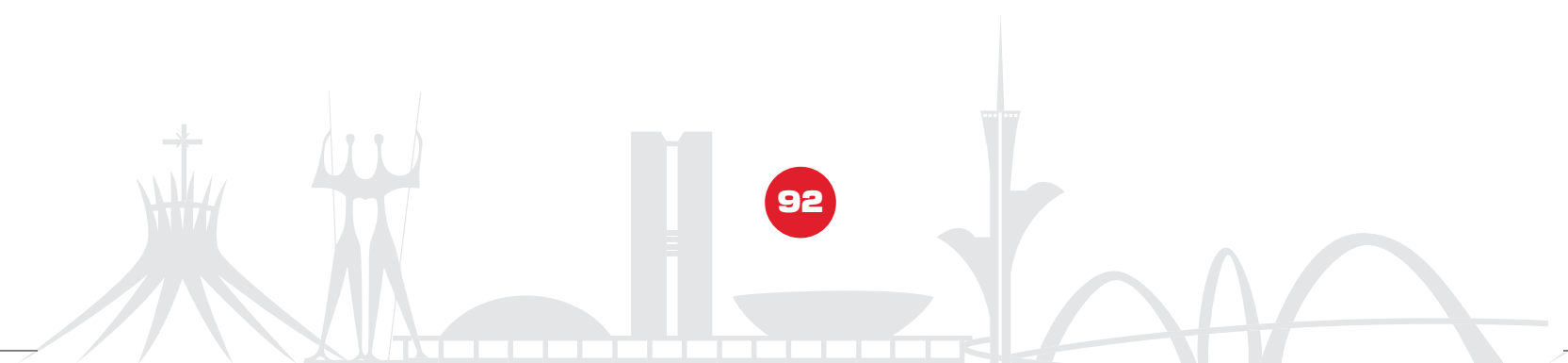
1 goria em cada local e, sempre defendendo a unidade da classe trabalhadora, avançar
2 na defesa dos direitos trabalhistas.

3 Promovendo encontros, congressos e plenárias regionais e nacionais o Movimento
4 Luta de Classes tem crescido na sua organização para que possamos dar, a cada dia,
5 mais passos na construção de uma corrente sindical classista e revolucionária, no fir-
6 me combate às formas de exploração e opressão, em defesa do socialismo científico e
7 da revolução proletária.

8

9 **ASSINA ESTA TESE:**

10 Movimento Luta de Classes



■ CONTRIBUIÇÃO 3

1

2 **SINDISERF/RJ NO CONGRESSO**

3 **DA CONDSEF/FENADSEF**

4

5 É com alegria e sentido de responsabilidade que o Sindicato dos Servidores Fe-
6 derais no Estado do Rio de Janeiro (Sindiserf/RJ) integra-se ao XIV ConCondsef e V
7 Confenadsef, e saúda todos os seus participantes. O Sindiserf/RJ representa aqui seus
8 cerca de quatro mil filiados na certeza do bom e necessário debate.

9 Neste início de terceira década do século XXI, vivemos um mundo e um Brasil
10 em momentos cruciais, seja nas questões naturais, com desafios como o aquecimento
11 global batendo às nossas portas; seja nas questões sociais, políticas e econômicas, com
12 as novas tecnologias e o Neoliberalismo encurralando a plena experiência humana.

13 Neste quadro, a única certeza que temos é que só encontraremos as soluções jun-
14 tos, unidos! O mundo olha e espera o apontar de caminhos do Brasil, gigante territo-
15 rial detentor da maior parte da floresta amazônica, o “pulmão” do mundo. E o cami-
16 nho do Brasil necessariamente passa pelo caminho dos serviços e servidores públicos.

17 Nós, servidores públicos, somos o sangue de um país. É por nossa corrente de ser-
18 viços que o Brasil se encontra, se identifica e cresce com educação, saúde e segurança
19 para formar as futuras gerações e manter o país democrático e plural.

20 Se os servidores são a corrente sanguínea do país, o sindicato é o coração! É lá que
21 diferentes realidades de diferentes órgãos se encontram, avaliam como está o corpo
22 do funcionalismo, como está cada servidor em sua função, e envia forças para a ma-
23 nutenção vital dos serviços públicos do Brasil.

24 Necessitamos dos servidores públicos unidos localmente e nacionalmente através
25 de suas instituições representativas!

26

27 **AÇÃO**

28 Recentemente provamos que temos força e experiência necessárias para sobrevi-
29 vermos e nos regenerarmos. Passamos por uma pandemia mundial de saúde e por
30 governos locais que tentaram diminuir a presença do Estado, do povo brasileiro, nos
31 rumos do país. Em ambos os casos vencemos, provamos que somos melhores! O Sis-

1 tema Único de Saúde (SUS) reduziu em muito a tragédia da Covid-19, sua cobertura
2 vacinal é exemplo mundial. Queremos e trabalhamos para que o padrão de vacinação
3 SUS seja a realidade na maioria dos serviços públicos. Para tal, sabemos que o servidor
4 público federal é mola mestra nesse caminho. Oferecemos parceria, sabedoria e com-
5 petência técnica ao governo. E exigimos incentivo, altivez e boa remuneração!

6 Este 2023 marca o primeiro ano de um novo governo no Brasil. Há esperança,
7 mas é necessário desarmar algumas armadilhas estruturais deixadas pelo caminho
8 nos últimos anos. Pelo bem da maioria, faremos esse desarme e semearmos um país
9 mais justo e igualitário. Muitos tentam esconder, mas é nos corredores, plenários e
10 votações do Congresso que se rascunha o futuro do país. E é lá que lutaremos contra
11 emendas, propostas e projetos como a do teto de gastos, da reforma administrati-
12 va e do arcabouço fiscal. E mais, traremos os servidores e a população trabalhadora
13 das ruas para dentro do Congresso para suas vozes serem ouvidas. Temos orgulho de
14 sermos sindicalistas! É nossa função fazermos a linha de transmissão entre chão de
15 fábrica e gabinetes, repartições e votações, praças públicas e promulgação de leis que
16 favoreçam a população.

17 Hoje, a população não é favorecida com o teto de gastos (Emenda Constitucional
18 95/2016). Ela tira o dinheiro público que deveria estar na melhoria de escolas, hospi-
19 tais e remuneração dos servidores e o coloca em disponibilidade para o pagamento
20 de uma mal explicada dívida pública. Nas entranhas do mecanismo de manipulação
21 dessa dívida estão mercado financeiro, juros altos e bancos privados. O resultado é o
22 dinheiro saindo do estado não para o remédio popular, mas sim para mansões e car-
23 rões de empresários.

24 O servidor público é aliado da população, e não ao contrário, como há anos ten-
25 tam convencer através de insistentes campanhas de difamação e manipulação de
26 exemplos. O objetivo dessas vergonhosas campanhas é um só: privatização! Tirar a
27 sabedoria de servidores e a qualidade de serviços públicos e entregá-las nas mãos da
28 iniciativa privada. Essa seguirá a lógica do lucro financeiro e cortará postos, salários e
29 investimentos para sobrar mais dinheiro. Não conseguirão! Nós, servidores públicos,
30 já vencemos alguns rounds e venceremos quantos forem necessários para eliminar a
31 reforma administrativa (PEC 32). O exemplo do qual temos orgulho é o do servidor
32 sabedor de suas funções e destemido de pressões políticas, como o caso do agente da
33 Receita Federal que proibiu o ingresso de bens sem declaração em meio às bagagens
34 da comitiva do ex-presidente Bolsonaro ao regressar de viagem internacional.

35 Para desempenharmos bem nossas funções não podemos ter direitos retirados,
36 nem negociados. Suamos pelo Brasil. Queremos o respeito aos nossos planos de car-
37 reiras, à ascensão salarial, aos benefícios legais e à segurança da aposentadoria. É ina-
38 ceitável que o ajuste fiscal (PL 93/2023) que se faz necessário ao país pegue o servidor

1 como peso e contrapeso. Jamais deixaremos nossa remuneração profissional ser bar-
2 ganhada ou chantageada. Existem inúmeras saídas e alternativas para que novas re-
3 gras fiscais sejam estabelecidas sem penalizar mais uma vez o trabalhador do serviço
4 público federal, o trabalhador do Brasil.

5

6 **NO RIO E NO FUTURO DO BRASIL**

7 O Sindiserf/RJ se coloca à disposição das demais entidades e as convida para junta-
8 rem forças em pleitos de defesa e ascensão do servidor público. Nas bases, nas ruas ou
9 nas mesas de negociação setoriais trabalharemos pelos avanços práticos da categoria,
10 como por exemplo nossa atual luta pela inclusão do servidores do Hospital Central do
11 Exército e policlínicas na Carreira de Ciência e Tecnologia.

12 Também mantemos constante ação em relação à saúde preventiva do trabalha-
13 dor, sobretudo aqueles que cuidam da saúde dos outros arriscando suas próprias vi-
14 das, como os agentes de combate às endemias. Participamos de parcerias com órgãos
15 como Fiocruz, Inca e universidades públicas em pesquisas sobre doenças provocadas
16 por agrotóxicos nos servidores que o manuseiam. Nossa rede de apoio e divulgação
17 de resultados e alertas tem como objetivo embasamento para fomentação de novas
18 políticas públicas, ações judiciais reparadoras e banimento de substâncias como o Ma-
19 lathion, por exemplo.

20 Sempre compartilharemos a experiência fundadora e renovadora dos serviços pú-
21 blicos no Brasil, tendo sido a primeira capital republicana do país. Se vimos e ajudamos
22 o serviço público a nascer, também estamos atentos a transformação da população e
23 sua inserção e parceria no funcionalismo. O Brasil não é hoje o país de população
24 jovem que foi um dia. Amadurecemos, e buscamos amadurecer melhor. O Rio de Ja-
25 neiro é o estado com a maior população de idosos do Brasil. Evidentemente que o
26 Sindiserf/RJ se integra a essa realidade ao fazer parte do Conselho Estadual de Defesa
27 dos Direitos da Pessoa Idosa (Cedepi) e trazer a experiência dessa faixa da população
28 para as lutas do servidor público. A melhor das lutas. A luta pelo Brasil!

29

30 *Contribuição da diretoria do Sindiserf/RJ para o XIV Concondsef e V Confenadsef

31

32 **ASSINA ESTA TESE:**

33 Diretoria do SINDISERF/RJ

1 **REGIMENTO INTERNO DO**
2 **XIV CONCONDSEF E DO V CONFENADSEF**
3 **DIAS 14, 15, 16 E 17 DE DEZEMBRO DE 2023,**
4 **EM BRASÍLIA-DF**
5

6 **CAPÍTULO - I**

7 **DA REALIZAÇÃO DOS CONGRESSOS**

8 **Art. 1º.** O XIV CONCONDSEF e o V CONFENADSEF serão realizados em conjunto
9 nos dias 14, 15, 16 e 17 de dezembro de 2023, no Centro Internacional de
10 Convenções do Brasil - CICB, Setor de Clubes Esportivos Sul, Trecho 2,
11 Conjunto 63, Lote 50, Asa Sul, Brasília – DF, CEP 70200-002.
12

13 **CAPÍTULO - II**

14 **DOS OBJETIVOS DOS CONGRESSOS**

15 **Art. 2º.** São objetivos dos congressos da Condsef e da Fenadsef:

16 I. Discutir e deliberar sobre a conjuntura nacional e internacional, en-
17 contros dos departamentos setoriais, plano de lutas e pauta de reivindi-
cações;

18 II. Promover as eleições sindicais e as assembleias gerais ordinárias elei-
19 torais da Condsef e da Fenadsef, conforme consta nos respectivos editais
20 de convocação.
21

22 **CAPÍTULO - III**

23 **DOS PARTICIPANTES DOS CONGRESSOS**

24 **Art. 3º.** São delegados (as) aos congressos da Condsef e da Fenadsef, com direito
25 à voz e voto, os membros titulares e suplentes da Direção Nacional
26 e do Conselho Fiscal da Condsef/Fenadsef e todos os trabalhadores
27 (as) no Serviço Público Federal, filiados às entidades de base, eleitos
28 segundo os critérios estabelecidos pelo Estatuto da Condsef/Fenadsef e,
29 excepcionalmente, conforme critérios e resoluções da reunião do CDE de
30 06/07/2023, tudo em conformidade com os editais de convocação do XIV
31 CONCONDSEF e o V CONFENADSEF.

1 **Art. 4º.** Os observadores (as) aos congressos da Condsef e da Fenadsef com direito à
2 voz.

3 **Art. 5º.** Os convidados (as) pela Comissão organizadora terão direito à voz na
4 solenidade de abertura dos congressos da Condsef e Fenadsef e nas mesas
5 temáticas de debates para as quais foram convidados.

6

7 **CAPÍTULO - IV** 8 **DO CREDENCIAMENTO**

9 **Art. 6º.** O credenciamento dos delegados (as) titulares aos congressos da Condsef e
10 da Fenadsef ocorrerá no local da realização do evento, com início a partir
11 das 14h do dia 14/12/23 e término às 12h do dia 15/12/23.

12 § 1º. O credenciamento dos delegados suplentes será realizado no dia
13 15/12/23, das 12h às 14h.

14 § 2º. Somente poderá haver substituição do delegado titular pelo
15 delegado suplente durante o período de credenciamento dos
16 delegados titulares, se for comprovada por instrumento legítimo
17 da entidade filiada à Condsef/Fenadsef e validada pela Comissão
18 Organizadora.

19 § 3º. Os crachás entregues no ato do credenciamento em não serão,
20 hipótese alguma, substituídos ou repostos, em caso de extravio e/ou
21 perda.

22

23 **CAPÍTULO - V** 24 **DA ORGANIZAÇÃO DOS CONGRESSOS**

25 **Art. 7º.** A Comissão Organizadora dos congressos da Condsef e da Fenadsef
26 serão compostas pelas suas respectivas diretorias executivas, que serão
27 responsáveis pela organização dos congressos.

28 **Parágrafo único.** Compete à Comissão Organizadora dos congressos
29 da Condsef e da Fenadsef orientar e ordenar os trabalhos, propor
30 os Regimentos Internos dos Congressos, preparar o expediente das
31 Plenárias e indicar as mesas diretoras que, por sua vez, deverão ser
32 referendadas pelos (as) delegados (as) em Plenária.

1 **CAPÍTULO - VI**

2 **DOS ORGANISMOS DOS CONGRESSOS**

3 **Art. 8º.** Os congressos da Condsef e da Fenadsef serão compostos por quatro
4 organismos:

- 5 1. As Plenárias;
- 6 2. A Comissão de Sistematização e Relatoria;
- 7 3. A Comissão Organizadora de ambos os congressos;
- 8 4. A Comissão Eleitoral eleita.

9 **§ 1º. Das Plenárias**

- 10 I. As Plenárias são os organismos máximos e soberanos dos
11 Congressos da Condsef e da Fenadsef e são compostas por todos
12 os delegados (as), tendo a competência de discutir, aprovar ou
13 rejeitar as propostas.
- 14 II. As Plenárias dos congressos da Condsef e da Fenadsef aprovarão
15 o seu Regimento Interno.
- 16 III. Só serão objeto de discussão das Plenárias, as propostas que
17 estejam em conformidade com o edital de convocação dos
18 referidos congressos.

19 **§ 2º. Da Comissão de Sistematização e Relatoria**

- 20 I. A Comissão de sistematização e relatoria será composta por um
21 representante de cada tese constante no Caderno de Teses dos
22 congressos da Condsef e da Fenadsef e até três representantes da
23 Comissão Organizadora dos Congressos.
- 24 II. Somente serão acolhidas pela Comissão de Sistematização as
25 emendas ou resoluções dos grupos de trabalho que tiverem, no
26 mínimo, 20% de aprovação dos delegados credenciados presentes
27 no grupo.
- 28 III. A ordem de defesa das emendas e resoluções vindas dos grupos
29 de trabalho será sempre defendida em primeiro lugar ou com
30 votações minoritárias nos grupos de trabalho.
- 31 IV. Caberá aos representantes da Comissão Organizadora incorporar
32 ou não as emendas e resoluções trazidas à Comissão de
33 Sistematização.
- 34 V. O relatório da Comissão de Sistematização distinguirá as
35 emendas incorporadas daquelas que não foram incorporadas.

- 1 VI. Não caberá votação na Comissão de Sistematização e Relatoria.
2 O objeto que não for consensual deverá ser resolvido na Plenária.
3 VII. Na plenária, a defesa das emendas e resoluções não incorporadas
4 pela Comissão de Sistematização será feita sempre em primeiro
5 lugar.

6 **§ 3º. Da Comissão Organizadora**

- 7 I. As atribuições da Comissão Organizadora são as definidas no
8 artigo 7º e seu parágrafo único deste Regimento Interno.

9 **§ 4º. Da Comissão Eleitoral Eleita**

- 10 1. As atribuições da Comissão Eleitoral Eleita são as definidas no
11 Capítulo XI deste Regimento Interno, com seus respectivos
12 artigos e parágrafos.

13

14 **CAPÍTULO - VII**
15 **DA PROGRAMAÇÃO DOS CONGRESSOS**

16 **Art. 9º.** Os Congressos serão realizados em conjunto e terão a seguinte
17 programação:

18

19 **DIA 14/12/2023 (QUINTA-FEIRA)**

- 20 • 12h: Início das Hospedagens dos Delegados (as);
21 • 14h: Início do Credenciamento dos Delegados (as) Titulares;
22 • 15h: Reunião da Direção Nacional da Condsef/Fenadsef;
23 • 17h: Ato Político de Abertura dos Congressos da Condsef e
24 Fenadsef;
25 • 17h30: Leitura e Aprovação do Regimento Interno dos
26 Congressos da Condsef e Fenadsef;
27 • 18h30: Eleição da Comissão Eleitoral;
28 • 19h: Apresentação e Deliberação de Recursos;
29 • 19h30: Jantar.

30

31 **DIA 15/12/2023 (SEXTA FEIRA)**

- 32 • 09h – Continuação do Credenciamento de Delegados (as)
33 Titulares;
34 • 09h às 12h: Painel de Debate sobre Conjuntura e os Desafios
35 para a Classe Trabalhadora (Convidados: CUT, DIEESE,
36 FPMSP e ISP);
37 • 12h: Encerramento do Credenciamento dos Delegados (as)
38 Titulares e Início do Credenciamento dos Delegados (as)

- 1 Suplentes;
- 2 • 12h às 13h30: Almoço;
- 3 • 13h30 às 14h30: Apresentação das Teses (15 minutos), das
- 4 Contribuições (5 minutos);
- 5 • 14h: Fim do Credenciamento dos Delegados Suplentes;
- 6 • 14h30 às 18h: Plenária de Debate sobre Conjuntura Nacional
- 7 e Internacional, Plano de Lutas e Pauta de Reivindicações;
- 8 • 19h às 21h: Reunião da Comissão de Sistematização e
- 9 Relatoria;
- 10 • 19h: Jantar.

11

12 **DIA 16/12/2023 (SÁBADO)**

- 13 • 09h às 12h: Trabalho de Grupos;
- 14 • 12h às 13h30: Almoço;
- 15 • 14h às 17h: Encontros dos Departamentos Setoriais;
- 16 • 15h às 18h: Reunião da Comissão de Sistematização e
- 17 Relatoria;
- 18 • 19h às 23h: Jantar de Confraternização.

19

20 **DIA 17/12/2023 (DOMINGO)**

- 21 • 09 às 11h: Plenária de encaminhamentos e aprovação das
- 22 resoluções sobre Conjuntura Nacional e Internacional, Plano
- 23 de Lutas e Pauta de Reivindicações;
- 24 • 09 às 11h: Prazo para inscrição de chapas;
- 25 • 11 às 11h30: Apresentação e defesa de chapas;
- 26 • 11h:30 às 13h:30: Instalação da Assembleia Geral Ordinária
- 27 Eleitoral para Eleição da Direção e Conselho Fiscal da
- 28 CONDSEF e FENADSEF;
- 29 • 12h às 13h30: Almoço;
- 30 • 13h:30 às 14h: Proclamação do Resultado e Encerramento
- 31 dos Congressos da CONDSEF e da FENADSEF.

32

33 **CAPÍTULO - VIII**

34 **DAS DISCUSSÕES E VOTAÇÕES**

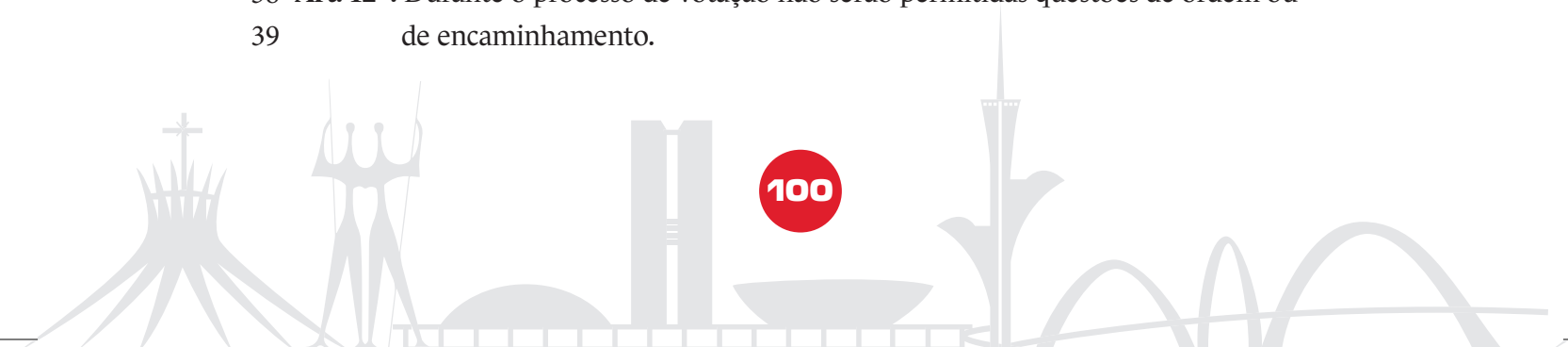
35 **Art. 10º.** As votações nas Plenárias serão feitas através dos crachás dos (as)

36 delegados (as).

37 **Art. 11º.** As deliberações das Plenárias serão tomadas por maioria simples de votos.

38 **Art. 12º.** Durante o processo de votação não serão permitidas questões de ordem ou

39 de encaminhamento.



1 **CAPÍTULO - IX**

2 **DO ORDENAMENTO DAS PLENÁRIAS**

3 **Art. 13°.** As mesas diretoras das Plenárias serão formadas por 01 (um) coordenador,
4 01 (um) secretário e 02 (dois) relatores, indicados pela Comissão
5 Organizadora e deverão ser referendados nas respectivas plenárias.

6 **Art. 14°.** Cabe somente aos membros da mesa dirigir os trabalhos, prestar os
7 esclarecimentos e realizar os devidos encaminhamentos, tais como,
8 encaminhar as propostas para a relatoria da plenária, encaminhar as
9 questões de ordem e apresentar os impasses para votação em plenária,
10 além de outras ações que se fizerem necessárias.

11 § 1°. Não é permitido ao delegado (a) realizar intervenções ou levantar
12 questões que não sejam objeto da discussão apresentada ou
13 solicitada pela mesa.

14 § 2°. O encaminhamento da mesa será sempre prioritário, entretanto,
15 quando existir impasse entre os membros da mesa ou entre a
16 mesa e outros delegados será aberto o prazo para as defesas e, em
17 seguida, a plenária decidirá o encaminhamento.

18 § 3°. Somente serão permitidas as declarações de voto nos casos em que
19 houver votação de mérito, por quem se abster da votação e não
20 defender nenhuma das proposições em votação.

21 § 4°. O tempo para declaração de voto será de 01 (um) minuto, podendo
22 o delegado encaminhá-la por escrito à mesa, que procederá a
23 leitura para os delegados (as).

24 **Art. 15°.** O tempo de intervenção dos delegados (as) nas Plenárias será de até 03
25 (três) minutos. Caso haja necessidade de mais esclarecimentos, a mesa
26 poderá abrir novas intervenções para defesa.

27 § 1°. Na defesa das Teses e das Chapas o tempo de intervenção será de
28 até 15 (quinze) minutos para cada Tese e para cada chapa, podendo
29 ser dividido por diversos oradores.

30 § 2°. A ordem das defesas das Teses e das Chapas será definida por
31 sorteio realizado pela mesa da respectiva plenária.

32 § 3°. Após ser utilizado o tempo de defesa, a Chapa defendida não
33 poderá ser retirada e será obrigatoriamente submetida ao voto dos
34 delegados(as).

35

1 **CAPÍTULO - X** 2 **DO QUORUM DAS PLENÁRIAS.**

3 **Art. 16°.** Para instalação das plenárias será necessário o quorum mínimo de “50%
4 mais um” dos delegados (as) credenciados (as) aos Congressos da Condsef e
5 da Fenadsef.

6

7 **CAPÍTULO - XI** 8 **DAS ELEIÇÕES DA DIREÇÃO** 9 **NACIONAL E CONSELHO FISCAL**

10 **Art. 17°.** Cada representante de chapa apresentará à Mesa/Comissão Eleitoral,
11 por escrito, os nomes dos componentes da respectiva chapa, contendo o
12 número total de membros exigidos para compor a direção das diversas
13 instâncias.

14 **Parágrafo único.** O prazo para inscrição de chapa encerrar-se-á às 11h
15 do dia 17/12/2023.

16 **Art. 18°.** Só serão aceitos os nomes de delegados (as) inscritos para o XIV
17 Concondsef/V Confenadsef.

18 **Art. 19°.** Não poderá haver candidatura em mais de uma chapa. Caso ocorra
19 nome em duplicidade, caberá à pessoa cujo nome foi indicado, e só a
20 ela, manifestar de forma escrita a opção por uma das chapas. Sem essa
21 manifestação seu nome será excluído de todas as chapas em que constar.

22 **Art. 20°.** O voto individual (um por delegado) só poderá ser exercido pelo delegado
23 (a) identificado no crachá.

24 **Art. 21°.** A eleição será organizada pela Comissão Eleitoral eleita na abertura dos
25 congressos, composta por cinco membros.

26 **Art. 22°.** Os membros da Comissão Eleitoral não poderão ser candidatos à Direção
27 Nacional e ao Conselho Fiscal da Condsef e da Fenadsef.

28 **Art. 23°.** Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos juntamente com a Diretoria
29 Nacional, em chapas distintas, conforme o art. 85 do Estatuto da Condsef.

30 **Art. 24°.** Os crachás restantes do processo de credenciamento serão lacrados pela
31 Comissão Organizadora e ficarão sob a guarda da Comissão Eleitoral.

32 **Art. 25°.** A Comissão Eleitoral disporá de lista de votantes, na qual será obrigatória a
33 assinatura do (a) delegado (a) no ato da votação.

34 **Art. 26°.** A votação será feita em urnas identificadas com o Número e Nome de cada

35 chapa concorrente.

1 **Art. 27°.** Só terão acesso ao local de votação a Comissão Eleitoral, os fiscais de cada
2 chapa e os delegados (as), para votar, quando autorizados pela Comissão
3 Eleitoral.

4 **Art. 28°.** A apuração dos votos dar-se-á imediatamente após o processo de votação,
5 por mesa apuradora definida pela Comissão Eleitoral, acompanhada por
6 fiscais de cada Chapa inscrita, devidamente credenciadas pela Comissão
7 Eleitoral.

8 **Art. 29°.** O resultado da eleição será anunciado ao término da apuração, sendo
9 lavrada a Ata de Eleição pela Comissão Eleitoral.

10 **Art. 30°.** A composição da Direção Nacional e Conselho Fiscal será feita conforme
11 disposto nos artigos 74 e 75 do Estatuto da Condsef e da Fenadsef.

12 **Art. 31°.** Demais procedimentos para a realização da eleição serão definidos pela
13 Comissão Eleitoral.

14

15 **CAPÍTULO - XII** 16 **DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

17 **Art. 32°.** Os casos omissos e não previstos neste Regimento Interno deverão ser
18 analisados pela Comissão Organizadora, que encaminhará à mesa diretora
19 para apreciação e votação na plenária.

20

21

22

23

**XIV CONGRESSO DA CONDSEF
V CONGRESSO DA FENADSEF
BRASÍLIA-DF, 14 DE DEZEMBRO DE 2023.**



XIV Concondsef V Confenadsef

14 a 17 de dezembro - Brasília

**FORTALECER A ORGANIZAÇÃO
SINDICAL PARA RECONQUISTAR
DIREITOS E RECONSTRUIR
OS SERVIÇOS PÚBLICOS**